SOBRE A CORRETA PROMULGAÇÃO DAS LEIS LITÚRGICAS

ESTUDO DE CASO:

O QUE JUSTIFICA NÃO REZAR OS NOVOS RITOS DO ORDO DA SEMANA SANTA RESTAURADA DE 1955?

CAPELANIA MENINO JESUS DE PRAGA

PARA CIRCULAÇÃO INTERNA NO APOSTOLADO

Organização: Rodrigo Santana Silveira

Revisão:

Revmo. Padre Leandro Neves de Oliveira

Algum sedevacantista poderia acreditar na veracidade da seguinte citação?

> ... "Mas, desde que começou a crescer e a fortificar-se entre o povo cristão o desejo de promover a sagrada liturgia — desejo que, segundo a palavra do nosso predecessor de venerável memória **Pio XII**, deve ser considerado um sinal favorável da Divina Providência para com os homens do nosso tempo e uma passagem salutar do Espírito Santo pela sua Igreja [2] — tornou-se evidente que as fórmulas do Missal Romano deviam ser restauradas e enriquecidas. O mesmo Pontífice deu início a esta obra, restaurando a Vigília Pascal [3] e o Ordinário da Semana Santa, que se tornou assim o primeiro passo para a adaptação do Missal Romano à nova mentalidade do nosso tempo." ...
> (Falsa Constituição *Missale Romanum* do falso papa Paulo VI, 03 de Abril de 1969)

Repostas:

1) Se a citação for verdadeira já solucionamos nosso drama de não termos Missas verdadeiras, vamos todos voltar para a Missa Nova! (sic!)

2) Se a citação for falsa, seremos forçados a acreditar que Pio XII – o qual **todos nós** acreditamos ter sido verdadeiro Papa – não foi quem deu início a obra de "Restauração" do Missal Romano, que desembocou na missa nova, pois segundo os princípios católicos a missa nova é falsa, ilícita, inválida, ... , etc. Levando-nos assim a crer que jamais foi Pio XII quem deu início a obra de "restauração" (demolição) do Missal Romano!

Nossa intenção será demonstrar que no Pontificado de S.S. Pio XII não houve a promulgação de um novo Rito da Semana Santa (OHS), mas que somente foi alterado o horário da Vigília do Sábado Santo.

LISTA DAS PRINCIPAIS FONTES UTILIZADAS E SUAS RESPECTIVAS SIGLAS:

AAS = Acta Apostolicae Sedis (Atas da Sé Apostólica – usada atualmente)

ASS = Acta Sancta Sedis (Atos da Santa Sé – usada anteriormente)

CDC = Código de Direto Canônico Pio-Beneditino (BAC) 1917

SCR = Sagrada Congregação dos Ritos

OHS = Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus (Ordo Restaurado da Semana Santa)

LE = *LEGES ECCLESIAE post Codicem Iuris canonici editae* – Xaverius Ochoa – Volumem I e II – Leges Annis 1917-1941/ 1942-1958 Editae – Roma 1966/1969 (Leis Eclesiásticas editadas após o Código de Direito Canônico)
https://obrascatolicas.com/editorarealeza/download/leges-ecclesiae-post-codicem-iuris-canonici-editae-volumen-i-leges-annis-1917-1941-editae/
https://obrascatolicas.com/editorarealeza/download/leges-ecclesiae-post-codicem-iuris-canonici-editae-volumen-ii-leges-annis-1942-1958-editae/

CCDC = Comentários ao Código de Direito Canônico (vide fonte completa descrita abaixo)

Título do Original: **COMENTARIOS AL CODIGO DE DERECHO CANONICO**

Con el texto legal latino y castellano

BAC – BIBLIOTECA DE AUTORES CRISTIANOS – MADRID – MCMLXIII

Tomo I – Cánones I ao 68I

Pelos Doutores: Marcelino Cabreros de Anta, C.M.F., Arturo Alonso Lobo, O. P.

e Sabino Alonso Moran, O.P.

Prólogo do Exmo. e Revmo. + Sr. Dr. Fr. Francisco Barbado Viejo, Bispo de Salamanca.

Nihil obstat: Dr. Aloysius Gutiérrez, C.M.F.

Imprimi potest: Candidus Bajo, Superior Provinciae Castellae

Nihil obstat: Fr. Christophorus Alonso, O.P.; Fr. Petrus Serrano, O.P.

Imprimi potest: Fr. Anicetus Fernández, O.P., Prior

Imprimatur: + Fr. Franciscus, O.P., Episcopus Salmantinus

Salmanticae, die 10 ianuarii 1962

OBSERVAÇÃO: será sempre usado o texto na cor AVERMELHADA para DESTACAR os textos retirados do **COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO (BAC),** bem como a sigla **CCDC** seguido do número das páginas.

Sumário

A - INTRODUÇÃO

Infelizmente nos dias atuais a falta de um legítimo e verdadeiro Pontífice Romano tem causado danos irreparáveis em todo o orbe católico. A unidade da Igreja quando privada de sua Cabeça Visível atinge proporções nunca antes vivenciadas pelos fiéis católicos.

Dentre os sacerdotes católicos que consideram que a Sé Apostólica está vacante desde a morte do Papa Pio XII em 1958, alguns se decidiram por seguir a liturgia da **Ordem da Semana Santa Restaurada** de 16 de novembro de 1955 (1ºGrupo), outros fizeram a opção de seguir a liturgia anterior, ou seja, a **Ordem da Semana Santa Maior**, segundo o *Missale Romanum* restituído pelo Papa São Pio X, através da Const. Apostólica *Divino Afflatu* de 1 de novembro de 1911 (2º Grupo).

O presente estudo surgiu com a finalidade de informar à público o motivo principal pelo qual nossa opção foi a de seguir a liturgia anterior (segundo as rubricas de São Pio X). A necessidade de tal argumentação se faz necessária tanto para esclarecer os fiéis e clérigos que desconhecem o assunto, quanto também para refutar os que nos lançam ataques e calúnias – ao nos definirem como sendo cismáticos - mesmo sem muitas vezes saber as razões pelas quais levaram nossa consciência a adotar a respectiva posição.

É importante ressaltar que a presente análise NÃO QUER DE MANEIRA ALGUMA pôr em xeque a INFALIBILIDADE DO PONTÍFICE ROMANO, seja no seu magistério ordinário, seja no seu magistério extraordinário, mas sim de ir ao seu encontro, ao versar sobre o tema da Promulgação das leis pontifícias, que é descrita nos Canones nºs. 08 e 09 do Código de Direito Canônico (1917), ou seja, trataremos de demonstrar como uma Lei Pontifícia deve ser **promulgada** para ter sua eficácia e validade garantidas, sendo que o tema da Promulgação faz parte integrante do Magistério Infalível do Pontífice Romano (Const. Apost. *Promulgandi* – Papa São Pio X – AAS 01) e também como aqueles que desprezam ou ignoram esse tema se colocam contra a mesma Infalibilidade Papal (quando afirmam já estarem promulgadas, leis que não foram devidamente publicadas em AAS).

Assim sendo, estamos diante de dois assuntos distintos: a) a infalibilidade Pontifícia, que nunca teríamos a ousadia herética de contrapor; b) a correta promulgação de uma lei pontifícia, que é parte integral da mesma infalibilidade pontifícia, sendo este o tema que pretendemos esclarecer nesta análise.

B - ALGUNS PRÉ–REQUISITOS NECESSÁRIOS:

a) **O Código de Direito Canônico e as Leis Litúrgicas.**
Numa primeira análise, de modo superficial, poderíamos até concluir que o CDC, no cânon nº 2, não tem intenção de legislar sobre o tema da Liturgia, mas após o estudo mais aprofundado dos Comentários ao mesmo Código chegamos à conclusões bem diferentes, conforme os textos na sequência:

CCDC, PÁG. 57 – LIVRO I
A título de informação iniciamos com o seguinte trecho que nos esclarece onde encontrar a legislação canônica pós-Código (1917):

76. k) **Coleções do direito pós-código.** – A legislação posterior ao Código se encontra em **«Acta Apostolicae Sedis»**, que é a única fonte oficial.

IV. *ÂMBITO DO CÓDIGO. CANONES PRELIMINARES*

“Sentido geral dos seis primeiros cânones. – O Código é, em princípio, uma coleção exclusiva, que anula o direito disciplinar anterior não contido em seu âmbito. Mas este princípio de exclusão tem importantes exceções, no que se refere ao direito da Igreja Oriental (can.1); **ao direito litúrgico (can.2)**; ao direito concordatário (can.3); aos direitos adquiridos e a certos privilégios antigos (can.4); a alguns costumes anteriores ao Código (can.5); ao direito legal particular anterior ao Código e não contrário à ele (can.6).
Estes seis primeiros cânones, assim como o cânon 7 – no qual se trata da significação da Santa Sé –, tem caráter preliminar, e por esta causa vem no Código oficial antes do título primeiro do livro primeiro.”
(...)

Canon 2

Ordinariamente, o Código nada determina sobre os ritos e cerimônias que os livros litúrgicos, aprovados pela Igreja Latina, mandam observar na celebração do Santo Sacrifício da Missa, na administração dos Sacramentos e Sacramentais, assim como no desempenho das demais funções sagradas. Pelo qual, ***todas as leis litúrgicas conservam sua força,*** *a não ser que alguma delas se corrija expressamente no Código.*

CCDC, PÁG.62 – LIVRO I

O Código e o Direito Litúrgico (can.2)

§ I. A sagrada liturgia

85. a) Noções prévias. – Liturgia, etimologicamente significa obra ou ministério público. A Liturgia é o conjunto de fórmulas, de ações e de coisas com as quais se pratica o culto público.

(...)

"*Leis litúrgicas*, ou melhor, ***direito litúrgico***, é o conjunto de normas que regulam o exercício público do culto. Este direito pode ser ***escrito*** ou ***consuetudinário****. Em relação com o can.2, por direito litúrgico se entende toda norma litúrgica, por exemplo, uma disposição particular ou a solução de alguma dúvida, ainda que nem a norma nem a matéria mesma seja geral e, por conseguinte, lhe falte o caráter formalmente legal. (...)"

(*direito que surge dos costumes de uma certa sociedade, não passando por um processo formal de criação de leis)

86. b) Livros litúrgicos ou fontes cognoscitivas da liturgia são aqueles livros oficiais nos quais se contém **o direito litúrgico**.

Enumeram-se os seguintes:

1) Liturgia do Oficio Divino.
2) Liturgia da Missa: Missal ou Memorial de Ritos; este último descreve o modo de celebrar algumas funções solenes relacionadas com a Missa, mas não diárias, nas igrejas que carecem de ministros suficientes para celebrá-las com toda solenidade.
3) Liturgia dos Sacramentos e Sacramentais.
4) Liturgia Pontifical.
5) Liturgia do canto gregoriano.
6) Coleção de Decretos autênticos da Sagrada Congregação dos Ritos.
7) Código de Direito Canônico.
8) **Rubricas do Breviário e do Missal Romano. Estas rubricas são como que o corpo do código litúrgico vigente do Breviário e do Missal. Este mesmo Código Litúrgico obriga a todos os que seguem o rito romano;**

§ 2. Distinção entre liturgia e direito (pag. 63)

87. No **canon 2** se começa por consignar a separação da matéria litúrgica do âmbito do Código, ou seja, a distinção entre *liturgia* e *direito*. Esta distinção ficou já indicada anteriormente ao tratar da divisão do direito canônico por razão da matéria. Também vimos como é próprio do direito regular as manifestações externas e sociais do culto. Mas devemos acrescentar agora que nem sequer toda a matéria litúrgica que de alguma maneira interessa à ordem pública é regulada pelo Código de Direito canônico. A mesma amplitude da matéria litúrgica, seu minucioso praticismo e, sobretudo, seu caráter primariamente cultual e só acessoriamente jurídico são motivos de que a matéria litúrgica, ainda aquela que pode ser considerada como litúrgico-canônica, se separe, ordinariamente, do Código de Direito. Assim o declara o Canon 2 já transcrito.

As exceções ao princípio da não inclusão da matéria litúrgica no Código são numerosas. Basta folhear o Código nos tratados de sacramentos, lugares sagrados e, principalmente do culto divino.

§ 3. **Vigência das leis litúrgicas** (pág. 64)

O Código sanciona, como princípio, a vigência das leis litúrgicas, para às quais não possui o mesmo Código força exclusiva (de excluir), e isto por duas razões: primeira, **porque as normas canônicas de ordinário não se opõem às litúrgicas**; e segunda, **porque o silêncio do Código não implica tampouco a exclusão das leis litúrgicas:** ***"todas as leis litúrgicas conservam seu valor"*** **(can.2)**. Mas para isto é necessário que se trate de leis que por sua natureza ou que por vontade clara do legislador sejam **verdadeiramente litúrgicas** e não disciplinares.

Como critério prático para discernir se uma lei é litúrgica ou não, o tomamos da procedência da mesma lei ou disposição. Se a matéria está regulada no mesmo Código ou então a competência sobre determinada matéria pertence atualmente a uma Sagrada Congregação distinta da Congregação dos Ritos, a lei ou disposição sobre esta matéria não é estritamente litúrgica, e portanto, sua vigência deve ajustar-se às normas do Código (can.5 e 6). Assim, por exemplo, as questões de precedência, que antes do Código eram tratadas na Congregação dos Ritos, agora são da competência da Congregação do Concílio, ou da dos Religiosos, ou da do Cerimonial (can.250§3).

Igualmente, é doutrina comum entre os canonistas que as normas gerais contidas nos livros litúrgicos ou ensinadas pelos liturgistas acerca da promulgação, interpretação, duração das leis litúrgicas, devem conformar-se

com as normas estabelecidas no Código de Direito Canônico. A razão é porque essas normas gerais são jurídicas e não litúrgicas*. O mesmo haveria de dizer-se de qualquer outra norma contida nos livros litúrgicos, mas de caráter exclusivamente disciplinar. Neste caso, no entanto, fora do já dito acerca das normas gerais, dificilmente se dará. (*M.C. CORONATA, Institutiones Iuris Canonici vol.I Ed.3º(Roma 1947) p.4,4.º; MICHIELS, Normae generales vol.I Ed,2.ºp.60; VERMEERSCH-CREUSEN, Epitome I.C. t.I Ed. 6.ºn.70 p.64.)

(...)

b) A devida promulgação das Leis Litúrgicas segundo as normas do Código de Direito Canônico Pio Beneditino.

É preciso entender que conforme os cânones 08 e 09, todas as leis **universais** dadas pela Sé Apostólica, sejam em matéria litúrgica (código litúrgico) ou não, tem necessidade de serem devidamente **promulgadas** nas AAS para terem força de lei.

Canon 8

§1. As leis se instituem quando se promulgam.*

§2. A lei não se presume pessoal, senão territorial, a não ser que conste outra coisa.

***Fontes:** As duas fontes são do Corpus Iuris Canonici – 1) Decretum Gratiani: C. 3, D. IV (cânone 3, da distinção IV, da 1º Parte do Decreto) da qual o Código reproduz integralmente no §1: “Leges instituuntur cum promulgantur” . 2) Quinque Libri Decretalium Gregoriani IX: c. 1, X, *de postulatione praelatorum*, I, 5. (São os Decretais do Papa Gregório IX divididos em 5 volumes, conhecido pelo nome de *“Liber Extra”)*

CCDC, PÁGs.106-107 – LIVRO I

(...)

Necessidade da promulgação. – No direito romano não era necessária a publicação da lei, porque era o povo mesmo que dava as leis. Mas na forma atual de legislar, por meio dos representantes do povo na sociedade civil e por meio de uma autoridade distinta e superior na Igreja, a promulgação é de todo necessária para que a lei tenha força de obrigar.

Santo Tomás de Aquino expõe assim a razão desta necessidade: “A lei se impõe aos demais como uma regra e medida. Agora bem: a regra se impõe enquanto que é aplicada ... Esta aplicação **se faz mediante a promulgação**, pela qual a lei chega ao conhecimento dos que devem observá-la.” (Summa Theol. I-II q.90 a.4.)

Suarez completa o argumento de Santo Tomás, aludindo que a lei se dá a uma comunidade, para o qual se requer a voz pública do legislador, seja por si mesmo, seja por meio de outro, e esta voz pública é a promulgação (De Legis 1.I c.II n.3). O mesmo sentido tem o célebre *dictum* de Graciano em seu *Decreto*: "Leges instituuntur cum promulgantur". Idênticas palavras repete o Código de Direito Canônico no can. 8 §1. (*"As leis se instituem quando se promulgam"*)

A promulgação da lei é necessária ainda que se trate de leis irritantes ou inabilitantes, não obstante que produzem seu efeito específico independentemente de seu conhecimento (can.16). Mas para isso é preciso que tenham existência jurídica, e isto depende de sua promulgação. À respeito das leis interpretativas, deve se ter presente o can.17§2. Somente as leis interpretativas não necessitam promulgação. (...)

A seguir temos o que foi ensinado por Santo Tomás de Aquino sobre a promulgação das leis:

Suma Teológica – Questão 90 – A essência da lei.

Art. 4 — Se a promulgação é da essência da lei.

(De Verit., q. 17, a. 3: Quodl. I, q. 9, a. 2).

O quarto discute-se assim. — Parece que a promulgação **não é** da essência da lei.

1. — Pois, a lei natural é a lei por excelência. Ora, ela não precisa de promulgação. Logo, o ser promulgada não é da essência da lei.

2. Demais. — Pertence propriamente à lei obrigar a fazer ou não fazer alguma coisa. Ora, são obrigados a cumprir a lei não só aqueles que lhe sabem da promulgação, mas também os outros. Logo, não é a promulgação da essência da lei.

3. Demais. — A obrigação da lei também liga para o futuro, pois, as leis impõem necessidades aos negócios futuros, como diz o direito. Ora, a promulgação é feita para os negócios presentes. Logo, não é da essência da lei.

Mas, em contrário, dizem os Decretais: As leis são instituídas quando promulgadas.

SOLUÇÃO. — Como já dissemos (a. 1), a lei é imposta aos que lhe estão sujeitos, como regra e medida. Ora, a regra e a medida impõe-se aplicando-se aos regulados e medidos. Por onde, para a lei ter força de obrigar — o que lhe é próprio — é necessário seja aplicada aos homens, que por ela devem ser regulados. Ora, essa aplicação se faz por

chegar a lei ao conhecimento deles, pela promulgação. **Logo, a promulgação é necessária para a lei vir a ter força.**

E assim, desses quatro elementos referidos podemos deduzir a definição da lei, que não é mais do que uma ordenação da razão para o bem comum, promulgada pelo chefe da comunidade.

DONDE A RESPOSTA À PRIMEIRA OBJEÇÃO. — A promulgação da lei da natureza se dá por tê-la Deus infundido na mente humana, de modo a ser naturalmente conhecida.

RESPOSTA À SEGUNDA. — Aqueles que não têm conhecimento da promulgação da lei são obrigados a observá-la, enquanto sabem ou podem saber, por meio de outrem, da promulgação dela.

RESPOSTA À TERCEIRA. — A promulgação presente se aplica ao futuro pela persistência da escritura, que, de certo modo, está sempre promulgando a lei. E por isso Isidoro diz: A lei é assim chamada do verbo ler, está escrita.

CANON 09

> As leis dadas pela **Sé Apostólica**[1] se promulgam mediante sua publicação no *Comentário Oficial dos Atos da Sé Apostólica*, a não ser que nos casos particulares se prescreva outra forma de promulgação; e entram em vigor somente depois de passados três meses a partir da data que leva o número das *Actas*, salvo que pela natureza da coisa obriguem desde já o que na mesma lei houver de especial e expressamente estabelecido uma vacância mais curta ou mais longa.*

***Fontes do Canon 09:** 1) Sanctus Pius X, const. *“Promulgandi”*, 29 de setembro de 1908; 2) Secret. Status, 26 de dezembro de 1913.
(Disponibilizamos abaixo o texto integral das duas fontes, tanto em latim como na língua portuguesa) (As fontes estão descritas tanto no próprio Código – em sua versão com as fontes – quanto na obra Codicis Iuris Canonici Fontes, do Cardeal Pietro Gasparri)

[1] O Canon 7 define o significado de **Sé Apostólica**: “*Se por natureza do assunto ou pelo contexto não aparece outra coisa, se compreendem neste Código baixo o nome de Sé Apostólica ou Santa Sé **não só** o Romano Pontífice, **senão também as Congregações**, os Tribunais, os Ofícios, por meio dos quais o mesmo Romano Pontífice normalmente despacha os assuntos da Igreja universal.”*
Aqui fica mais que evidente que as Congregações Romanas gozam da mesma Infalibilidade da Igreja Católica.

1º FONTE DO CANON 09

29-08-1908 – Papa São Pio X – Constituição. A Promulgação das Constituições Pontifícias

A.A.S., vol. I (1909), n.1, pp. 5 - 6

PIUS EPISCOPUS
SERVUS SERVORUM DEI
AD PERPETUAM REIMEMORIAM

PAPA SÃO PIO X
SERVO DOS SERVOS DE DEUS
PARA PERPÉTUA MEMÓRIA

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA

PROMULGANDI

DE PROMULGATIONE LEGUM ET EVULGATIONE ACTORUM S. SEDIS		**A PROMULGAÇÃO DAS LEIS E DIVULGAÇÃO DOS ATOS DA SANTA SÉ**
Promulgandi pontifícias Constitutiones ac leges non idem semper decursu temporis in Ecclesia catholica fuit modus; a pluribus tamen saeculis consuetudo invaluit, ut earum exemplaria publice proponerentur frequentioribus quibusdam Urbis affixa locis, praesertim ad Vaticanae ac Lateranensis Basilicae valvas. Quae antem Romae, tamquam in christianae reipublicae centro et communi pátria fidelium, promulgarentur, ea ubique gentium promulgata censebantur, vimque legis plenissimam obtinebant.		A Promulgação das Constituições e leis pontifícias, no decurso dos tempos, nem sempre foi feita do mesmo modo na Igreja Católica; no entanto prevaleceu por vários séculos o frequente costume proposto de que fossem dadas à público algumas cópias que eram afixadas em alguns locais do Orbe, em especial nas portas das Basílicas Vaticana e Lateranense. Como pátria comum dos fiéis e centro da republica cristã, a promulgação das leis era obtida antes em Roma, sem nenhuma oposição, promulgadas com o consenso de todo o mundo.
Verum, quum promulgandae legis ratio et modus a legislatoris voluntate pendeat, cui integrum est constitutas innovare ac moderari formas, aliasque pro temporum ac locorum opportunitate sufficere; idcirco factum est, ut, vel anteactis temporibus, non omnes Apostolicae Sedis leges ac Constitutiones, memorata forma, hoc est consuetis Urbis affixae locis promulgarentur.		Em verdade, a razão e o modo pelo qual as leis são promulgadas pende da vontade do legislador, que completa, inova e modera as determinadas formas, tanto para outros tempos e lugares quando a oportunidade se faz suficiente; portanto, sucedeu que, mesmo com o passar dos tempos, nem todas as leis e Constituições da Sé Apostólica, foram promulgadas daquela memorável forma, quando eram afixadas em locais do Orbe.
Recentius, sacrarum praesertim Congregationum opera, quibus Romani Pontifices, ad leges iam latas declarandas aut ad novas constituendas, utebantur, id fere in consuetudinem venit, ut acta Sanctae Sedis eiusque decreta, in Officio a secretis a quo edita essent legitima auctoritate vulgata, hoc ipso promulgata haberentur.		Recentemente, em especial para as obras das Sagradas Congregações, as leis já declaradas e as novas constituições promulgadas pelos Romanos Pontífices, vem sendo utilizado, já como meio comum, os decretos da Acta Sanctae Sedis, a partir do qual são editados pela comum legítima autoridade no Oficio do Secretário.
Publici sic iuris effecta, dubitari quidem nequit, quin acta ipsa rata firmaque essent, tum quod plerumque munita clausulis, contrariis quibusvis derogantibus, tum quod id genus		Com efeito na lei pública, não há dúvida, que deva permanecer firme e estável, bem como deva estar munida de cláusulas, derrogadas quaisquer coisas em contrário, devendo esse tipo

promulgatio esset vel expresse vel tacite approbata a Pontifice Maximo. Huic tamen promulgandi rationi etsi plena vis esset, solemnitas illa deerat, quam par est supremae auctoritatis actis accedere. Ea de causa complures Episcopi, non modo a Nobis, sed a Nostris etiam Decessoribus, quum saepe alias, tum novissime in postulatis circa Ius canonicum in codicem redigendum, flagitarunt, ut a suprema Ecclesiae auctoritate Commentarium proponeretur, in quo novae promulgarentur ecclesiasticae leges, et Apostolicae Sedis acta vulgarentur. Re igitur mature perpensa, adhibitisque in consilium aliquot S. R. E. Cardinalibus, Antistitum, quos diximus, excipienda vota rati, auctoritate Nostra Apostolica, harum Litterarum vi, edicimus, ut, ineunte próximo anno MDCCCCIX. Commentarium officiale de Apostolicae Sedis actis edatur Vaticanis typis. Volumus autem Constitutiones pontificias, leges, decreta, aliaque Tum Romanorum Pontificum Tum sacrarum Congregationum et Officiorum scita, in eo Commentario de mandato Praelati a secretis, aut maioris administri eius Congregationis vel Officii, a quo illa dimanent, inserta et in vulgus edita, hac una, eaque unica, ratione legitime promulgata haberi, quoties promulgatione sit opus, nec aliter fuerit a Sancta Sede provisum. Volumus praeterea in idem Commentarium cetera Sanctae Sedis acta referri, quae ad communem cognitionem videantur utilia, quantum certe ipsorum natura sinat; eique rei perficiendae sacrarum Congregationum, Tribunalium et aliorum Officiorum moderatores opportune consulere. Haec edicimus, declaramus, sancimus, decernentes has Litteras Nostras firmas, validas et efficaces semper esse ac fore, suosque plenarios et íntegros effectus sortiri atque obtinere, contrariis quibusvis non obstantibus.		de promulgação ser expressa ou tacitamente aprovada pelo Pontífice Maximo. No entanto a razão desta promulgação embora seja com força plena, mesmo que falte solenidade, deva corresponder como atos de suprema autoridade. Por essa razão, vários bispos, e não somente Nós, mas também Nossos Predecessores, por freqüentes vezes, perguntamos finalmente acerca de redigirmos um Código de Leis canônicas, como é exigido, com Comentário proposto pela suprema autoridade da Igreja, no qual estarão promulgadas as novas leis eclesiásticas, e as publicações dos atos da Santa Sé. Após madura reflexão, aplicando os conselhos de vários dos Cardeais e Bispos da S.R.E., já mencionados, com claros e refletidos votos, com Nossa autoridade Apostólica, em virtude desta Carta, proclamamos, que se dê início no próximo ano de 1909. Edição típica Vaticana do Comentário Oficial dos atos da Sé Apostólica. Queremos que este contenha as Constituições Pontifícias, leis, decretos e outros já conhecidos dos Pontífices Romanos, das Sagradas Congregações e Ofícios, o Prelado secretário terá o mandado sobre o Comentário, que será dos mais sábios dos administradores das Congregações ou dos Ofícios, à partir do qual irão decidir, inserir e editar no vulgar, e por este único motivo, haverá razão legítima para ser promulgada, sempre que a promulgação for necessária, única maneira prevista pela Santa Sé. Queremos em seguida que no mesmo restante do Comentário da referida Ata da Santa Sede, visto ser útil para o conhecimento comum, como certo estamos das deliberações dessa natureza, para ser realizada nas Sagradas Congregações, Tribunais e outros Ofícios pelos moderadores por conselhos oportunos. Essas coisas nós editamos, declaramos, discernimos por esta firme Carta Nossa, válida e eficaz, é e sempre o será, obterão e surtirão seus plenos e íntegros efeitos, não obstante qualquer disposição em contrário.

Dado em Roma em São Pedro, no milésimo nonagésimo oitavo ano da Encarnação do Senhor, III Calendas de Outubro, sexto ano de Nosso Pontificado.

A. CARD. DI PETRO, datarius
R. CARD. MERRY DEL VAL, a secretis status
VISA: DE CURIA I. DE AQUILA E VICECOMITIBUS.
V. CUGNONIUS

2º FONTE DO CANON 09

AAS 05 (1913) 558

SECRETARIA STATUS		**SECRETARIA DE ESTADO**
DE PROMULGATIONE QUARUMDAM PONTIFICIARUM CONSTITUTIONUM AC LEGUM.		**A PROMULGAÇÃO DE CERTAS LEIS E CONSTITUIÇÕES PONTIFÍCIAS.**
Ex audientia Sanctissimi, die 26 decembris 1913.		*Audiência com Sua Santidade, dia 26 de dezembro de 1913*
Completa nuper editione voluminum quae *Acta Pii X* inscribuntur, ad dubitationem quamlibet praecavendam de legitima promulgatione Pontificiarum constitutionum ac legum in iis insertarum; Ssmus Dnus noster Pius divina providentia PP. X, referente me infrascripto Cardinali a Secretis Status, decernere dignatus est: omnes ac singulas Constitutiones ac leges, in quatuor praedictorum *Actorum* voluminibus contentas, plenissime promulgatas atque idcirco ratas firmasque habendas esse, perinde ac si in commentario officiali *"Acta Apostolicae Sedis"*,insertae verbo ad verbum fuissent. Contrariis quibusvis, etiam speciali ac individua mentione dignis, minime obstantibus. Datum Romae, e Secretaria Status, die, mense et anno praedictis. **R. CARD. MERRY DEL VAL.**		Para evitar qualquer dúvida sobre a legítima promulgação das Leis e Constituições Pontifícias inseridas na recente edição completa do volume intitulado *Acta Pii X*, o Santíssimo Senhor Nosso, pela divina providência, *Papa Pio X*, referindo-se ao abaixo assinado Cardeal Secretário de Estado, dignou-se discernir: todas e cada uma das Constituições e leis, contidas nos quatro volumes dos referidos ACTOS, devam ser consideradas plenamente promulgadas, ratificadas, fixas e em conformidade, bem como foram inseridas palavra por palavra, no comentário oficial *"Acta Apostolicae Sedis"*. Não obstante qualquer coisa contrária, mesmo se dignos de menção especial ou individual. Dado em Roma, na Secretaria de Estado, dia, mês e ano preditos. **R. CARD. MERRY DEL VAL.**

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

PODEMOS NOTAR CLARAMENTE **POR ESSA FONTE** QUE O PRÓPRIO PAPA SÃO PIO X INDICA QUE A PROMULGAÇÃO DEVE SER FEITA DE FORMA QUE SEJA INSERIDO TODO O DOCUMENTO **"PALAVRA POR PALAVRA"** NAS ATAS APOSTÓLICAS (AAS).

CCDC ao CANON 9, PÁG.109 – LIVRO I

148. 4º **Modos de fazer a promulgação**

a) **NO DIREITO ANTIGO**. – O modo de promulgar as leis eclesiásticas tem sido muito diverso no decurso do tempo.

(...)

A partir do ano 1870 os documentos pontifícios se promulgavam mediante a publicação que dos mesmos se fazia nos próprios ofícios ou dicastérios, e com frequência, principalmente desde o ano de 1904, por sua inserção em *Acta Santa Sedis*. Mas não havia uma norma legal sobre a matéria.

Esta norma fixa e legal sobre a promulgação dos documentos da Santa Sé foi dada pelo papa São Pio X, em 29 de setembro de 1908, na Const. *Promulgandi*, que estabeleceu para todos os documentos pontifícios que necessitarem promulgação a mesma norma que agora recolhe o Can.9.

149. b) **NO DIREITO VIGENTE**.

1) Leis dadas pela Sé Apostólica. – Aqui está o que manda o can.9: **"As leis dadas pela Sé Apostólica se promulgam mediante sua publicação no Comentário Oficial dos *Atos da Sé Apostólica (AAS)*, a não ser que se prescreva outra forma de promulgação"**.

Para a promulgação das leis pontifícias se requer a edição ou publicação no comentário oficial de AAS. Advertem os autores que a edição não é simplesmente a impressão ou inserção, mas que se exige alguma distribuição de exemplares. Mas, como aos súditos não seja fácil que lhes possa constar quando chegou a realizar-se a suficiente distribuição, esta se considera feita na data que leva o fascículo, e a mesma data assinala o dia da promulgação para todas as leis pontifícias contidas num mesmo fascículo, ainda que cada um dos documentos inseridos tenha data distinta. O autor da lei cuidará de pôr no fascículo a data que cria corresponder à efetiva edição ou início da distribuição.

(...)

As normas da promulgação que estabelece o can.9 já temos dito que valem só para as leis dadas pela Sé Apostólica, não para os outros documentos publicados em AAS. Pelo qual é necessário distinguir quando se trata ou não de verdadeiras leis. Uma norma para isso é a mesma inscrição dos documentos. Quando se inscrevem, por exemplo, *"Toletanae et aliarum"*, ou *"Diocesis Salmaticensis"*, é sinal que não se trata de leis universais, mas senão, de leis particulares. **Os "decretos" ou "dúvidas", se não levam alguma limitação expressa, hão de considerar-se como documentos universais com caráter legal.** Ainda os documentos não gerais contém para aqueles aos quais não se dirigem uma norma não obrigatória, mas segura, e até um convite a segui-la, e por isto as vezes se publicam em AAS.

150. 2) *Leis não pontifícias*. – Nunca se há prescrito um modo determinado de promulgar as leis não pontifícias, sejam episcopais ou conciliares. Assim o afirmou do *direito antigo* o papa Bento XIV. A mesma carência de uma norma fixa sobre a matéria subsistiu até o Código, no qual tampouco se dá uma norma geral concreta. Sobre as leis episcopais diz o can. 335 §2: "O modo de promulgá-las (as leis episcopais) o determina o próprio bispo". O mesmo se estabelece na ordem das leis conciliares: "Os mesmos Padres do concílio (plenário ou provincial) determinarão o modo da promulgação dos decretos" (can.291§1). (...)

Podemos notar claramente que o texto do Comentário ao CDC nem mesmo menciona algo sobre “outra forma de promulgação”, nos deixando claro que essa “outra forma” não possui relevância alguma para ser comentada, pois a publicação nas Atas é **sempre necessária** à promulgação, mesmo que esporadicamente seja também usada uma “outra forma”.

Sobre a possibilidade de se prescrever *“outra forma de promulgação”* aludida no referido can.9, citamos o comentário de González del Valle, José M. – Ius canonicum – *Los Actos Pontifícios como fuente del Derecho Canónico*, Vol 16, Nº32, 1976***** – pág.275:

“O Can.9 prevê certamente que nos casos particulares pode prescrever-se uma forma de promulgação distinta da inserção da norma nas AAS (Acta Apostolicae Sedis). Tal possibilidade resulta, no entanto, inviável; já que para estabelecê-la seria necessária uma norma que determinasse em que consiste essa *“outra forma de promulgação”*, a qual por sua vez, para que pudesse ser considerada devidamente promulgada teria que estar publicada na AAS. Uma vez em vigor a nova forma de promulgação, caberia promulgar conforme essa nova modalidade. Mas, claro está, esta possibilidade prevista pelo can.9 de *“outra forma de promulgação”* resulta tão complexa que faz impraticável seu uso. Mas à parte de sua dificuldade, essa *“outra forma de promulgação”* resulta ademais desnecessária. ” (*****na época deste escrito vigorava o CDC de 1917, mesmo na “igreja conciliar”)

Um exemplo claro do uso de “outra forma de promulgação” foi utilizada pelo SS. Papa Bento XV, na Festa de Pentecostes do ano de 1917 para com o Código de Direito Canônico, que na ocasião, fez uso do Motu proprio *“Providentissima Mater Ecclesia”*, para fazer a promulgação do mesmo. Mas mesmo assim, tanto o motu próprio, quanto todo o CDC foi publicado integralmente (letra por letra) também nas *Actas Apostolicae Sedis* (AAS 9,II – 1917). Também o SS. Papa Pio XII, no dia 02 de junho de 1957, fez uso do Motu Proprio “*Cleri Sanctitati”*, para a **promulgação** do Código de Direito Canônico das Igreja Orientais, que também foi integralmente inserido nas *Actas Apostolicae Sedis* (AAS 49 – 1957 - págs. 433-600). Isso indica claramente que mesmo havendo uma *“outra forma de promulgação”*, como nestes casos acima descritos, nos quais os Romanos Pontífices se utilizaram de um motu proprio, ainda sim os mesmos textos dos dois Códigos foram integralmente reproduzidos nas Atas Apostólicas. Isto se dá para evidenciar que mesmo utilizando ocasionalmente de uma “outra forma de promulgação” para dar solenidade à lei promulgada (uma bula ou um motu próprio), o mesmo é de fato promulgado por sua publicação integral na AAS, para que nunca se deixe de cumprir o que está prescrito no Canon nº9. Aqui então fica refutado o argumento sofista daqueles que afirmaram que a promulgação pode ser feita somente de “outra forma”- ignorando que - para que tenha validade deva também ser publicada nas AAS.

C - EXEMPLOS de DOCUMENTOS da SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS: PROMULGADOS e NÃO PROMULGADOS EM AAS.

Sabemos por meio dos fatos e da prática que os Decretos de Caráter Geral emitidos pela Congregação dos Ritos, por serem leis litúrgicas universais devem ser devidamente promulgadas em AAS. Por outro lado, também sabemos que a mesma Congregação possui prerrogativas próprias que lhe dão poderes para emitir decretos particulares que não necessitam de promulgação (em AAS), observando então que estes (decretos) como iremos mostrar pelo Canon nº17, **NÃO OBRIGAM** quando NÃO publicados nas mesmas **AAS** (salvo quando estejam aprovando novas edições típicas de livros litúrgicos já promulgados anteriormente). Daremos abaixo duas listagens com alguns exemplos, a primeira irá conter documentos promulgados, a segunda conterá os decretos particulares (não promulgados) que não são direcionados à Igreja Universal, mas apenas à uma porção desta. Em seguida daremos uma explanação geral na questão.

Documentos promulgados em AAS:

Papa Bento XV

1) 10 Mar 1917, **SC RITUUM, DECR. AAS 9** (1917) 188-190
   Decreto acerca das Rubricas do Breviário

2) 12 Dez 1918, **SC RITUUM, DECR. AAS 10** (1918) 26-27
   URBIS ET ORBIS Decreto para elevação do rito duplex I de Primeira Classe do dia 19 de março, São José Esposo da Bem-Aventura Virgem Maria, e do dia 29 de setembro, na Dedicação de São Miguel Arcanjo.

3) 09 Abr 1919, **SC RITUUM, DECR. AAS 11** (1919) 191
   URBIS ET ORBIS Decreto de Aprovação do Prefácio da Festa de São José, Esposo da Bem-Aventurada Virgem Maria.

4) 09 Abr 1919, **SC RITUUM, DECR. AAS 11** (1919) 191
URBIS ET ORBIS Decreto de Aprovação do Prefácio das Missas para os defuntos.

5) 06 Out 1919, **SC RITUUM, DECR. AAS 11** (1919) 420-421
URBIS ET ORBIS Decreto de Indulto nas Missas Requiem nos Domingos.

6) 14 Jan 1920, **SC RITUUM, DECR. AAS 12** (1920) 448
DE EDITIONE TYPICA MEMORIALIS RITUUM

7) 06 Fev 1920, **SC RITUUM, DECR. AAS 12** (1920) 333-334
Edição declarada típica vaticana do Breviário Bracarense

8) 25 Jul 1920, **SC RITUUM, DECR. AAS 12** (1920) 448-449
Edição Típica do Missal Romano

Papa Pio XI

9) 09 Aug 1922, **SC RITUUM, DECR. AAS 14** (1922) 506-508
ADDITIONES FACIENDAE IN RITUALI ROMANO
(Sobre o sacramento da Extrema-Unção)

10) 13 Fev 1924, **SC RITUUM, DECR. AAS 16** (1924) 219-220
BENEDICTIO SEISMOGRAFHI (Benção para o Sismógrafo)

11) 23 Jul 1924, **SC RITUUM, DECR. AAS 16** (1924) 472
BENEDICTIO BIBLIOTHECAE ET ARCHIVI
(Benção da Biblioteca e do Arquivo)

12) 10 Jun 1925, **SC RITUUM, DECR. AAS 17** (1925) 326
DECRETUM – NOVAM RITUALIS ROMANI EDITIONEM APPROBANS
Decreto de Aprovação da Nova Edição do Ritual Romano

13) 12 Dez 1925, **SC RITUUM, DECR. AAS 17** (1925) 668
URBIS ET ORBIS – Dominica ultima Octobris –
FESTUM DOMINI NOSTRI IESU CHRISTI REGIS
Festa de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei

14) 01 Ago 1938, **SC RITUUM, DECR. AAS 30** (1938) 292-295
VARIATIONES FACIENDAE IN RUBRICIS BREVIARII ET MISSALIS ROMANI.

Papa Pio XII

15) 14 Jan 1944, **SC RITUUM, DECR. AAS 36** (1944) 28-29
Decreto de uso da saliva na Administração do Batismo

16) 28 Jan 1944, **SC RITUUM, DECR. AAS 36** (1944) 60
Decreto para a confecção do óleo santo no ano 1943

17) 12 Mai 1944, **SC RITUUM, DECR. AAS 36** (1944) 154
URBIS ET ORBIS Decreto de Vinho na Purificação e Ablução do Cálice na Missa.

18) 04 Mai 1944, **SC RITUUM, DECR. AAS 37** (1945) 51-52
Decreto de variações nas rubricas do Missal e Breviário Romano para introdução da Festa do Imaculado Coração da Bem-Aventurada Virgem Maria.

19) 26 Nov 1946, **SC RITUUM, DECR. AAS 39** (1947) 36
Decreto de Preces para a República da Itália pós Missa Conventual para ser recitada no país italiano segunda a norma contida no artigo 12 da Concordata com a Sé Apostólica.

V. Dómine, salvam fac Repúblicam et Praesidem ejus.
R. Et exáudi nos in die, qua invocavérimus te.
V. Salvum fac pópulum tuum, Dómine: et bénedic hereditáti tuae.
R. Et rege eos et extólie illos usque in aeternum.
V. Dómine, exáudi oratiónem meam.
R. Et clamor meus ad te véniat.
V. Dóminus vobiscum.
R. Et cum spíritu tuo.

OREMUS

Pópulum tuum, quaesumus, Dómine, contínua pietáte custódi, ejúsque Rectóres sapiéntiae lúmine, illústra: ut, quae agenda

sunt, videant, et ad impléndа quae vidérint, convaléscant. Per Christum Dóminum nostrum.
R. Amen.

20) 27 Fev 1948, **SC RITUUM, DECR. AAS 40** (1948) 124
URBIS ET ORBIS Decreto Aprovação da "Ellogia" inserida no Martiriológio Romano.

21) 09 Fev 1951, **SC RITUUM, DECR. AAS 43** (1951) 128-137
De Solemni Vigilia Paschali Instauranda
Solene Vigília da Páscoa Instaurada
(facultativa no ano, e "ad experimentum")
(O Decreto Geral está em anexo no Apêndice)

22) 11 Jan 1952, **SC RITUUM, DECR. AAS 44** (1952) 48-63
De Facultativa Celebratione Instauratasi Vigiliae Paschalis ad Triennium Prorogata Additis Ordinationibus et Rubricarum Variationibus
Celebração Facultativa da Vigília Pascal Instaurada prorrogada para três anos com Ordenações e Variações adicionadas nas rubricas.
(facultativa e prorrogada para o triênio 1952, 1953, 1954, portanto ainda "ad experimentum")

O texto completo da Vigília, da forma como foi promulgado "palavra por palavra", está no final do estudo no Apêndice (pág.44). Note-se que foram promulgadas todas as rubricas das alterações desta Vigília nas AAS.
https://www.vatican.va/archive/aas/documents/AAS-44-1952-ocr.pdf

23) 15 Jan 1955, **SC RITUUM, DECR. AAS 47** (1955) 48
De Instauratae Vigiliae Paschalis Facultativa Celebratione Ulterius Proroganda.
Vigilia Pascal Instaurada, celebração ***facultativa*** *prorrogada para mais um ano.*
(na próxima página está o decreto)

II

DECRETUM

DB INSTAURATAE VIGILIAE PASCHALIS FACULTATIVA CELEBRATIONE ULTERIUS PROROGANDA.

Instauratae Vigiliae Paschalis celebratio, de locorum Ordinariorum iudicio facultative exsequenda, iam per decretum diei 12 Ianuarii anni 1952 per triennium concessa, attentis peculiaribus rerum adiunctis, de mandato Sanctissimi D. N. Pii Papae XII ulterius ad alium annum prorogatur.

Contrariis quibuslibet non obstantibus.

Die 15 Ianuarii 1955.

C. Card. CICOGNANI, *Praefectus*

L. h£ S.

f A. Carinci, Archiep. Seleucien., *Secretarius*

Nota: O texto ao qual se refere o Decreto de prorrogação acima citado foi promulgado nas AAS, mas como uma Vigília facultativa e experimental, sendo que após o término das prorrogações não existe nenhuma outra prorrogação oficial para o uso do texto da vigília.

24) 23 Mar 1955, **SC RITUUM, DECR. AAS 47** (1955) 218-224
De Rubricis ad Simpliciorem Formam Redigendis
Decreto Geral para Simplificação e Redução da forma das rubricas

25) 1 Mar 1955, **SC RITUUM, DECR. AAS 47** (1955) 250-256
URBIS ET ORBIS
Festum Sancti Pii Papa X, Confessoris, ab Universa Ecclesia, cum Officio et Missa Propiis Celebrandum Decernitur
Festa do Papa São Pio X, Confessor, para a Igreja Universal, com Ofício e Missa Próprios.

O texto completo desta Festa, da forma como foi promulgado palavra por palavra, está no Apêndice (pág.55). Note-se que foram promulgadas todas as rubricas, orações e leituras nas AAS.

26) 31 Mai 1955, **SC RITUUM, DECR. AAS 47** (1955) 470-480
Officium et Missa in Festo Beata Maria Virginis Regina
Ofício e Missa na Festa da Bem Aventurada Virgem Maria Rainha

O texto completo desta Festa, da forma como foi promulgado palavra por palavra, está no Apêndice (pág.63). Note-se que foram promulgadas todas as rubricas, orações e leituras nas AAS.

27) 16 Nov 1955, **SC RITUUM, DECR. AAS 47** (1955) 838-841
Decreto Geral sobre a Ordem Restaurada da Semana Santa "*Maxima redemptionis nostrae mysteria*".
Texto completo em latim:
https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccdds/documents/rc_con_ccdds_doc_19551116_maxima-redemptionis_la.html
Em português:
http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BEAG/BEAG-A14-N07&p=6
O texto completo deste Decreto Geral está no Apêndice (pág.88 em latim e pág. 99 na língua portuguesa)

28) 31 Out 1956**, SC RITUUM, DECR. AAS 48** (1956) 844
URBIS ET ORBIS Decreto Fórmula Aprovada para bendições de pedreiras e oficinas de marmoraria.

29) 24 Apr 1956**, SC RITUUM, INSTR. AAS 48** (1956) 226-237
OFÍCIO E MISSA DA SOLENIDADE DE SÃO JOSÉ OPERÁRIO ESPOSO DA BEM AVENTURADA VIRGEM MARIA

O texto completo desta Festa, da forma como foi promulgado palavra por palavra, está no Apêndice (pág.75). Note-se que foram promulgadas todas as rubricas, orações e leituras nas AAS.

30) 01 Fev 1956, **SC RITUUM, INST. AAS 49** (1957) 91-95
ORDINATIONIS ET DECLARATIONIS, Ordenanças e Declarações acerca da Ordem Restaurada da Semana Santa.

31) 03 Set 1958**, SC RITUUM, INSTR. AAS 50** (1958) 630-663
Instrução de Música Sacra e Sagrada Liturgia em referência das Cartas Encíclicas do Papa Pio XII *"Musicae Sacrae Disciplina"* e *"Mediator Dei".*

Fontes: ACTA APOSTOLICAE SEDIS (AAS) e ***LEGES ECCLESIAE*** *post Codicem Iuris canonici editae* – Xaverius Ochoa – Volumem I e II – Leges Annis 1917-1941/ 1942-1958 Editae – Roma 1966/1969

DECRETOS PARTICULARES (NÃO promulgados em AAS):

Papa Bento XV

1) 23 Out 1919**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
DE EDITIONE TYPICA ANTIPHONALIS DIURNI
Edição Típica do Antifonário Diurno

2) 11 Jan 1922**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
NOVA MARTYROLOGII ROMANI EDITIO APPROBATUR
Aprovação da nova Edição do Martiriológio Romano

Papa Pio XI

3) 22 Fev 1922**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
Aprovação da Edição Vaticana do Oficio da Semana Santa Maior e Oitava da Páscoa, com canto

Papa Pio XII

4) 16 Mar 1939**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
MEDIOLANEN (Arquidiocese)
APPROBATUR NOVA EDITIO VESPERALIS AMBROSIANI
Aprovação da nova edição do Vesperal Ambrosiano

5) 25 Jan 1952**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
NOVA EDITIO TYPICA RITUALIS ROMANI APPROBATUR
Aprovação da Nova Edição Típica Ritual Romano

6) 12 Jan 1954**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
APPROBANTUR LITANIAE IN HONOREM SPIRITUS SANCTI
Aprovação da Litania em honra do Espírito Santo
(a pedido do Revmo. Bispo de Puebla, Joseph C. Willging.)

7) 26 Nov 1955**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
APPROBANTUR ALIQUAE MUTATIONES AD SIMPLIFICIUS REDIGENDAS RUBRICAS MISSALIS AC BREVIARII RITUS AMBROSIANI

8) 30 Nov 1955**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
EDITIO ORDINIS HEBDOMADAE SANCTAE INSTAURATI APPROBATUR ET TYPICA DECLARATUR*
APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO TÍPICA DA EDIÇÃO DO ORDO RESTAURADO DA SEMANA SANTA
*apresentamos o texto completo deste decreto logo abaixo

9) 11 Fev 1956**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
APPROBATUR EDITIO TYPICA *"CANTUS GREGORIANI AD ORDINEM HEBDOMADAE SANCTAE INSTAURATUM PERTINENTES",* GRADUALI ET ANTIPHONALI ROMANO INSERENDI
Aprovação da Edição Típica do Gradual e Antifonário Romano de Canto Gregoriano, com inserção pertinente a Ordem Restaurada da Semana Santa.

10) 05 Mar 1956**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
MITTUNTUR EDITORIBUS PONTIFICIIS ***"ADDITIONIS ET VARIATIONIS"*** IUSTA ORDINEM HEBDOMADAE SANCTAE INSTAURATUM ET DECRETUM GENERALE *"DE RUBRICS AD SIMPLICIOREM FORMAM REDIGENDIS"* IN RUBRICAS BREVIARII ROMANAE INDUCENDAE
(Mandado para a edição Pontifical das "ADIÇÕES E VARIAÇÕES" conforme Ordem Restaurada da Semana Santa e do Decreto Geral *"De Rubrics ad Simpliciorem formam redigendis"* introduzidas nas rubricas do Breviário Romano)

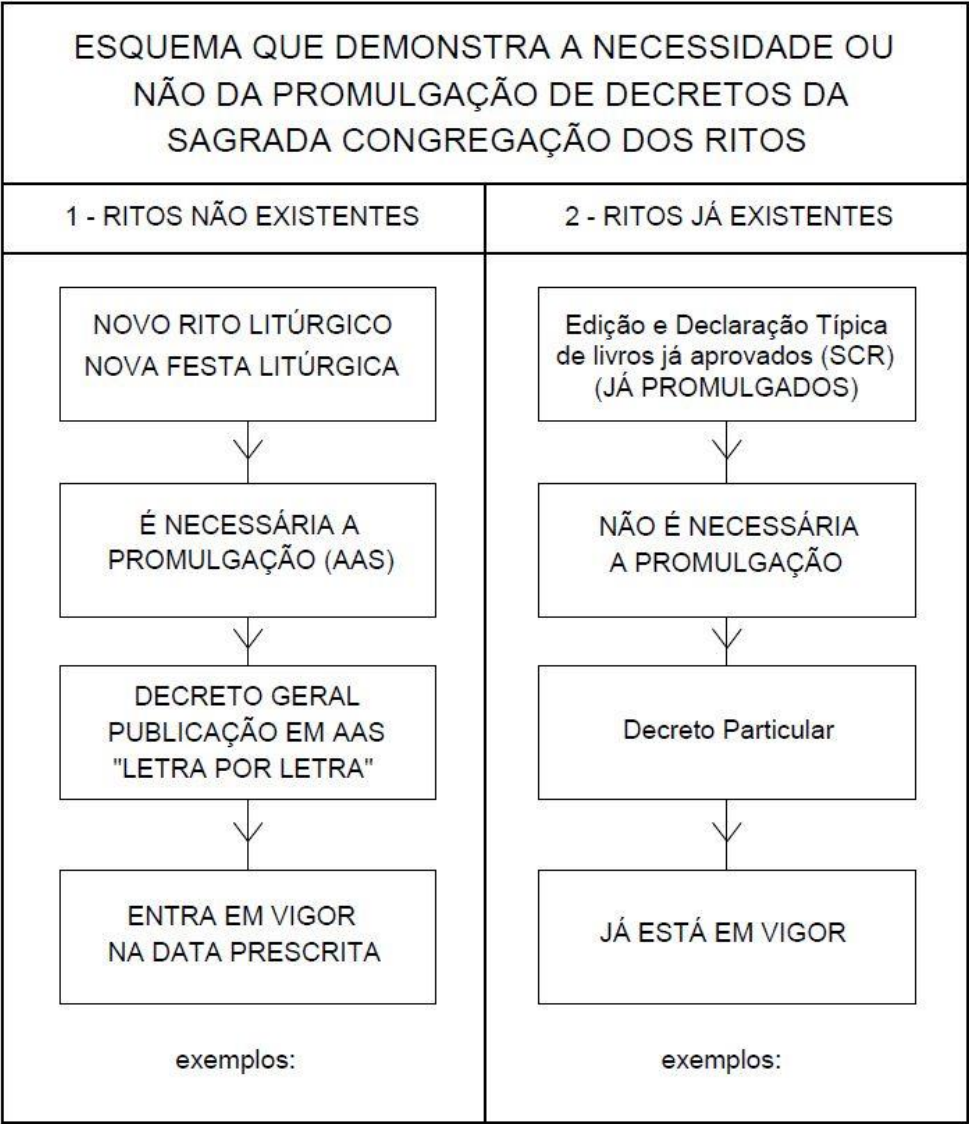
11) 05 Fev 1958**, SC RITUUM, DECRETUM PART.**
URBIS ET ORBIS Facultas Benedictionem Cinerum Iterandi in Missa Vespertina.

Fontes: ***LEGES ECCLESIAE*** *post Codicem Iuris canonici editae* – Xaverius Ochoa – Volumem I e II – Leges Annis 1917-1941/ 1942-1958 Editae – Roma 1966/1969

O que podemos claramente perceber quando fazemos a comparações entre os Decretos Gerais e os Decretos particulares emitidos pela Congregação dos Ritos é que:

1) no primeiro caso é quando a mesma dá um decreto para a Igreja como um todo (universal), este sempre será promulgado nas AAS (DECRETO GERAL); mas quando o decreto é direcionado para apenas uma porção da Igreja (diocese, congregação, bispo) o mesmo não é promulgado nas AAS e o Decreto é do tipo Particular. Exemplo: Quando a SCR aprova determinada oração, ou determinado rito apenas para uma Diocese Particular, a partir do pedido de seu respectivo Bispo)
2) No segundo, seria quando a mesma SCR aprova uma edição típica de algum livro já em uso pela Igreja (missal, breviário, ritual romano, martiriológio, etc), ou seja, quando o rito já existe na Igreja (JÁ FOI PROMULGADO) e somente está sendo editada uma nova edição (sem alterações do mesmo) ou ainda quando possui adições já promulgadas, o Decreto será sempre particular; mas quando a nova Edição for conter adições ou alterações na matéria editada no livro precedente (for conter matéria não promulgada), e isso toca à toda Igreja Universal, **é necessário um Decreto Geral no qual são descritas todas as alterações feitas no rito e promulga-se nas AAS, palavra por palavra**. Assim sendo, somente após essa promulgação por um Decreto Geral, que poderá ser aprovada uma nova edição típica desse mesmo livro litúrgico.
   É necessário então termos o seguinte entendimento:
   Aprovar e Declarar Típica uma nova edição de um livro litúrgico **sempre é função de um Decreto Particular**, mas note-se com clareza: o decreto particular nunca aprova um novo rito, **mas apenas aprova uma nova edição** de um livro litúrgico. Desta forma, as matérias contidas nesse livro litúrgico, para que possam ter lugar nesse mesmo livro litúrgico já devem ter sido promulgadas anteriormente através de um Decreto Geral publicado nas ASS. Deixando bem claro que: **DECRETOS GERAIS APROVAM RITOS** e **decretos particulares aprovam edições de livros litúrgicos**, que são coisas bem distintas. Poderia surgir então a seguinte pergunta: Um decreto particular não goza da prerrogativa da infalibilidade da Igreja? R – Sim, é infalível enquanto toda a sua matéria estiver devidamente promulgada “palavra por palavra” nas

ASS, pois assim ele apenas é um eco daquilo que está contido nos DECRETOS GERAIS. Essa seria a regra geral para distinguir o que deve ser promulgado e o que não há necessidade.

O quadro explicativo abaixo resume bem a questão:

Os exemplos referidos no quadro estão descritos nas páginas 17 até a 25.

D - O caso do ORDO HEBDOMADAE SANCTAE INSTAURATUS

O referido **ORDO** acima descrito, é o *ORDO HEBDOMADAE SANCTAE INTAURATUS* (Ordo Restaurado da Semana Santa - OHS) citado no Decreto Geral "*Maxima Redemptiones nostrae mysteria*", do dia 16 de novembro de 1955, vejamos a citação do Decreto GERAL:

Trecho do **DECRETO GERAL** *"Maxima Redemptiones nostrae mysteria"*:

I - Instauratus Ordo hebdomadae sanctae praescribitur	**I – Prescrição do Ordo Restaurado da Semana Santa**
1. Qui ritum romanum sequuntur, in posterum servare tenentur Ordinem hebdomadae sanctae instauratum, in editione typica Vaticana descriptum. Qui alios ritus latinos sequuntur, tenentur tantummodo servare tempus celebrationum liturgicarum in novo Ordine statutum. 2. Novus hic Ordo servari debet a die 25 Martii, dominica II Passionis seu in palmis, anni 1956. 3. Per totam hebdomadam sanctam nulla admittitur commemoratio, et in Missa prohibentur quoque collectae, quolibet titulo imperatae. (AAS 47 -1955)	1. Aqueles que seguem o rito romano terão no futuro que observar o **Ordo Restaurado da Semana Santa**, descrito na edição típica Vaticana. Os que seguem outros ritos latinos estão sujeitos somente à hora das funções litúrgicas estabelecidas na nova Ordem. 2. O novo Ordo entrará em vigor no dia 25 de março, 2ª. Domingo da Paixão, do ano de 1956. 3. Durante a Semana Santa excluem-se todas as comemorações, e, na Missa, se omitem também as orações imperadas sob qualquer título. (AAS 47 -1955)

DISTINÇÕES à SEREM OBSERVADAS NO DECRETO GERAL de 16/11/1955:

ATOS que DECRETO GERAL manda fazer:

1) O Decreto Geral altera o horário da Vigília do Sábado Santo para a noite.
2) O Decreto Geral dá a ordem para que **no futuro** o **ORDO (OHS)** seja observado por todos aqueles que seguem o rito romano, mas ao mesmo tempo não altera absolutamente nada com relação ao secular rito da Semana Santa Maior.
3) O Decreto Geral afirma que esse mesmo **ORDO (OHS)** à ser observado seja aquele descrito na Edição Típica Vaticana, edição que, como já expusemos acima (2) não teve nenhum novo rito promulgado nas AAS. Restando-nos então o único entendimento de que o Rito que deveria constar nessa nova Edição fosse aquele usado secularmente pela Igreja, com apenas a alteração no horário da vigília.

ATOS QUE O DECRETO GERAL NÃO FAZ E NÃO MANDA FAZER:

1) **NÃO DÁ NENHUMA APROVAÇÃO** para a nova Edição Típica Vaticana do ORDO (OHS) – já que a aprovação e declaração típica dessa edição deu-se por meio de um decreto particular, que como já foi explicado acima, só possui prerrogativas para aprovar novas edições de ritos já promulgados (já existentes).

2) **NÃO DECLARA TÍPICA** a edição Vaticana do referido **ORDO (OHS),** isso é deveras fato, tanto que, após 14 dias (no dia 30 de novembro) a **S.C. dos RITOS** emite o decreto particular para aprovar e declarar típica a nova edição do Ordo. (Perceba-se que se o Decreto Geral estivesse dando aprovação e declarando típica a nova Edição do ORDO (OHS), não seria necessário um decreto particular para fazer isso. Esse argumento também corrobora com o nº 1). Aqui temos uma distinção importante à fazer: entender que um decreto particular tem autoridade **apenas** para aprovar e declarar típica uma **nova EDIÇÃO** de um livro litúrgico QUE JÁ ESTEJA PROMULGADO, ou seja, **que um decreto particular NÃO tem autoridade para aprovar um novo RITO LITÚRGICO**, ato que se daria apenas por um DECRETO GERAL.

3) **NÃO PROMULGA** NENHUM NOVO TEXTO PARA O RITO DO NOVO ORDO (OHS), sendo que todo novo rito da Igreja Católica deve ter sua distinta promulgação (o rito inteiro deve ser inserido em AAS "palavra por palavra"). Não se pode utilizar o Decreto Geral (AAS 47) que apenas faz a **CITAÇÃO DO TÍTULO** do novo ordo (OHS) para afirmar que somente por essa "citação do título", todo um novo rito do Ordo da Semana Santa já estaria sendo promulgado, isso seria desonestidade intelectual, pois **NÃO BASTA APENAS** que seja citado no Decreto o TÍTULO DO ORDO, mas deveria constar no mesmo Decreto o ORDO INTEIRO, "PALAVRA POR PALAVRA". Pois todo novo rito, seja de uma Semana Santa, seja uma festa de um novo Santo, deve ter sua promulgação, que é a sua publicação "palavra por palavra" nas AAS. Além disso temos também o fato de que A FALTA da promulgação de um rito litúrgico "palavra por palavra" gera uma grande insegurança quanto ao que foi feito ou não no rito, ou seja, poderia ser introduzido qualquer elemento litúrgico, seja ele ortodoxo ou heterodoxo. Por isso mesmo, tudo deve constar nas AAS.

4) **NÃO MANDA SUBSTITUIR** o *Ordinis Hebdomadae Majoris* (antigo e secular rito da Semana Santa) por um novo rito.

No **decreto particular** (de 30/11/1955) consta a seguinte afirmação: "O Decreto Geral da Sagrada Congregação dos Ritos *"Maxima redemptionis nostrae mysteria"* do dia 16 de novembro de 1955, que no local onde consta-se o *Ordinis Hebdomadae Majoris*, até agora inserido no Missal e no Breviário Romano, **seja substituído** pelo *Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus*."; mas ao analisarmos todo o texto do referido **DECRETO GERAL**, percebemos que **NÃO CONSTA** nenhuma menção à um pedido de **SUBSTITUIÇÃO de RITOS**, mas apenas é citado o TÍTULO de um novo ordo (OHS), que obviamente conteria as alterações nas rubricas relativas à mudança de horário, que é a única alteração que consta no Decreto Geral. Assim, seguindo a linha de um raciocínio lógico, sabemos que um decreto particular não possui autoridade de mandar substituir um rito promulgado por um novo rito ainda não promulgado, concluindo assim que o decreto particular não estaria se referindo a uma substituição de ritos, mas sim apenas às rubricas de mudança de horário da vigília, sem, todavia, tocar nos ritos.

5) **NÃO TRÁS UM NOVO CÓDIGO DE RÚBRICAS,** o que significa que nada na *Semana Santa Maior* deveria sofrer qualquer alteração, pois não consta no DECRETO GERAL absolutamente nenhuma alteração nas rubricas, texto e rito. O Decreto Geral não descreve nenhuma inserção/modificação/subtração com relação ao texto da *Semana Santa Maior*. Assim sendo não existe argumento válido para a afirmação de que as alterações estivessem sido aprovadas pelo mesmo Decreto Geral, pois no mínimo elas deveriam ter sido promulgadas "palavra por palavra" nas AAS, mas não estão lá, fato que comprova o que estamos afirmando.

O DECRETO PARTICULAR DA S.C. dos Ritos

Daremos à público, o conhecimento de um **Decreto** da Sagrada Congregação dos Ritos, que justamente por ser um Decreto Particular, não foi promulgado nas ASS, pois é a Aprovação e Declaração da Edição Típica Vaticana do **OHS** (Ordo Hebdomadae

Sanctae Instauratus) destinado ao uso de toda a Igreja (no mundo inteiro), um novo ORDO da Semana Santa (OHS) que **SUBSTITUI** o horário da Vigília do Sábado Santo, que era rezado na parte da manhã e passa à ser rezado à no horário da noite. Segue o decreto:

1955 NOV 30. – S.C. RITUUM - DECRETUM PART. **EDITIO ORDINIS HEBDOMADAE SANCTAE INSTAURATI APPROBATUR ET TYPICA DECLARATUR** “Decreto generali S. Rituum Congregationis *«Maxima redemptionis nostrae mysteria»*, die 16 novembris anni 1955, in locum Ordinis hebdomadae majoris, hucusque in Missali et in Breviario romano inserti, Ordo Hebdomadae sanctae instauratus substituitur. Hanc itaque Vaticanam editionem Ordinis hebdomadae sanctae instaurati, typicam esse declaramus, ab omnibus quibus spectat, in posterum unice adhibendam et ab editoribus, qui previlegium habent, accurate exscribendam. Die 30 novembris anni 1955. – C. Card. Cicognani, S. R. C. *Praef.* A. Carinci, Archiep. Seleuc., S. R. C. *a secretis*.	**DECRETO PARTICULAR** **EDIÇÃO DO ORDO RESTAURADO DA SEMANA SANTA APROVADA E DECLARADA TÍPICA** O Decreto Geral da Sagrada Congregação dos Ritos *“Maxima redemptionis nostrae mysteria”* do dia 16 de novembro de 1955, que no local onde consta-se o *Ordinis Hebdomadae Majoris*, até agora inserido no Missal e no Breviário Romano, **seja substituído** pelo *Ordo Hebdomadae Sanctae Instauratus*. Portanto declaramos típica a edição Vaticana do Ordinis hebdomadae sanctae instaurati, de tudo que seja, no futuro unicamente utilizado dos editores, que tenha privilégio, precisamente citado. Dia 30 de Novembro de 1955. – Card. Cicognani, S. R. C. *Prefeito* A. Carinci, Archiep. Seleuc., S. R. C. *secretário*.
Fontes: 1) ***LEGES ECCLESIAE*** *post Codicem Iuris canonici editae* – Xaverius Ochoa – Volumem II – Leges Annis 1942-1958 Editae – Roma 1969 2) EL* 70 (1956)81-82. Adn. A. BUGNINI – C.BRAGA in EL 70 (1956)82. *EL = *Ephemerides Liturgicae* [revista periódica sobre liturgia – Volume 69-70(1956)]	

DISTINÇÕES à SEREM OBSERVADAS NO DECRETO PARTICULAR de 30 de Novembro de 1955:

a) O Decreto particular tem como primeira finalidade **MANDAR SUBSTITUIR** no Missal e no Breviário Romano o “*Ordo da Semana Santa Maior*” pelo “ORDO RESTAURADO DA SEMANA SANTA;

Mas em que deveria consistir essa substituição?

De acordo com o conteúdo do DECRETO GERAL "*Maxima Redemptiones nostrae mysteria",* que de forma alguma modificou/alterou os ritos e os textos da Semana Santa Maior (pois nada disso consta nesse Decreto) a substituição do antigo ordo (Semana Santa Maior) para o novo ordo consistiria em apenas alterar nas rubricas o horário da Vigília do Sábado Santo, que era rezada na parte da manhã e passaria à ser no horário da noite, sem tocar nos ritos e nos textos já existentes. Somente isso deveria ter sido alterado nas rubricas deste novo Ordo (OHS). Pois já entendemos que um decreto particular possui autoridade apenas para Editar e Declarar típica edições de Livros Litúrgicos já existentes (já aprovados e em vigência na Igreja).

Desta forma, não podemos de forma alguma querer forçar nosso entendimento para chegar à conclusão de que esse decreto particular estaria substituindo um rito antigo já aprovado/promulgado, por um rito novo sem aprovação e sem promulgação. Pois esta função não pertence a um decreto particular, mas sim a um DECRETO GERAL. Assim sendo, para que pudesse constar neste decreto particular uma ordem de SUBSTITUIÇÃO de ritos, só poderia se dar em dois casos: a) O novo rito já deveria ter sido promulgado "palavra por palavra" por um Decreto Geral; b) somente o horário estaria sendo alterado pelo OHS (pois a alteração de horário não toca no texto do rito) e estaria sendo editado o mesmo rito da Semana Santa Maior de São Pio X, já que não existe outro rito promulgado em AAS.

REFLEXÃO:

Quando se substitui um código de rubricas de antiguidade secular, por um novo que traz alterações, abolições e adições de ritos, ou seja, que altera drasticamente o código de rubricas vigente até então, seria necessária sim a promulgação desse novo código de rubricas, pois há uma alteração tão profunda nessas cerimônias, que até mesmo o "*NOVUS ORDO MISSAE* de Paulo VI" as deixou intactas até nos dias atuais.

b) O Decreto particular tem como segunda finalidade APROVAR e DECLARAR TÍPICA a **EDIÇÃO** do ORDO RESTAURADO DA SEMANA SANTA; Mas de qual rito da Semana Santa de que se trata essa aprovação e declaração típica? Se formos levar em conta que no DECRETO GERAL, não existe nenhuma alteração no rito, mas somente no horário, e também que nenhuma outra alteração de rito foi promulgada nas AAS,

fica patente que o decreto esteja se referindo à Semana Santa Maior (de São Pio X, Bento XV, Pio XI e sempre rezada por Pio XII), que é a única Semana Santa que esteve em vigência na Igreja.

REFLEXÃO:

Aqui sim temos um verdadeiro fato que faz esse decreto ser apenas um decreto particular, pois aprovar uma nova edição de um livro litúrgico e sempre usado pela Igreja, com apenas uma alteração de rubricas referente ao horário das celebrações, e declarar típica essa mesma edição, seria sim um ato para um decreto particular).

COMO CONCILIAR AS DISTINÇÕES?

Todos nós temos ciência de que o Decreto Geral *"Maxima Redemptionis nostrae mysteria"* datado de 16 de novembro de 1955, da Sagrada Congregação dos Ritos foi devidamente promulgado em AAS. O Decreto Geral afirma que todos aqueles que seguem o rito romano devem observar o ORDO RESTAURADO DA SEMANA SANTA, descrito na edição típica vaticana! Mas também é claríssima nossa percepção de que não foram promulgados os novos ritos e o novo texto do novo Ordo Restaurado da Semana Santa!

Assim sendo, quando de posse da edição típica do mesmo ORDO (OHS), percebemos claramente muitas alterações, adições e abolições de ritos; ou seja, o ORDO (OHS) pelo mesmo motivo de conter tantas alterações e por ser um Ordo dirigido à toda Igreja Católica, necessitaria de ter sido promulgado "palavra por palavra", mas não o foi. Assim sendo surge uma dúvida quanto ao assentimento em rezar o mesmo OHS.

SERIA O CASO DE DÚVIDA DE DIREITO? (Canon 15)

Canon 15

As leis, ainda que sejam invalidantes ou inabilitantes, não obrigam na dúvida de direito; mas na dúvida de fato pode o Ordinário as dispensar, com tal que se trate de leis nas quais somente o Romano Pontífice pode dispensar.

Como estamos colocando em questão a existência jurídica do **OHS**, ou seja, objetando que lhe falta um elemento essencial que é a promulgação e que por esse mesmo motivo o mesmo carece de força executiva, vamos citar o comentário do CCDC ao can.15, para fazer uma aclaração do que significa **dúvida de direito**:

CCDC pág. 140-141

§ I. **Obrigação da lei eclesiástica duvidosa** (can.15). – O canon 15 dá normas distintas para o caso da *dúvida de direito* e para o caso da *dúvida de fato*.

189. I) DÚVIDA DE DIREITO. – a) *Legislação canônica*. – “As leis, ainda que sejam irritantes ou inabilitantes, não urgem na dúvida de direito”, diz o can.15 em sua primeira parte. O Código, neste como na maioria dos cânones, considera a lei baixo o aspecto normativo, não baixo o aspecto subjetivo ou da obrigação: declara se a lei existe ou não existe; e, se fala de obrigação, é enquanto esta constitui o efeito essencial da lei e, por conseguinte, uma e outra estão intimamente ligadas.

Da lei duvidosa com *dúvida de direito*, **o can.15 declara que não obriga,** ou mais genericamente, **que não urge;** o qual equivale à dizer **que tal lei se considera como objetivamente inexistente** e, portanto, **carece de valor ou de eficácia o mesmo na ordem à obrigação moral que os demais efeitos**, como a nulidade do ato e a incapacidade da pessoa. A razão pela qual o legislador eclesiástico exclui da esfera jurídica a lei duvidosa com dúvida de direito, é porque dita lei, embora materialmente exista por haver sido promulgada na forma legítima, é uma lei em si mesma imperfeita, que não reúne as condições necessárias para guiar com seguridade nossa conduta. E a tal ponto que a dita lei duvidosa se considera juridicamente como inexistente que, ainda no caso de que seja autenticamente interpretada, não entra em vigor nem produz nenhum efeito senão à partir da declaração, que deve promulgar-se como uma nova lei (can.17§2).

A prescrição do can.15 na dúvida de direito se encontra confirmada por outros cânones, como o 209, o 2245§4, e o 2233§1.

NOTA: (O falso “código de direito canônico” de João Paulo II, em seu can.14 que é o equivalente ao can.15 do CDC, dá uma definição mais sucinta e objetiva de dúvida de direito e de dúvida de fato: “A **dúvida de direito** refere-se quer à existência da lei, quer à sua interpretação. A **dúvida de fato** diz respeito à existência, natureza e extensão de um acontecimento, em relação ao qual não se sabe com certeza se entra no âmbito da lei”. A citação foi admitida em vista de facilitar o entendimento de leigos no assunto)

Também no comentário ao Canon 17 (sobre a interpretação das leis) nos informa algo relevante sobre esta questão:

Canon 17

§ 1. A interpretação autêntica das leis compete ao legislador ou seu sucessor e aqueles a quem pelos mesmos houver sido concedida a faculdade de interpretar.

Fontes no CDC de 1917:

[3] C. 31, X, *de sententia excommunicationis*, V, 39; c. 17, X, *de verborum significatione*, V, 40; c. 8, *de concessione praebendae et ecclesiae non vacantis*, III, 7, in VI°; Reg. 46, R. J., in VI°; Clemens VIII, decr. « *Nullus omnino* », 25 iul. 1599, § 8; Innocentius X, const. « *Cum sicut* », 14 maii 1648, § 4, I, ad 4; Leo XIII, const. « *Romanos Pontifices* », 8 maii 1881; S. C. Consist., *Romana*, 11 febr. 1911; S. C C., decr. 21 sept. 1624, § 1; S. R. C., *Ordinis Praedicatorum*, 23 maii 1846; *Romana*, 8 apr. 1854.

Canon 17§1 - Sobre a Interpretação da Lei Canônica. (CCDC,pág. 149)

A publicação em **AAS** dos documentos pontifícios que não se dirigem e nem obrigam a todos, já dissemos que tem por fim o público conhecimento e um convite a adotar a norma que se propõe como segura para todos, ainda que não obrigue diretamente a todos. De fato pode ser aceita e pode vir a ter força obrigatória como costume legítimo, ou bem porque a lei que era duvidosa vem a converter-se, mediante a declaração particular autêntica, em norma objetivamente clara.
As declarações dadas pela Santa Sé que não são publicadas em AAS, não contém um convite geral à segui-las nem seu conhecimento se julga de interesse comum. Esta doutrina é geral entre os canonistas, sobretudo depois do Código. (Pág. 150)

É importante ressaltar este último parágrafo em negrito que nos explica que: quando **"as declarações dadas pela Santa Sé que não são publicadas em AAS, não contém um convite geral à segui-las"**, ..., pois o conhecimento do tema **não é julgado de interesse comum**.

E - CONCLUSÃO

A QUESTÃO PRINCIPAL DO PRESENTE TRABALHO É DAR À PÚBLICO A INFORMAÇÃO DE QUE NÃO EXISTE PROMULGAÇÃO em AAS (*Acta Apostolicae Sedis*) do novo rito que constitui o ORDO HEBDOMADAE SANCTAE INSTAURATUR de 30 de novembro de 1955. Pois para a promulgação de um novo rito é necessária sua publicação nas AAS, de forma que todo o rito **(palavra por palavra)** seja inserido nas Atas e **NÃO** apenas/somente o título do referido rito, essa é a norma para a PROMULGAÇÃO, que também é a prática constante da Igreja para os novos ritos litúrgicos à partir de 1917. Da mesma forma que para novos ritos litúrgicos também as Encíclicas, Constituições, Motu Proprios são inseridas integralmente nas AAS (palavra por palavra), ou seja, a promulgação não é feita inserindo-se somente o título do referido documento papal, mas sim ele todo é publicado nas AAS. Para aqueles que quiserem afirmar que o Papa poderia fazer uma Promulgação da forma que ele quisesse, sem respeitar as normas

impostas pelo CDC – que também foram impostas por um legítimo Romano Pontífice, no caso São Pio X e Bento XV – diremos que seria algo no mínimo esdrúxulo e inconveniente de se dizer, pois para que um Papa pudesse fazer tal coisa, no mínimo deveria alterado o conteúdo do Canon 9 no CDC, e sabemos que isso não foi feito por Pio XII.

POR FIM, DEMONSTRADO ASSIM QUE EXISTE UMA DÚVIDA RELATIVA À PROMULGAÇÃO OU NÃO PROMULGAÇÃO DO REFERIDO ORDO RESTAURADO DA SEMANA SANTA (OHS), RECORREMOS AO CANON Nº 23:

Canon 23

No caso de dúvida, não se presume a revogação da lei precedente, senão que as leis posteriores se hão de cotejar com as anteriores e, enquanto seja possível, hão de harmonizar-se com elas.

Fonte no CDC 1917:

[3] C. 29, *de electione et electi potestate*, I, 6, in VI°.

(Esta fonte está no *Corpus Iuris Canonici, Liber Sextus*, Papa Bonifácio VIII, data 1298)

CCDC: Cremos que o cânon 23 é uma limitação do cânon 15 enquanto a obrigação na dúvida de direito sobre a cessação da lei por revogação. A lei anterior não se considera revogada pela nova senão quando a revogação se prova com argumentos certos, a teor do cânon 22, e ainda neste caso a correção da lei anterior deve interpretar-se estritamente, porque toda correção do direito é odiosa. (pág.176)

E para aqueles que possivelmente nos objetarem de que o Canon 02 afirma que:

> *"Ordinariamente, **O CÓDIGO NADA DETERMINA** sobre os ritos e cerimônias que os livros litúrgicos, aprovados pela Igreja Latina, mandam observar na celebração do Santo Sacrifício da Missa, na administração dos Sacramentos e Sacramentais, assim como no desempenho das demais funções sagradas. Pelo qual, **todas as leis litúrgicas conservam sua força,** a não ser que alguma delas se corrija expressamente no Código." (CDC,1917 – maiúsculas nossas)*

E que por esse mesmo fato os ritos e cerimônias contidos nos livros litúrgicos estariam fora do alcance jurídico do Código, os refutaremos com o que já foi exposto na pág. 08 deste presente estudo, que novamente repetimos:

> **"Igualmente, é doutrina comum entre os canonistas que as normas gerais contidas nos livros litúrgicos ou ensinadas pelos liturgistas acerca da promulgação, interpretação, duração das leis litúrgicas, devem conformar-se com as normas estabelecidas no Código de Direito Canônico. A razão é porque essas normas gerais são jurídicas e não litúrgicas**" (M.C. CORONATA, Institutiones Iuris Canonici vol.I Ed.3º(Roma 1947) p.4,4.º; MICHIELS, Normae generales vol.I Ed,2.ºp.60; VERMEERSCH-CREUSEN, Epitome I.C. t.I Ed. 6.ºn.70 p.64.) CITAÇÃO EXTRAÍDO DO CCDC, pág.64

OBSERVAÇÃO: ESSA É A DOUTRINA COMUM ENTRE OS CANONISTAS.

Assim estamos diante de duas situações:

1) Um rito reformado da Semana Santa **SEM A DEVIDA PROMULGAÇÃO**, pois o texto do rito “palavra por palavra” (cf. pág.14 – 1913, *Papa São Pio X*, fonte da Secret. de Estado, bem como a prática constante da Igreja, que sempre promulgou desta forma os ritos litúrgicos dirigidos à Igreja universal) **NÃO FOI PROMULGADO** por meio de sua publicação nas AAS. O que seria algo muito inconveniente de se esperar da Sagrada Congregação dos Ritos e da própria Igreja.
   Lembrando também aqui, mais uma vez, o exposto no comentário ao Canon 17, que afirma que: **“As declarações dadas pela Santa Sé que não são publicadas em AAS, não contém um convite geral à segui-las nem seu conhecimento se julga de interesse comum. Esta doutrina é geral entre os canonistas, sobretudo depois do Código.”** (CCDC – Pág. 150)

2) Ou foi feito desta forma propositalmente, de forma que os novos textos ficassem ocultos da vista do Papa, ou seja, não poderiam jamais aparecer nas AAS. Pois que de fato foi promulgado apenas: a) a alteração no horário da vigília; b) um **TÍTULO de um Novo Ordo**, sem expor nada do seu conteúdo (o que já nos indica que nada deveria ser alterado).

Postas todas as questões elencadas nesta análise, nos fica mais que evidente que o Papa Pio XII queria apenas uma alteração de horário quando aprovou o Decreto Geral *“Máxima redemptionis nostrae mysteria”*, isso se faz patente **TANTO** pelo **CONTEÚDO** dos documentos que foram aprovados (primeiro por um Decreto Geral que aprovou apenas uma mudança no horário e não se fez constar com nenhuma alteração no texto do rito, em segundo por um decreto particular que serviria apenas para Declarar Típica a edição romana do Missal e do Breviário com as rubricas pertinentes à essa mesma alteração no horário), **QUANTO** também pela **NÃO PROMULGAÇÃO** dos novos textos dos ritos nas **ASS**. Caso o Papa tivesse realmente uma intenção de substituir os textos do rito, ele teria feito constar todas as alterações no DECRETO GERAL, e tudo isso haveria sido promulgado nas ASS para a alegria e exaltação de Anibale Bugnini e seus sequazes, mas não foi o que ocorreu.

Assim, Bugnini aproveitando-se do **“momento”** que foi a alteração do horário, mandou substituir o Rito Antigo, por seu rito “fabricado”, mas apenas no Decreto Particular, para que tudo passasse oculto aos olhos do Papa. Mas se “esqueceu” de que o que não é Promulgado, não tem força de lei.

Demonstramos através de inúmeros exemplos que todos os textos litúrgicos desde as festas (São Pio X, Maria Rainha, São José Operário), incluindo a Vigília Pascal de 1951 (que mesmo sendo facultativa e “*ad experimentum*”, foi promulgada “palavra por palavra”), bênçãos de sismógrafos, pedreiras, bibliotecas / arquivos e preces são sempre promulgadas nas AAS – **sempre contendo “palavra por palavra” do rito** – e não podemos compreender como os novos textos de um novo rito para uma SEMANA SANTA, **que é a Celebração Litúrgica mais importante**

da Igreja, não houvessem também de ser promulgados. Isso tem **no mínimo** algo que nos causa muita estranheza, desconforto e insegurança.

Enfim o que temos aprovado de forma jurídica é a *Semana Santa Maior*, que sempre foi a Semana Santa da Igreja. Pois quando fizeram uso de um decreto particular para substituir os ritos, não poderiam estar fazendo nada mais com esse ato do que mandar fazer uma declaração típica vaticana de uma edição já existente da Semana Santa, que era a Semana Santa Maior, já aprovada e secularmente usada, já que nada de novo foi promulgado para que a mesma houvesse sido substituída. Se o Papa não permitiu que fosse promulgado um rito novo para a Semana Santa – o que é evidente pois não existe nenhum novo rito nas AAS – é que esse rito não existe para o Papa.

É simples o entendimento dessa questão: se não existe nenhum novo rito promulgado "palavra por palavra" nas AAS, fica evidente que deve ser utilizado o único rito que possui aprovação/promulgação pela Igreja Católica Apostólica Romana, que é o rito da *Semana Santa Maior*, segundo as rubricas de São Pio X, que foram conservadas por Bento XV, Pio XI e por Pio XII, sendo que este último apenas alterou o horário da Vigília do Sábado Santo.

Foi desta forma que, para garantir a prerrogativa da Infalibilidade do Romano Pontífice, o Divino Espírito Santo não permitiu que os modernistas fixassem uma âncora antes do Concílio para afirmarem que todas as suas posteriores alterações litúrgicas estivessem em continuidade com a liturgia pré-conciliar, assim podemos afirmar que foi uma providência do mesmo Espírito Santo de que o **OHS** não fosse devidamente promulgado. Os modernistas quiseram à época dar um golpe, quando sutilmente mandaram substituir por meio de um decreto particular a Semana Santa Maior pelo OHS, isso para que o Pontífice não tivesse ciência dos seus planos, mas não perceberam o "erro" que cometeram com esse mesmo ato: nos deixaram intacta e vigente a Liturgia da Semana Santa Maior de São Pio X, que por esse mesmo fato é a única liturgia da Semana Santa que continua vigente até os dias de hoje para todo o Rito Romano.

Ou seja, quem faz uso do Rito Reformado da Semana Santa (OHS) reza um rito que nunca foi promulgado e por isso mesmo um rito inexistente, que nem mesmo Pio XII nunca rezou, pois nem sabia de sua existência .... já que não existe nenhum novo rito PROMULGADO nas AAS. Ou teremos a audácia de acusar o Pontífice de ter rezado um rito sem promulgação?

Com todo o exposto até aqui concluímos que o 1º Grupo de Sacerdotes (que reza o OHS de 1955) não poderia mais acusar o 2º Grupo (que reza a Semana Santa de São Pio X) de serem cismáticos por não obedecer o Papa Pio XII, já que existe **no mínimo** uma dúvida sobre a promulgação do OHS; bem como o 2º Grupo não pode acusar o 1º Grupo de se serem modernistas, visto que eles ainda não possuíam o conhecimento da falta de promulgação do rito do OHS, e que por uma "obediência cega", foram induzidos a rezar a "REFORMA".

ADENDOS:

1) Fica absolutamente claro que no discurso do Congresso Internacional de Pastoral Litúrgica de Assis o Papa Pio XII se refere exclusivamente ao Decreto Geral "*Maxima Redemptionis nostrae mysteria*" de 16 de novembro de 1955 (AAS 47). E por isso sem ter conhecimento da existência de um novo rito do "OHS" da Semana Santa, o Papa elogia o Movimento Litúrgico, que teve a iniciativa de propor a mudança de horário na Vigília do Sábado Santo, o qual é citado pelo Papa como sendo um *"novo dispositivo"*[1]**,** *uma nova disposição* (e não um novo rito) pois não tinha conhecimento dos planos maquiavélicos de Bugnini e de seus confrades modernistas.
   https://www.vatican.va/content/pius-xii/fr/speeches/1956/documents/hf_p-xii_spe_19560922_liturgia-pastorale.html
   AAS 48 (1956), p.711
   [1] em francês: *"le dispositif nouveau de la Semaine Sainte"; o novo dispositivo da Semana Santa, em português, querendo dizer claramente que foi criada uma nova "disposição" que altera o horário das celebrações litúrgicas.*

2) Sobre a licitude de celebrar a Vigília Pascal que foi devidamente promulgada no de 1951 e novamente em 1952.
   É fato incontestável que a nova Vigília Pascal (do Sábado Santo) foi promulgada nas AAS (*Actas Apostilicae Sedis*) tanto no ano de 1951, quanto no ano de 1952. Mas existe um fator preponderante que a coloca numa situação jurídica **não menos duvidosa** que o restante dos ritos reformados do **OHS**, que seria o fato desta Vigília ter sido inserida como sendo **facultativa** e ***"ad experimentum"***, conforme já expusemos anteriormente, mas que agora relembramos os 03 decretos que permitiam seu uso:
   I - 09 Fev 1951, SC RITUUM, DECR. AAS 43 (1951) 128-137 [pág. 20, deste]
   Que permitiu seu uso facultativo e "ad experimentum" no ano de 1951
   II - 11 Jan 1952, SC RITUUM, DECR. AAS 44 (1952) 48-63 [pág. 20, deste]
   Que permitiu seu uso facultativo e "ad experimentum" por mais três anos consecutivos, ou seja, nos anos de 1952, 1953 e 1954.
   III - 15 Jan 1955, SC RITUUM, DECR. AAS 47 (1955) 48 [pág. 20/21, deste]
   Que permitiu seu uso facultativo e "ad experimentum" no ano de 1955.

   Sendo que após o ano de 1955 não houve mais nenhum Decreto que prorrogasse o seu uso. Importante frisar aqui que foi uma Vigília devidamente promulgada pela Igreja, e que teve seu uso prorrogado por mais 04 anos, assim sendo, a Vigília em si foi algo bom, visto que não poderia vir nada ruim da Santa Mãe Igreja. Mas, conforme já foi explicado anteriormente, como não houve a promulgação do Novo Ordo OHS (palavra por palavra) nas AAS, e como também não houve nenhum novo decreto que permitisse o uso da Vigília para os anos posteriores, o seu uso fica sendo ilícito na Liturgia Romana.

“A guerra foi declarada contra tudo o que é sobrenatural, porque por trás do sobrenatural está Deus e porque é Deus que eles querem arrancar da mente e do coração do homem” (São Pio X)

F – ANEXOS

I – CÂNONES SOBRE A CÚRIA ROMANA E A SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS

Canon 242
A Cúria Romana consta de Sagradas Congregações, Tribunais e Ofícios, segundo abaixo se enumeram e descrevem.

Canon 243
§ 1. Em cada uma das Congregações, Tribunais e Ofícios há de se guardar a disciplina e hão de tramitar-se os assuntos segundo as normas, tanto gerais como particulares, que lhes houvera ditado o Romano Pontífice.
§ 2. Todos quantos pertencem às Congregações, Tribunais e Ofícios da Cúria Romana estão obrigados a guardar segredo dentro dos limites e segundo o modo determinado pela disciplina própria de cada organismo.

Canon 244
§ 1. Não deve tratar-se nenhum assunto grave ou extraordinário nas mesmas Congregações, Tribunais e Ofícios sem que antes houvesse sido notificado por seus Presidentes ao Romano Pontífice.
§ 2. Quaisquer graças e resoluções necessitam a aprovação pontifícia, excetuadas aquelas para as quais se houvera concedido aos Presidentes dos Ofícios, Tribunais e Congregações faculdades especiais, e excetuadas também as sentenças do Tribunal da Sagrada Rota Romana e da Signatura Apostólica.

Comentários aprovados do CCDC (pág. 579-580):

538. Competência e autoridade da Cúria Romana (can.244).
Entre os problemas que se apresentam aos distintos organismos romanos, uns são *ordinários* (é dizer, previstos já nas normas que regulam a atuação de cada dicastério) e outros *extraordinários* (ou seja, insólito ou de especial transcendência); uns e outros podem ser *graves*. Para solucionar os ordinários

correntes já tem autorização habitual os presidentes de cada colégio; mas todos os assuntos graves e os extraordinários devem ser expostos, previamente a sua discussão e solução, ao Romano Pontífice (can.244§1).

Muitas graças e resoluções das Cúrias Romanas são ditadas pelos dicastérios correspondentes, sem a prévia autorização pontifícia, porque já tem recebida do Papa a faculdade oportuna para fazê-lo. Mas outros problemas necessitam, ademais, a sanção pontifícia (§2); com o objetivo de facilitar todo este trâmite, os Presidentes ou Secretários respectivos já tem datas mais ou menos estabelecidas no calendário da Cúria pontifícia, nas quais comparecem ante o Vigário de Cristo e despacham com ele os assuntos que necessitam da suprema aprovação.

Nem todas as decisões dos organismos pontifícios tem igual valor e a mesma eficácia para os cristãos. Para descobrir seu alcance e o grau de obrigação que se impões aos fiéis, convém ter em conta as seguintes advertências:

1º Quando os decretos (e.d., as normas obrigatórias) de caráter administrativo das Congregações e Ofícios e as sentenças dos Tribunais são de caráter particular, valem unicamente para as pessoas às quais se dirigem; não cabe dúvida, no entanto, que poderão servir de norma segura para os demais, a que licitamente poderão acomodar-se quando surjam circunstâncias ou dificuldades análogas. **Os decretos gerais, nos quais se silenciam os nomes das pessoas para às quais se ditam e os lugares os quais afetam, devem considerar-se com valor universal, de aplicação em toda a Igreja, desde o momento que foram promulgados.**

2º Por disposição de Bento XV, no "Motu proprio" *Cum Iuris Canonici Codicem*, de 15 de setembro de 1917, os organismos da Cúria Romana não podem dar *novos decretos gerais que discrepem das disposições canônicas* sem prévia autorização e eficaz intervenção do Romano Pontífice. A atuação, portanto, daqueles deve limitar-se a procurar que se cumpram exatamente as normas do Código mediante interpretações e aplicações executivas acerca de tudo o que nele se dispõe.

3º As instruções (e.d., as normas diretivas) que frequentemente, dimanam das Cúrias Romanas, em vez de novas leis, hão de considerar-se como regras práticas às quais devem ajustar-se às atividades das pessoas eclesiásticas, já físicas, já morais.

4º A aprovação pontifícia que necessitam os decretos disciplinares, pode ser de dupla categoria: a) *De forma genérica ou comum*; v.gr., quando se diz que *"Sua Santidade aprovou a resolução"*, ou que *"a decisão foi adotada depois de tratar o assunto com o Santíssimo Padre"*, etc.; nesses casos, os documentos conservam a natureza e o valor de atos próprios dos dicastérios romanos, sem que adquiram maior força intrínseca pelo simples fato de estarem aprovados pelo Pontífice. b) *De forma específica ou especial*; v.gr., se a intervenção pontifícia se manifesta com as palavras *"Motu proprio"*, *"com conhecimento certo", "com a plenitude de nossa potestade"*, etc.; esta classe de aprovação, embora não supõe que as decisões hajam sido tomadas em

virtude da infalibilidade que acompanha o Vigário de Cristo, no entanto, converte o documento em lei ou ato pontifício.

5º Quando se trata de decretos doutrinais (em matéria de fé ou costumes) endossado com a autoridade ou confirmação do Papa, a doutrina comum ensina que, apesar de não gozar das prerrogativas inerentes à infalibilidade, exigem da parte dos súditos verdadeiro assentimento interno, sem que baste o meramente externo ou obsequioso. Isto não impede que alguém, dada sua especial preparação e fundado em razões muito graves, possa em casos excepcionais suspender seu juízo teórico e incluso decidir-se á expor respeitosamente à Santa Sé os argumentos que lhe movem a opinar contra o decretado; no entanto, está obrigado, entretanto, a observar exteriormente com docilidade e humildade o que aqueles documentos oficiais decretaram, e isso em virtude da obrigação que dimana da força jurídica que possuem.

Contra as resoluções tomadas pela Cúria Romana na forma *disciplinar* não cabe apelação de nenhum gênero, senão unicamente o benefício de *nova audiência*, que deve suplicar-se no prazo de dez dias, a contar desde a data de sua publicação; essa graça lhe concede, ou nega, o mesmo organismo que havia sido autor da resolução (cf. can.43), e dado caso que não lhe houvera confirmado o Papa. Quando tenha lugar esta última circunstância, a primeira coisa que se necessita é alcançar do mesmo Pontífice a autorização para considerar de novo o assunto (no vocabulário da Cúria, esta diligência se chama *aperitio oris* papal). Os pleitos resolvidos por *via contenciosa* admitem apelação ante o tribunal superior ou o turno seguinte, com tal que se interponha em conformidade com as leis processuais.

Canon 245

As controvérsias que surgirem sobre a competência entre as Sagradas Congregações, Tribunais e Ofícios da Cúria Romana as dirime a comissão de Cardeais da Santa Igreja Romana que o Romano Pontífice designe para cada caso.

Canon 253

§ 1. A Sagrada Congregação dos Ritos tem direito a observar e determinar o que proximamente se relaciona com os sagrados ritos e cerimônias da Igreja Latina; mas não o que remotamente se refere aos sagrados ritos, como são os direitos de procedência e outros casos semelhantes, sobre os quais surja controvérsia na ordem judicial ou na disciplinar.

§ 2. Por conseguinte, a ela incumbe principalmente vigiar para que se guardem com diligência os ritos sagrados e cerimônias na celebração da Santa Missa, administração dos Sacramentos, celebração dos divinos ofícios e, finalmente, em tudo o que se refere ao culto da Igreja Latina; conceder as oportunas dispensas;

outorgar as insígnias e privilégios honoríficos, tanto pessoais e temporais como locais e perpétuos, que se referem aos sagrados ritos ou cerimônias, e cuidar que nestas matérias não se introduzam abusos.

§ 3. Compete-lhe, finalmente, a tramitação de tudo aquilo que de algum modo se refere à beatificação e canonização dos servos de Deus ou às sagradas relíquias.

G – TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS DA *ACTA APOSTOLICAE SEDIS* (AAS)

DECRETO E TEXTO DAS RÚBRICAS DA VÍGÍLIA PASCAL DE 1951/1952

Celebração Facultativa da Vigília Pascal Instaurada prorrogada para três anos com Ordenações e Variações adicionadas nas rubricas.

PAPA PIO XII

11 de Janeiro de 1952

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS

DECRETO AAS 43 (1951) 128-129

DECRETO AAS 44 (1952) 48-63

Observação:

O leitor pode perceber claramente que **mesmo sendo uma Vigília Facultativa e em caráter experimental, todas as rubricas foram descritas "palavra por palavra" nas AAS.**

SACRA CONGREGATIO RITUUM

i

DECRETUM

DE SOLEMNI VIGILIA PASCHALI INSTAURANDA

Dominicae Resurrectionis vigiliam, quam « matrem omnium sanctarum vigiliarum » S. Augustinus appellat (sermo 219, PL. 38,1088), maxima solemnitate, inde ab antiquissimis temporibus, celebrare consuevit Ecclesia.

Huius vigiliae celebratio horis peragebatur nocturnis, quae Domini praecedunt Resurrectionem. Temporum vero decursu variisque de causis, eadem celebratio ad horas primum vespertinas, dein postmeridianas, denique ad matutinas sabbati sancti horas anteposita est, diversis simul inductis mutationibus, non sine originalis symbolismi detrimento.

Nostra autem aetate, succrescentibus de antiqua liturgia investigationibus, vivum obortum est desiderium, ut paschalis praesertim vigilia ad primitivum splendorem revocaretur, originali eiusdem vigiliae instaurata sede, ad horas videlicet nocturnas, quae dominicam Resurrectionis antecedunt. Ad huiusmodi instaurationem suadendam, peculiaris quoque accedit ratio pastoralis, de fidelium scilicet concursu fovendo; etenim cum sabbati sancti dies, non amplius, ut olim, festivas habeatur, quamplurimi fideles horis matutinis sacro ritui interesse nequeunt.

His itaque suffulti rationibus, multi locorum Ordinarii, fidelium coetus religiosique viri, supplices ad Sanctam Sedem detulerunt preces, ut ipsa restitutionem antiquae vigiliae paschalis ad horas nocturnas inter sabbatum sanctum et dominicam Resurrectionis indulgere vellet.

Summus autem Pontifex Pius Papa XII, has preces benigne excipiens, pro Sua in re tanti momenti cura et sollicitudine, quaestionem hanc peculiari demandavit virorum in re peritorum Commissioni, qui totam rem diligenti studio et examini subicerent.

Referente denique infrascripto S. Rituum Congregationis Cardinali Pro-Praefecto, Sanctitas Sua Rubricas quae sequuntur, approbare dignata est, pro nocturna vigiliae paschalis celebratione, facultative pro hoc anno de locorum Ordinariorum prudenti iudicio instauranda, et ad experimentum. Rogantur propterea iidem locorum Ordinarii, qui hac facultate usi fuerint, ut de fidelium concursu et pietate, deque successu instauratae vigiliae paschalis S. Rituum Congregationem certiorem facere velint. Vetatur insuper omnibus librorum editoribus ne hunc ritum imprimant, sine Sacrorum Rituum Congregationis expressa licentia.

Contrariis quibuslibet non obstantibus.

Die 9 Februarii 1951.

£g C. Card. MICARA, Ep. Veliternus, *Pro-Praefectus*

L. © S.

f A. Carinci, Archiep. Selene. *Secretarius*

RUBRICAE SABBATO SANCTO SERVANDAE SI VIGILIA PASCHALIS INSTAURATA PERAGATUR CUM VARIATIONIBUS PER DECRETUM DIEI 11 IANUARII 1952 APPROBATIS

TITULUS I

DE OFFICIO DIVINO

1. **MATUTINUM** et **LAUDES** *in choro non anticipantur de sero, sed dicuntur mane, hora competenti, ut in Breviario romano, praeter sequentia:*

In Laudibus, post antiphonam Christus factus est, *dicitur* Pater noster *totum sub silentio. Postea, omisso psalmo 50,* Miserere, *statim subiungitur oratio:*

Concede, quaesumus, omnipotens Deus: ut qui Filii tui resurrectionem devota expectatione prâevenimus; eiusdem resurrectionis gloriam consequantur. *Et sub silentio concluditur:* Per eundem Dominum.

2. **HORAE MINORES** *dicuntur, hora competenti, ut Feria V in Gena Domini, sed, -finitis psalmis, post antiphonam* Christus factus est, *dicitur* Pater noster *totum sub silentio. Postea, omisso psalmo 50,* Miserere, *statim subiungitur oratio, ut supra in Laudibus.*

3. **VESPERAE** *dicuntur post meridiem, hora competenti, ut in Breviario Feria V in Gena Domini, exceptis iis quae sequuntur:*

Antiphona 1: Hodie amictus sum valde, sed cras solvam vincula mea.

Antiphona ad Magnificat: Principes sacerdotum et pharisaei munie runt sepulcrum, signantes lapidem, cum custódibus.

Repetita antiphona ad Magnificat, et omissis antiphona Christus factus est, Pater noster, *et psalmo 50,* Miserere, *dicitur* oratio, ut supra in Laudibus. Et sic terminantur Vesperae.*

4. **COMPLETORIUM** *hac nocte omittitur.*

5. *Cum solemnis vigiliae paschalis instauratae celebratio locum obtineat officii nocturni dominicae Resurrectionis, Matutino eiusdem dominicae Resurrectionis omisso, statim, inter missarum vigiliae solemnia, cantantur pro* **LAUDIBUS,,** *quae inferius, Tit. III, num. S et k proponuntur. Officium dominicae Resurrectionis prosequitur deinde cum* **PRIMA.**

6. *Ubi vero sacrae caeremoniae vigiliae paschalis mane Sabbati sancti peraguntur, integrum Officium divinum Sabbati sancti, necnon Matutinum ac Laudes dominicae Resurrectionis ab solvuntur in omnibus, ut in Breviario vel Missali romano suis locis praescribitur.*

TITULUS II

DE VIGILIA PASCHALI

Omnia, quae in sequentibus rubricis uncis quadratis inclusa sunt, referuntur ad celebrationem simplicem, quando scilicet sacra vigilia a sacerdote peragitur absque ministris sacris, ad normam Ordinationum, n. *6.*

CAPUT I

De benedictione novi ignis

1. *Hora competenti, ea scilicet quae permittat incipere missam solemnem vigiliae paschalis circa mediam noctem, tobaleis cooperiumtur altaria, sed candelae eœstinctae manent usque ad principium missae. Interim excutitur ignis de lapide extra ecclesiam, et ex eo accenduntur carbones.*

Si vero Ordinarius, ob graves publicasque rationes, vigiliam paschalem ante horam statutam celebrari permiserit, haec inchoari nequit ante horam octavam post meridiem Sabbati sancti.

2. *Sacerdos induitur amictu, alba, cingulo, stola, et pluviali violaceo, vel manet sine casula.*

3. *Adstantibus ministris [seu ministrantibus], cum cruce, aqua benedicta et incenso, sive ante portam, sive in aditu ecclesiae, vel intus eam, ubi scilicet populus ritum sacrum melius sequi possit, sacerdos benedicit novum ignem, dicens* Dominns vobiscum *et primam ex tribus orationibus, quae in Missali reperiuntur. Deinde ignem ter aspergit nihil dicens.*

4. *Acolythus [seu unus ministrantium], assumens de carbonibus benedictis, ponit in thuribulo; sacerdos vero de navicula ponit incensum in thuribulo, benedicens illud more solito, ignemque ter adolet incenso-*

CAPUT II

De benedictione cerei paschalis

5. *Novo igne benedicto, acolythus [seu unus ex ministrantibus], portat cereum paschalem in medium, ante sacerdotem, qui cum stilo, inter extrema foramina ad insertionem granorum incensi destinata, incidit cru-*

cem. Deinde facit super eam litteram graecam Alpha, subtus vero litteram Omega, et inter brachia crucis quattuor numeros exprimentes annum currentem, interim dicens:

1) Christus heri et hodie *(incidit hastam erectam),*

2) Principium et Finis *(incidit hastam transversam),*

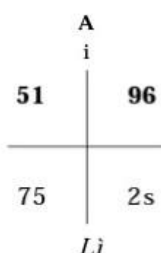
3) Alpha *(incidit supra hastam erectam litteram* A)

4) et Omega *(incidit subtus hastam erectam litteram Lì) ;*

5) Ipsius sunt témpora *(incidit primum numerum anni currentis in angulo sinistro superiore crucis)*

6) et saecula *(incidit secundum numerum anni currentis in angulo dextro superiore crucis) ;*

7) Ipsi gloria et imperium *(incidit tertium numerum anni currentis in angulo sinistro inferiore crucis)*

S) per universa aeternitatis sìécula. Amen *(incidit quartum numerum anni currentis in angulo dextro inferiore crucis).*

6. *Incisione crucis et aliorum signorum peracta, diaconus [seu alius ex ministrantibus], praebet sacerdoti grana incensi, quae, si non sunt benedicta, celebrans ter aspergit et ter adolet incenso, nihil dicens. Deinde idem sacerdos infigit quinque grana in foramina sua interim dicens:*

1) Per sua sancta vulnera ^

2) gloriósa

3) custodiat 4 2 5

4) et conservet nos **g**

5) Christus Dominus. Amen.

7. *Tum diaconus [sive alius ministrans], porrigit sacerdoti parvam candelam, de novo igne accensam, cum qua cereum accendit, dicens:*

Lumen Christi glorióse resurgéntis
Díssipet ténebras cordis et mentis.

8. *Mox sacerdos benedicit cereum accensum, dicens:*

Dominus vobiscum.

Oremus. Veniat, quaesumus, omnipotens Deus, super hunc incénsum céreum larga tuse bene^idictiónis infusio : et hunc noctúrnum splendorem invisibilis regenerátor intènde ; ut non solum sacrificium, quod hac nocte litatum est, arcana luminis tui admixtióne refulgeat ; sed in quocumque loco ex huius sanctificationis mysterio aliquid fuerit deportatum, expulsa diabolicam fraudis nequitia, virtus tuse maiestatis assistat. Per Christum Dominum nostrum. Amen.

9. *Interim omnia luminaria ecclesiae exstinguuntur, ut de igne benedicto postmodum accendantur.*

CAPUT III

De solemni processione et de praeconio paschali

.10. *Tum diaconus, indutus stola et dalmatica albi coloris, accipit cereum paschalem accensum, et ordinatur processio: praecedit thuriferarius, sequitur subdiaconus cum cruce, diaconus cum cereo accenso, post eum statim celebrans, deinde clerus per ordinem, et populus.*

[10 a. *Tum celebrans, depositis paramentis violaceis, et indutus stola et dalmatica albi coloris, accipit cereum paschalem accensum, et ordinatur processio: praecedit thuriferarius, sequitur crucifer, post eum statim celebrans cum cereo accenso, deinde ceteri ministrantes, et populus]* .

11. *Cum diaconus ingressus est ecclesiam, elevans cereum benedictum, stans erectus, cantat solus:* Lumen Christi, *cui omnes alii, geneflectentes versus cereum benedictum, respondent:* Deo gratias. *Sacerdos vero de cereo benedicto propriam candelam accendit.*

Procedens ad medium ecclesiae, ibi eodem modo diaconus altius cantat: Lumen Christi, *cui omnes, ut supra, genuflectentes, respondent:.* Deo gratias. *Et de cereo benedicto accenduntur candelae cleri.*

Tertio procedens ante altare, in medio chori, rursum adhuc altius cantat:* Lumen Christi, *cui tertio omnes, ut supra, genuflectentes, respondent:* Deo gratias. *Et accenduntur ex cereo benedicto candelae populi, et luminaria ecclesiae.*

[11 a. *Cum sacerdos ingressus est ecclesiam, elevans cereum benedictum, stans erectus, cantat solus:* Lumen Christi, *cui omnes alii, genu-*

flectentes versus cereum benedictum, respondent: Deo gratias. *Tunc unus ex ministrantibus de cereo benedicto candelam pro sacerdote accendit.*

Procedens ad medium ecclesiae, ibi eodem modo sacerdos altius cantat: Lumen Christi, *cui omnes, ut supra, genuflectentes, respondent:* Deo gratias. *Et de cereo benedicto accenduntur candelae ministrantium.*

Tertio procedens ante altare, in medio chori, rursum adhuc altius cantat: Lumen Christi, *cm tertio omnes, ut supra, genuflectentes, respondent:* Deo gratias. *Et accenduntur candelae populi, et luminaria ecclesiae].*

12. *Tunc sacerdos vadit ad locum suum in choro, in cornu epistolae; subdiaconus cum cruce stat a latere evangelii; clerus locum suum occupat in scamnis.*

Diaconus deponit cereum paschalem in medio chori, supra parvum sustentaculum, et, accipiens librum, petit a celebrante benedictionem, ut in Missali.

[12 a. *Sacerdos deponit cereum paschalem in medio chori, supra parvum sustentaculum, seque recipit ad abacum; crucifer cum cruce stat a latere evangelii; ceteri ministrantes disponuntur hinc et inde.*

Celebrans vero, accepto libro de abaco, ad pedes altaris, non praemisso Munda cor meum, *dicit tantum:* Iube, Dómine, benedicere. - Dominus sit in corde meo, et in labiis meis: ut digne, et competenter annuntient suum paschale praeconium. Amen].

13. *Postea diaconus vadit ad legile, strato ano coopertum, et ponit super eo librum, et incensat; deinde, circumiens cereum paschalem, etiam illum thurificat.*

Tunc surgentibus omnibus, et stantibus, ut fit ad evangelium, diaconus cantat praeconium paschale, habens ante se cereum paschalem, a dextris altare, a sinistris aulam ecclesiae.

[13 a. *Postea sacerdos vadit ad legile, strato albo coopertum, et ponit super eo librum, et incensat; deinde, circumiens cereum paschalem, etiam illum thurificat.*

Tunc surgentibus omnibus, et stantibus, ut fit ad evangelium, ipse sacerdos cantat praeconium paschale, habens ante se cereum paschalem,, a dextris altare, a sinistris aulam ecclesiae'].

Praeconium paschale canitur ut in Missali, sed textui de Imperatore Romano substituitur sequens: Réspice etiam ad eos, qui nos in po-

testate regunt, et ineffàbili pietatis et misericordia?, tuse munere, dirige cogitationes eorum ad iustitiam et pacem, ut de terréna operositate ad cadéstem patriam perveniant cum omni pópulo tuo. Per eundem.

CAPUT IV

De lectionibus

14-. *Post praeconium pascliaie, diaconus, depositis albis, sumit violacea paramenta, et vadit ad celebrantem.*

[14 a. *Post praeconium paschale, celebrans se recipit ad abacum, de ponit dalmaticam et stolam albi coloris, et, indutus iterum stola et pluviali violaceis, redit ad legue].*

.15. *Postea leguntur lectiones, sine titulo, nec in earum fine respondetur* Deo gratias. *Leguntur vero a lectore, in medio chori, ante cereum benedictum, ita quidem ut lector habeat a dextris altare, a sinistris aulam ecclesiae. Celebrans et ministri, clerus et populus, sedentes auscultant.*

[15 a. *Postea leguntur lectiones, sine titulo, nec in earum fine respondetur* Deo gratias. *Leguntur vero a celebrante, in medio chori, ante cereum benedictum, ita quidem ut celebrans habeat a dextris altare, a sinistris aulam ecclesiae. Ministrantes et populus, sedentes auscultant. Si vero adsit clericus lector, omnia peraguntur, ut supra n. 15].*

16. *In fine lectionis, vel post canticum, dicuntur orationes, hoc modo : omnes surgunt, sacerdos dicit* Oremus, *diaconus* Flectámus génua, *et omnes, flexis genibus, per aliquod temporis spatium in silentio orant; dicto a diacono* Levate, *omnes surgunt, et sacerdos dicit orationem.*

[16 a. *In fine lectionis, vel post canticum, dicuntur orationes hoc modo: omnes surgunt; sacerdos, stans ante legile, dicit* Oremus. Flectámus génua ; *et omnes, una cum) ipso sacerdote, flexis genibus, per aliquod temporis spatium in silentio orant; dicto a sacerdote* Levate, *omnes surgunt, et ipse dicit orationem].*

17. *Ex duodecim lectionibus, in Missali romano propositis, leguntur prima cum sua oratione, quarta, octava et undecima cum suis ca/nticis et orationibus, sed lectio quae in Missali est octava, inchoatur in his verbis:* In die illa erit germen Domini.

CAPUT V

De prima parte litaniarum

18\. *Expletis lectionibus, a duobus cantoribus cantantur litaniae sanctorum (quin tamen duplicentur) usque ad invocationem* Propitius esto, *omnibus genuflexis et respondentibus.*

[18 a. *Expletis lectionibus, a duobus cantoribus, seu, his deficientibus, ab ipso sacerdote, genuflexo in infimo gradu altaris, cantantur litaniae sanctorum (quin tamen duplicentur) usque ad invocationem* Propitius esto, *omnibus genuflexis et respondentibus].*

19\. *Postea si ecclesia habeat Fontem baptismalem, ritus prosequitur ut infra Cap. VI, n. 20; sectis vero ut infra Cap. VII, n. 2.!f.<*

CAPUT VI

De benedictione aquae aptismalis

20\. *Dum cantantur litaniae sanctorum, vas aquae baptismalis benedicendole, et cetera omnia quae ad benedictionem requiruntur, praeparentur in medio chori, ante -cereum benedictum, in conspectu fidelium.*

21\. *In benedicenda aqua baptismali sacerdos, stans coram populo, ante se habeat vas aquae baptismalis benedicendae, a dextris cereum benedictum, a sinistris ministrum [seu ministrantem], stantem cum cruce. Ceterum benedictio aquae baptismalis fiat ut in Missali romano, his exceptis: omisso in initio cantico* Sicut cervus, *cum sua oratione, incipitur absolute, cum* Dominus vobiscum *et oratione* Omnipotens sempiterne Deus, adésto ; *omittitur insuper aspersio populi cum aqua benedicta, fieri solita ante commixtionem sacrorum oleorum.*

Rubrica, porro, quae incipit ((Deinde per assistentes sacerdotes spargitur de ipsa aqua », et aspersionem aquae ac commixtionem sacrorun%\ oleorum respicit, sic mutetur: « Deinde unus ex ministris ecclesiae accijHt in vase aliquo de eadem aqua ad aspergendum populum post renovationem promissionum baptismatis (ut infra n. 25 dicetur), et ad aspergendum in domibus et aliis locis. His peractis, sacerdos, qui benedicit Fontem, infundit de oleo catechumenorum in aquam in modum crucis, intelligibili voce dicens ».

22. Benedictione peracta, aqua baptismalis defertur processionaliter ad Fontem, hoc modo : praecedit thuriferarius, sequitur subdiaconus cum cruce, et clerus, diaconus cum vase aquae baptismalis, nisi conveniat' ipsum ab acolythis portari, et celebrans; cereus vero paschalis remanet in suo loco; et interim cantatur canticum Sicut cervus, *omissum in initio. Aqua benedicta in Fontem immissa, celebrans dicit* Dominus vobiscum, *et orationem* Omnipotens sempiterne Deus, réspice, *et incensat Fontem.*

Tunc redeunt omnes in silentio in chorum, et datur initium renovationi promissionum baptismatis.

[22 a. *Benedictione peracta, aqua baptismalis defertur processionaliter ad Fontem, hoc modo: praecedit thuriferarius, sequitur crucifer, et ministrantes, deinde unus vel plures ministrantium, qui vas aquae baptismalis gestant, et sacerdos; cereus vero paschalis remanet in suo loco. Cetera fiunt ut supra].*

23. *Sicubi vero baptisterium exstat ab ecclesia separatum, et praeferatur, ut benedictio aquae baptismalis in ipso baptisterio fiat, post invocationem* Sancta Trinitas, unus Deus, miserere nobis, *sacerdos, praecedente cruce, cum candelabris, et cereo benedicto accenso descendit cum clero et ministris paratis ad Fontem. Cantores vero et populus remanent in locis suis, et prosequuntur cantum litaniarum, repetitis, si opus est, invocationibus inde a* Sancta Maria, ora pro nobis.

Benedictio aquae baptismalis fit ut nunc in Missali romano exstat, omissa tamen aspersione populi cum aqua benedicta, fieri solita ante commixtionem sacrorum oleorum.

Benedictione peracta, omnes redeunt in silentio in ecclesiam, et datur initium renovationi promissionum baptismatis.

CAPUT VII

De renovatione promissionum baptismatis

24. *Completa benedictione aquae baptismalis, vel ubi haec locum non habet, post absolutam primam partem litaniarum, proceditur ad renovationem promissionum baptismatis.*

25. *Celebrans, depositis paramentis violaceis, assumit stolam et pluviale albi coloris; deinde, imposito thure, et facta incensatione cerei, stans ante illum, in medio chori, vel ex ambone seu pulpito, incipit, ut sequitur:*

Hac sacratíssima nocte, Fratres carissimi, sancta Mater Ecclesia, recolens Domini nostri Iesu Christi mortem et sepulturam, eum redamando vigilat; et celebrans eiusdem gloriosam resurrectionem, laetabunda gaudet.

Quoniam vero, ut docet Apostolus, consepulti sumus cum Christo per baptismum in mortem, quomodo Christus resurrexit a mortuis, ita et nos in novitate vitae oportet ambulare; scientes, veterem hominem nostrum simul cum Christo crucifixum esse, ut ultra non serviamus peccato. Existimamus ergo nos mortuos quidem esse peccato, viventes autem Deo in Christo Iesu Dómino nostro.

Quapropter, Fratres carissimi, quadragesimali exercitatione absoluta, sancti baptismatis promissiones renovémus, quibus olim Satanam et operibus eius, sicut et mundo, qui inimicus est Dei, abrenuntiávimus, et Deo in sancta Ecclesia catholica fideliter servire promísimus.

Itaque :

Sacerdos: Abrenuntiátis Sátanae?

Popu lus : Abrenuntiámus.

Sacerdos: Et ómnibus operibus eius?

Populus: Abrenuntiámus.

Sacerdos: Et ómnibus pompis eius?

Populus: Abrenuntiámus.

Sacerdos: Créditis in Deum, Patrem omnipotentem, Creatorem caeli et terrae?

Populus: Credimus.

Sacerdos: Créditis in Iesum Christum, Filium eius unicum, Dominum nostrum, natum, et passum?

Populus: Credimus.

Sacerdos: Créditis et in Spiritum Sactum, sanctam Ecclesiam catholicam, Sanctorum communionem, remissionem peccatorum, carnis resurrectionem, et vitam aeternam?

Populus: Credimus.

Sacerdos: Nunc autem una simul Deum precemur, sicut Dominus noster Iesus Christus orare nos docuit:

Populus : Pater noster...

Sacerdos: Et Deus omnipotens, Pater Domini nostri Iesu Christi, qui nos regenerávit ex aqua et Spiritu Sancto, quique nobis dedit remissionem peccatorum, ipse nos custodiat gratia sua in eodem Christo Iesu Dómino nostro in vitam aeternam.

Populus: Amen.

Et aspergit populum cum aqua benedicta, extracta, ut supra dictum est n. 2t, in benedictione aquae baptismalis; velubi benedictio aquae baptismalis locum non habet, cum aqua benedicta « ordinaria ».

26. *Haec allocutio et renovatio promissionum baptismatis fieri potest, ubique locorum, lingua vernacula; versione tamen ab Ordinario approbata.*

CAPUT VIII

De altera parte litaniarum

27. *Renovatione promissionum baptismatis peracta, cantores [seu his deficientibus ipse sacerdos], incipiunt alteram partem litaniarum, inde ab invocatione* Propitius *esto,usque ad finem, omnibus genuflexis et respondentibus.*

Si vero in hac sacra vigilia paschali sacri Ordines conferantur, consueta ordinandorum prostratio et benedictio peragitur, dum, haec altera pars litaniarum decantatur.

28. *Sacerdos vero et ministri, accedentes ad sacristiam, induuntur para-mentis albi coloris pro missa solemniter celebranda.*

[28 a. *Sacerdos vero et ministrantes accedunt ad sacristiam, ubi celebrans induitur paramentis albi coloris, ministrantes vero sumunt vestes festivas pro missa solemni.*

Vel si, cantoribus deficientibus, ipse sacerdos litanias sanctorum decantare debeat, his absolutis, ad sacristiam accedat, cum ministrant^ bus, ad paramenta sumenda pro missa solemni, ut supra dictum est].

29. *Interim cereus paschalis reponitur in candelabrum suum, in cornu evangelii, et altare paratur pro missa solemni, cum luminaribus accensis et floribus.*

TITULUS III

DE MISSA SOLEMNI VIGILIAE PASCHALIS

1. *Missa solemnis vigiliae paschalis celebratur ut in Missali romano, exceptis his quae sequuntur.*

In fine litaniarum, cantores solemniter incipiunt Kyrie eleison, *ut in missa moris est. Interim sacerdos cum ministris, in paramentis albis [seu cum ministrantibus], accedit ad altare, et, omissis psalmo* Iudica, me, Deus, *ac confessione, ascendens, osculaiur illud in medio, et incensat more solito.*

2. *Finitis a choro* Kyrie eleison, *sacerdos incipit solemniter* Gloria in excelsis, *et pulsantur campanae, ac discooperiuntur imagines.*

3. *Post sumptionem sacramenti fit purificatio et ablutio more solito; deinde pro* **LAUDIBUS** *dominicae Resurrectionis in choro cantatur antiphona:* Alleluja, alleluja, alleluja, *et psalmus 116,* Laudate Dominum, omnes gentes ; *et repetitur antiphona* Alleluja, alleluja, alleluja.

Capitulum, hymnus et versus non dicuntur, sed statim celebrans in cantu incipit antiphonam ad Benedictus: Et valde mane *et prosequitur chorus:* una sabbatorum, veniunt ad monumentum, orto iam sole, alleluja *(ut in Antiphonario seu Breviario romano, in Laudibus dominicae Resurrectionis). Deinde cantatur* Benedictus, *cum* Gloria Patri *in fine, et fit incensatio, ut alias in Laudibus.*

4. *Repetita antiphona, celebrans dicit more solito* Dominus vobiscum, *et postcommunionem seu orationem* Spiritum nobis, Dómine, *ut in Missali.*

5. *Deinde sacerdos dicit* Dominus vobiscum, *et diaconus, vertens se ad populum [seu ipse sacerdos], cantat* Ite, missa est, alleluja, alleluja. *Celebrans vero dicto* Placeat tibi, sancta Trinitas, *dat benedictionem, more solito, et omisso ultimo evangelio, omnes revertuntur in sacristiam.*

DECRETO URBIS ET ORBIS

OFÍCIO E MISSA DA FESTA DO PAPA SÃO PIO X, confessor

PAPA PIO XII

01 de Março de 1955

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS

DECRETO AAS 47 (1955) 250-256

TEXTO COMPLETO RETIRADO DAS ATAS APOSTÓLICAS (AAS)

Congregationis Praefecto nec non R. P. Salvatore Natucci, Fidei Promotore Generali, meque a Secretis,, edixit : *Ita constare de Martyrio et causa Martyrii Venerabilium Servorum Dei Leonis Ignatii Mangin et Sociorum, ut concessa a signis seu miraculis omnique alia et necessaria dispensatione, procedi possit ad ulteriora.*

Hoc autem decretum rite promulgari et in actis S. Rituum Congregationis referri mandavit.

Datum Romae, die 22 Februarii 1955.

C. Card. CICOGNANI, *Praefectus*

L. g* s.

f A. Carinci, Archiep. Seleuc, *Secretarius*

II

URBIS ET ORBIS

FESTUM SANCTI PII PAPAE X, CONFESSORIS, AB UNIVERSA ECCLESIA, CUM OFFICIO ET MISSA PROPRIIS* CELEBRANDUM DECERNITUR.

Die 3 Septembris

S. PII X PAPAE ET CONFESSORIS

Duplex

IN I VESPERIS

Oratio

Deus, qui ad tuendam catholicam fidem, et universa in Christo instauranda sanctum Pium, Summum Pontificem, caelesti sapientia et apostolica fortitudine replevisti : concede propitius ; ut, ejus instituta et exempla sectántes, praemia consequantur setérna. Per eumdem Dominum.

IN II NOCTURNO

Lectio IV

Pius Papa decimus, cui nomen antea Josephus Sarto, in Venetórum pago natus est, quem Riése vocant, parentibus quidem humilibus, sed probitate ac pietate conspicuis. Inter Seminarii Patavini alumnos adscriptus, ita pietate ac doctrina profecit, ut condiscipulis exém-

pio, moderatoribus admirationi esset. Sacerdotio initiatus, in oppido Tómbolo primum, qua vicarius cooperator, dein Salatiáni qua parochus, per plures annos adlaboravit; quibus in obeundis muneribus, tanta caritatis effusióne, tanto sacerdotali zelo et sanctitate vitae excélluit, ut Episcopus Tarvisinus inter canónicos cathedralis ecclesiae eum cooptáret, eumque Curiae episcopalis cancellarium simulque Seminarii dioecesani spiritualem moderatorem renuntiare!. Haec officia tam egregie persecutus, a Leone tertio décimo, cui erat probatissimus, Mantuanae Ecclesiae Antistes fuit renuntiatus.

Lectio V

Boni pastoris nullam partem deserens, eo máxime contendit, ut Juventus in sortem Domini vocata rite ad sacra institueretur, piae consociationes novis augescerent incrementis, ritibus divini cultus plus decoris ac pietatis accederet. Praecepta quibus civitas christiana nititur, altius proclamare non desiit, et qui vitam inopem ipse ducébat, pauperibus numquam omisit afferre levamen. Tot igitur suffragantibus meritis, inter purpuratos Patres adlectus et Venetiarum Patriarcha creatus est. Dénique post Leonis dècimi tertii obitum, cum Patrum Cardinalium suffragia in eum coalescerent, cumque ipse supplicationibus et lacrimis tantum munus a se avertere frustra conatus esset, suasionibus tandem cedens, « accepto in crucem », inquit, et Summi Pontificatus apicem ut crucem a Deo sibi oblatam, demisso sed forti ánimo suscepit.

Lectio VI

In Petri cathedra constitutus, nihil de prístina vitae ratione remisit. Humilitate praesertim, simplicitate ac paupertate refúlsit, ita ut in suo testaménto scribere potuerit : « pauper natus sum, pauper vixi, pauper mori cupio ». Humilitas vero animi fortitudinem in eo alebat, cum de Dei gloria, Ecclesiae libertate, animarumque salute ageretur. Vir acèrrimi ingenii et propositi tenax, inter vicesimi ineuntis saeculi procellas, Ecclesiam firmiter rexit, et praeclarissimis ornavit institutis. Musicam sacram ad pristinum splendorem ac dignitatem revocavit; sacrorum Bibliorum studiis principem sedem Romae constituit; Romanam Curiam sapienter reformavit; leges de fidelibus per catechismum instituendis restituit; Eucharisticae mensae crebriorem, imo et cotidianam consuetudinem induxit, ejusque accessum pueris quoque a primo rationis usu aperuit; actionis catholicae incrementa sedulo

promovit; solidae cleri institutioni providit, **additis** quoque seminariis per regiones dispositis; sacerdotes omnes ad interiorem vitam colendam alléxit; leges Ecclesiae in unum corpus redegit; errores perniciosissimos, modernismi appellatione comprehensos, damnavit atque evéllit; civile vetitum, quod dicunt, in Pontificis Maximi electione rejécit. Tandem laboribus fractus ac moeróre confectus ob bellum Europium tunc exortum, die vicésima mensis Augusti anni millèsimi nongentesimi decimi quarti, ad caeleste praemium evolavit. Eum ubique terrarum sanctitatis fama clarum miraculisque fulgentem, Pius Papa duodecimus, cuncto plaudènte orbe, in Sanctorum numerum retulit.

In III NOCTurno

Lectio VII

Lectio sancti Evangelii secundum Joannem

Jo. tl, 15-17

In illo tempore : Dixit Jesus Simóni Petro : Simon Joannis, diligis me plus his? Et reliqua.

Homilia sancti Augustini Episcopi

Tractatus 123 in Joannem, in medio*

Redditur negationi trina3 trina confessio, ne minus amóri lingua serviat, quam timóri : et plus vocis elicuisse videatur mors imminens, quam vita praesens. Sit amoris officium pàscere Dominicum gregem, si fuit timoris indicium negare pastorem. Qui hoc ánimo pascunt oves Christi, ut suas velint esse, non Christi, se con vinciuntur amare, non Christum : vel gloriándi, vel dominandi, vel acquirendi cupiditate ; non obediendi, et subveniendi, et Deo placandi caritate.

Lectio VIII

Contra hos ergo vigilat totidem inculcata ista vox Christi quos Apostolus gemit sua quaerere, non quae Jesu Christi. Nam quid est aliud, si diligis me, pasce oves meas : quam si diceretur, si me diligis, non te pàscere cogita? Sed oves meas, et sicut meas pasce, non sicut tuas : gloriam meam in eis quaere, non tuam, dominium meum, non tuum :

lucra mea, non tua; ne sis in eorum societate qui pertinent ad témpora periculosa, seipsos amantes, et caetera quae huic maiorum initio connectuntur.

Lectio IX

Mérito dicitur Petro : diligis me, et respondet, amo te, eique refertur, pasce agnos meos, et hoc iterum, hoc tertio. Ubi etiam demonstratur unum atque idem esse amorem et dilectionem ; nam etiam Dominus novissime non ait, diligis me, sed amas me. Non ergo nos, sed ipsum amémus, et in pascéndis ovibus ejus ea quae sunt ejus, non ea quae sunt nostra, quaerámus. Nescio enim quo inexplicábili modo, quisquis seipsum, non Deum, amat, non se amat : et quisquis Deum, non seipsum, amat, ipse se amat. Qui enim non potest vivere de se, moritur utique amando se : non ergo se amat, qui ne vivat se amat.

Lectio pro festo commemorato legenda iuxta Rubricas

Pius Papa decimus, cui nomen antea Josephus Sarto, in Yenetórum pago, quem Riése vocant, natus est. Inter Seminarii Patavini alumnos adscriptus ac sacerdotio auctus, in oppido Tómbolo primum qua vicarius cooperator, dein Salatiáni qua parochus, et Tarvisii qua canonicus et Curiae Episcopalis cancellarius, tanta sanctitate excélluit, ut eum Leo decimus tertius Ecclesiae Mantuanae praefécerit. Boni pastoris nullam partem deserens, juventnti in sortem Domini vocatae rite instituendae máxime adlaboravit; divini cultus decorem et piarum consociationum incrementa promovit; pauperum inopiae effusa caritate prospexit. Tot suffragantibus meritis, inter purpuratos Patres adlectus et Venetiarum Patriarcha creatus est. Post Leonis dècimi **tertii** obitum, frustra reluctans, Summum Pontificatum ut crucem suscepit. In Petri cathedra constitutus, nihil de prístina vitae ratione remisit. Humilitate praesertim, simplicitate ac paupertate refulsit. Ecclesiam firmiter rexit et praeclarissimis ornavit institutis. Fidei vigilantissimus custos, modernismum, omnium haeresum summam, damnavit ac protrivit; ecclesiasticae libertatis vindex acerrimus, iis qui eam labefactáre conabantur, fortiter **obstitit;** solidae Cleri institutioni providit ; leges Ecclesiae in unum corpus redegit ; cultum erga Eucharistiam et crebriorem ejúsdem usum máxime provexit. Laboribus fractus et mœrore confectus ob bellum Europäern tunc exortum, die vicésima mensis Augusti anni millèsimi nongentesimi dècimi quarti, ad **caele**stem patriam evolavit. Eum Pius duodecimus in Sanctorum numerum retulit.

MISSA

Introitus. Ps. 88, 20-22. Extuli electum de pópulo, óleo sancto meo unxi eum : ut manus mea sit semper cum eo, et brachium meum confirmet eum. t- *Ibid., 2.* Gratias Domini in aeternum cantábo: per omnes generationes annuntiábo fidelitatem tuam ore meo. Gloria Patri. Extuli,

Oratio

Deus, qui ad tuendam catholicam fidem, et universa in Christo instauranda sanctum Pium, Summum Pontificem, caelesti sapientia et apostólica fortitudine replevisti : concede propitius ; ut, ejus instituta et exempla seetántes, praemia consequantur aetérna. Per eumdem Dominum.

Lectio Epistolae beati Pauli Apóstoli ad Thessalonicenses
1 Thess. 2, 2-8

Frates : Fiduciam habuimus in Deo nostro loqui ad vos evangelium Dei in multa sollicitudine. Exhortatio enim nostra non de erróre neque de immunditia neque in dolo; sed, sicut probati sumus a Deo ut erederétur nobis evangelium, ita loquimur; non quasi hominibus placéntes, sed Deo qui probat corda nostra. Neque enim aliquando fuimus in sermóne adunationis, sicut scitis, neque in occasione avaritiae, Deus testis est, nec quaerentes ab hominibus gloriam neque a vobis neque ab aliis. Cum possemus vobis oneri esse ut Christi apóstoli, sed facti sumus parvuli in medio vestrum, tanquam si nutrix foveat filios suos. Ita desiderantes vos cupide volebámus tradere vobis non solum evangelium Dei, sed etiam ánimas nostras, quoniam carissimi nobis facti estis.

Graduale. Ps. 39, 10-11. Annuntiávi justítiam in coetu magno; ecce labia mea non cohíbui : Dómine, tu nosti. Y- Justítiam tuam non abscóndi in corde meo; fidelitatem tuam et auxilium tuum narravi.

Alleluja, alleluja, t- *Ps-. 22, 5-6.* Paras mihi mensam, inúngis óleo caput meum, calix meus ubérrimus est. Alleluja.

In Missis votivis: Post Septuagesimam, omissis Alleluja, ei *Versu sequenti, dicitur:*

Tractus. Ps. 131, 16-18. Sacerdotes ejus índuam salute, et sancti ejus exsultántes exsultábunt. f. Illic David suscitábo cornu, parábo

lucémani uncto meo. y. Inimicos ejus íiiduam confusióne, super ipsum autem fulgébit diadèma meum.

Tempore autem Paschali omittitur Graduale, et ejus loco dicitur:

Alleluja, alleluja, f. *Ps. 22, 5-6.* Paras mihi mensam, inúngis óleo caput meum, calix meus ubérrinius est. Alleluja. *Ps. 25, 8.* Dómine, diligo habitáculum domus time et locum tabernaculi gloria? tua?. Alleluja.

Sequentia sancti Evangelii secundum Joannem
Jo. 21, 15-17

In illo tempore : Dixit Jesus Simóni Petro : Simon Joannis, diligis me plus his? Dicit ei : Etiam, Domine, tu scis quia amo te. Dicit ei : Pasce agnos meos. Dicit ei iterum :' Simon Joannis, diligis me? Ait illi : Etiam, Dómine, tu scis quia amo te. Dicit ei : Pasce agnos meos. Dicit ei tertio : Simon Joannis, amas me? Contristátus est Petrus, quia dixit ei tertio: Amas me? et dixit ei: Dómine, tu omnia nosti; tu scis quia amo te. Dixit ei : Pasce oves meas.

Offertorium. Ps. 88,.12. Venite, filii, audite me; timorem Domini docébo vos.

Secreta

Oblationibus nostris, quaesumus, Domine, benigne susceptis, da nobis, ut haec divina mysteria, sancto Pio Summo Pontifice intercedente, sinceris tractamus obsequiis et **fideli** mente sumamus. Per **Do**minum.

Communio. Jo. 6, 56-57. Oaro mea vere est cibus, et sanguis meus vere est potus. Qui manducat meam carnem et bibit meum sanguinem, in me manet et ego in illo.

Postcommunio

Mensas caelestis virtute refecti, quaesumus, Dómine Deus noster : ut, interveniente sancto Pio Summo Pontifice; fortes efficiamur in fide, et in tua simus caritate concordes. Per Dominum.

In Martyrologio Romano

Die 20 Augusti — *secundo loco.* — Romae depositio sancti Pii dècimi,. Papae et Confessoris, fidei integritatis et ecclesiastica? libertatis propu-

gnatóris invieti, religionisque zelo insignis, cujus festum tertio Nonas Septembris recolitur.

Die 3 Septembris. Sancti Pii Papa? dècimi, cujus natalis dies tertiodecimo Kalendas Septembris recensetur.

URBIS et ORBIS

Sancti Pii X Papae et Confessoris sollemnia Canonizationis in area ante Basilicam Vaticanam die 29 Maii Anni Marialis 1954 peracta, quamplurimis Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalibus, Archiepiscopis et Episcopis, una cum ingenti fidelium concursu, ex dissitis quoque regionibus adstantibus, fulgentem assecuta sunt triumphum, quem Deus, humilium suscitator, ad exaltationem Servi Sui mirabiliter disposuit. Invalescebat interea in multorum Ordinariorum animis ardens studium atque optatum ut novensilis Sancti festum totius Ecclesiae commune efficeretur, quod iam nonnullis in locis liturgico cultu celebrabatur. Quare Sanctissimus Dominus noster Pius Papa XII, fere omnium Catholici Orbis Archiepiscoporum et Episcoporum, nec non et Religiosarum Familiarum vota libenter excipiens, Sancti Pii X Papae et Confessoris, festum ad universam Ecclesiam extendere benigne dignatus est, die tertia mensis Septembris quotannis sub ritu duplici minori cum Officio et Missa propriis et approbatis, uti in superiori prostant exemplari, recolendum. Servatis Rubricis. Contrariis non obstantibus quibuscumque.

Die 1 Martii anno 1955.

C. Card. Cicognani, *Praefectus*

L. © S.

t A. Carinci, Archiep. Seleucien., *a Secretis.*

OFÍCIO E MISSA DA FESTA DA BEM AVENTURADA

VIRGEM MARIA RAINHA

PAPA PIO XII

31 de Maio de 1955

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS

DECRETO AAS 47 (1955) 470-480

TEXTO COMPLETO RETIRADO DAS ATAS APOSTÓLICAS (AAS)

IV

OFFICIUM ET MISSA IN FESTO B. MAREE VIRGINIS REGINA

Die 31 Maji

BEATiE MARIAE VIRGINIS REGINAE

Duplex II classis

Omnia de Communi Festorum B. Mariœ Virginis, prceter ea quœ hic habentur propria.

IN I VESPERIS

Capitulum *Eccli. 2If, 5 et 7*

Ego ex ore Altissimi prodívi, primogénita ante omnem creatúram : ego in altissimis habitávi, et thronus mens in columna nubis.

Hymnus Ave, maris stella.

f. Salve, Regina misericordiae. *(T. P.* Alleluja.)
Ex qua natus est Christus, Rex noster. *(T. P.* Alleluja.)

Ad Magnif. Ant. Beata quae credidisti, * quae dicta sunt tibi a Domino; cum Christo regnas in aeternum. *(T. P.* Alleluja.)

Oratio

Concede nobis, quaesumus, Dómine : ut, qui solemnitatem beatae Mariae Virginis Reginae nostrae celebramus ; ejus muniti praesidio, pacem in praesenti et gloriam in futuro consequi mereámur. Per Dominum.

Completorium de Dominica.

AD MATUTINUM

Iuvit. Christum Regem, qui suam coronávit Matrem, * Venite, adoremus. *(T. P.* Alleluja.) Ps. 94 Venite, exsultémus.

Hymnus

Rerum supremo in vértice
Regina, Virgo, sisteris,
Exuberánter omnium
Ditata pulchritudine.

Princeps opus f ormósior
Yerbo creanti praénites,
Praedestináta Filium,
Qui protulit te, gignere.

Ut Christus alta ab arbore
Rex purpuratus sanguine,
Sic passionis particeps,
Tu Mater es viventium.

Tantis decora laudibus,
Ad nos ovantes réspice,
Tibique sume grátulans
Quod fundimus praeconium.

Jesu, tibi sit gloria,
Qui natus es de Virgine,
Cum Patre, et almo Spiritu,
In sempiterna saecula. Amen.

In I Nocturno

f. Salve, Regina misericordiae. *(T. P.* Alleluja.)
Rj. Ex qua natus est Christus, Rex noster. *{T. P.* Alleluja.)

De libro Ecclesiastici

Lectio I *Cap.* ***24****> 5-11*

Ego ex ore Altissimi prodivi, primogénita ante omnem creatúram : ego feci in caelis ut oriretur lumen indeficiens et sicut nébula texi omnem terram. Ego in altissimis habitávi, et thronus meus in columna nubis. Gyrum caeli circuivi sola et profundum abyssi penetravi, in fluctibus maris ambulavi et in omni terra steti et in omni pópulo et in omni gente primatum habui et omnium excelléntium et humilium corda virtute calcavi et in his ómnibus réquiem quaesivi et in hereditate Domini moráborl

Rj. Beata es, Maria, quae credidísti Dómino : perfecta sunt in te quae dicta sunt tibi. * Ecce exaltáta es super choros Angelorum ad caelestia regna. *(T. P.* Alleluja.) **f.** Ave, María, gratia plena, Dominus tecum. Ecce.

Lectio II *Cap. %k,* ***U****-16*

Ab initio et ante saecula creata sum et usque ad futurum saeculum non désinam et in habitatione sancta coram ipso ministravi. Et sic in

Sion firmata sum et in civitate sanctificator similiter requiévi, et in Jerusalem potestas mea. Et radicavi in pópulo honorificáto, et in parte Dei mei hereditas illius, et in plenitudine sanctorum detentio mea.

Regalem dignitatem Virginis Mariae recolamus, * Quia cum Christo regnat in aeternum. *(T. P.* Alleluja.) **f.** Gloriam Reginae nostrae celebramus. Quia.

Lectio III *Cap. 2k, 21^-80*

Ego mater pulchrae dilectionis et timoris et agnitiónis et sanctae spei. In me gratia omnis viae et veritatis, in me omnis spes vitae et virtutis. Transite ad me, omnes qui concupiscitis me, et a generationibus meis implémini ; spiritus enim meus super mel dulcis, et hereditas mea super mel et f avum. Memoria mea in generationes saeculorum. Qui edunt me, adhuc esurient, et qui bibunt me, adhuc sitient; qui audit me non confundatur, et qui operantur in me, non peccábunt ; qui elucidant me, vitam aeternam habebunt.

Rj. Elegit eam Deus, et praelegit eam ; * Coronam gloriae posuit super caput ejus. *(T. P.* Alleluja.) **f.** Et in tabernaculo suo habitare fecit eam. Coronam gloriae. Gloria Patri. Coronam gloriae.

In II Nocturno

f. Stabat iuxta crucem Jesu Mater ejus. *{T. P.* Alleluja.)
In passióne socia, totius mundi Regina. *(T. P.* Alleluja.)

Sermo sancti Petri Canisii Presbyteri
De Maria Deipara Virgine incomparabili, lib. 15, c. IS

Lectio IV

Cur beatissimam Virginem Mariam Reginae nomine, Damascénum, Athanásium aliosque secuti, non compellémus, cujus et pater David rex inclitus, et filius Rex regum Dominiisque dominantium sine fine imperans, laudem in Scripturis praestantissimam tenent? Regina est insuper, si cum illis conferatur, quibus veluti régibus, caeleste regnum cum Christo, Rege summo, contigit, utpote illius coherédibus, et in eodem veluti throno, ut Scriptura loquitur, cum illo collocatis. Regina est etiam nulli electorum secunda, sed simul Angelis et hominibus tanto praelato dignius, quo nihil illa sublimius ac sanctius esse potest, quae sola cum Deo Patre Filium habet communem, et quae supra se Deum et Christum tantum, infra se vero reliqua videt omnia.

Rj. Suscipe verbum, Virgo Maria, quod tibi a Dómino transmissum est: * Ecce conci pies et páries Deum pariter et hominem. *(T. P.* Alleluja.) tf. Et Regina vocáberis super omnes gentes. Ecce.

Lectio V

Magnus Athanasius perspicue dixit : Mariam non modo Deiparam, sed etiam Reginam et Dominam proprie vereque censeri, quandoquidem Christus ex ipsa matre Virgine natus, Deus et Dominus idemque Rex maneat. De hac igitur Regina dictum illud Psalmógraphi interpretatur : Adstitit Regina a dextris tuis in vestitu deauráto. Non ergo solum caeli, sed et caelorum Regina recte dicitur Maria, utpote mater Regis Angelorum, Reglsque caelorum et amica et sponsa. A te vero, augustissima Regina, eademque fidissima Mater Maria, quam sine fructu pie nullus implorat, et cui mortales omnes beneficiorum memoria sempiterna devincti sunt, etiam atque etiam reverenter oro et obsecro, ut hoc qualecumque observantiae erga te meae testimonium ratum et gratum habere velis, utque oblati muneris exiguitatem studiósa offerentis voluntate metiri ac tuo praepotenti Filio comprobare digneris.

Rj. Ecce positus est hic in ruinam et resurrectionem multorum, * Et tuam ipsius animam pertransiit gladius. *(T. P.* Alleluja.) t- Ave, Christi Mater, passionis socia, totius mundi Regina. Et tuam.

Lectio VI

Ex Litteris Encyclicis Pii Papae duodècimi

Litt. Encycl. Ad caeli Reginam, *diei 11 Octobris 195k*

E christianae vetustátis monumentis, e liturgicis precibus, ex indito christiano pópulo religionis sensu, ex operibus arte confectis, undique collegimus voces quae asserunt Deiparam Virginem regali dignitate praestare ; rationes etiam quas sancta theologia ex divina' fidei thesauro deducéndo ástruit, eandem veritatem prorsus confirmare argiiimus. Tot ex allatis testimoniis quasi latissime résonans concentus efficitur qui extollit regii honoris praecelsum fastigium Dei hominumque Matris, cui cuncta creata subsunt, quae est : « Exaltáta super choros Angelorum ad caelestia regna. » Cum vero, maturo pondera toque consilio, persuasum Nobis habeamus magna oritura esse Ecclesiae emolumenta, si quasi in suo candelabro rutilántior lucèrna posita, illa solide probata veritas maniféstior ómnibus refúlgeat, Apostólica Nostra Potestate decernimus

et instituimus festum Mariae Reginae, quod toto terrarum orbe quotannis die tricésimo primo mensis Maji est celebrandum.

Rj. Signum magnum apparuit in caelo : * Mulier amieta sole, et luna sub pedibus ejus, et in capite ejus coróna stellárum duodecim. *(T. P.* Alleluja.) **f.** Cujus Filius regnat in aeternum. Mulier. Gloria Patri. Mulier.

In III Nocturno

f. Beatam me dicent omnes generationes. *(T. P.* Alleluja.)
tf. Quia fecit mihi magna qui potens est. *(T. P.* Alleluja.)

Lectio sancti Evangelii secundum Lucam

Lectio VII *Cap. 1, 26-88*

In illo tempore : Missus est Angelus Gabriel a Deo in civitatem Galilaeae, cui nomen Nazareth, ad Virginem desponsatam viro, cui nomen erat Joseph, de domo David, et nomen Virginis Maria. Et reliqua.

Homilia sancti Bonaventurae Episcopi

Sermo de regia dignitate B. Mariœ Virginis

Beata Maria Virgo, summi Regis mater est per generosam conceptionem, secundum quod dicitur in verbo sibi dicto ab Angelo : Ecce, inquit, concipies et páries filium ; et postea : Dabit ei Dominus sedem David patris ejus, et regnábit in domo Jacob in aeternum, et regni ejus non erit finis. Ac si apèrte dicat : Concipies et páries filium Regem, in regali solio aeternáliter residentem, ac per hoc tamquam Mater Regis regnábis, et ut Regina in regali sólio residébis. Si enim decet filium honorem matri dare, decet ut ei communicet thronum regalem ; unde Virgo Maria, quia concepit eum, qui habet in fèmore scriptum : Rex regum et Dominus dominantium, statim ex quo concepit Filium Dei, Regina fuit, non solum terrae, sed etiam caeli, quod designatum est in Apocalypsi ubi dicitur : Signum magnum apparuit in caelo : mulier amieta sole, et luna sub pedibus ejus, et in capite ejus coronai stellárum duodecim.

Rf. Ecce Virgo concipiet et pariet Filium, * Et vocabitur nomen ejus Admirabilis, Deus, Fortis. *(T. P.* Alleluja.) **f.** Super solium David et super regnum ejus sedébit in aeternum. Et vocabitur.

Lectio VIII

Maria Regina est praeclarissima quantum ad gloriam, quod bene designat Propheta in psalmo qui specialiter est de Christo et Virgine Maria, ubi primo dicitur de Christo : Sedes tua, Deus, in saeculum saeculi, et»

paulo post de Virgine : Adstitit regina a dextris tuis, hoc est in potioribus bonis, quod quidem dictum est quantum ad gloriam mentis. Sequitur : In vestitu deaurato, in quo exprimitur vestitus gloriosae immortalitátis, quem décuit habere Virginem in sua Assumptione. Absit enim ut vestimentum illud quo opértus est Christus, quod etiam fuit perfecte sanctificátum in terra per Verbum incarnatum, fiat cibus vérmium. Sicut décuit Christum dare gratiam Matri suae plenissimam in sua Conceptione, sic décuit tribuere plenissimam gloriam in ipsius Matris Assumptione. Et ideo tenendum est quod Virgo, gloriósa in ánima et corpore, sedeat juxta Filium.

Exaltáta es, sancta Dei Genitrix, * Super choros Angelorum ad caelestia regna. *(T. P.* Alleluja.) f. Intercéde pro nobis ad Dominum Jesum Christum. Super choros. Gloria Patri. Super choros.

Lectio IX

Maria Regina est et dispensátrix gratiae, quod designatum fuit in libro Esther, ubi dicitur : Parvus fons qui crevit in fluvium, et in lucem et solem conversus est. Virgo Maria sub figura Esther comparatur diffusióni fontis et luminis, propter diffusionem gratiae quantum ad duplicem usum, actionis licet et contemplationis. Gratia enim Dei, quae est medicativa generis humani, per ipsam ad nos descendit quasi per aquaeductum, quia ad ipsam Virginem pertinet dispensatio gratiae non per modum principii, sed per modum mèriti. Mérito igitur Virgo Maria est excellentissime Regina in comparationem ad plebem, cum impetrat veniam, superat pugnam, et distribuit gratiam, et consequenter perducit ad gloriam.

Te Deum laudamus.

AD LAUDES

Capitulum *Eccli. 2Jf, 5 et 7*

Ego ex ore Altissimi prodívi, primogénita ante omnem creatúram; ego in altissimis habitávi, et thronus meus in columna nubis.

Hymnus

O gloriósa virginum,
Sublimis inter sidera,
Qui te creavit, parvulum
Lacténte nutrís ubere.

Quod Heva tristis ábstulit,
Tu reddis almo germine :
Intrent ut astra flébiles,
Caeli reclúdis cardines.

Tu Regis alti jánua
Et aula lucis fúlgida :
Vitam datam per Virginem,
Gentes redempta', plaudite.

Jesu, tibi sit gloria,
Qui natus es de Virgine,
Cum Patre, et almo Spiritu,
In sempiterna saecula. Amen.

f. Maria Virgo caelos ascendit. *(T. P.* Alleluja.)

Rf. Cum Christo regnat in aeternum. *(T. P.* Alleluja.)

Ad Bened. Ant. Regina mundi dignissima, * Maria, Virgo perpétua^ intercéde pro nostra pace et salute, quae genuisti Christum Dominum,. Salvatorem omnium. *(T. P.* Alleluja.)

Oratio

Concede nobis, quaesumus, Domine : ut, qui solemnitatem beatae Mariae Virginis Reginae nostrae celebramus ; ejus muniti praesidio,, pacem in praesenti et gloriam in futuro consequi mereâmur. Per Dominum.

Et fit commemoratio S. Petronillas Virg. :

Ant. Simile est regnum caelorum homini negotia tòri quaerenti bonas margaritas : inventa una pretiosa, dedit omnia sua, et comparavit eam. *(T. P.* Alleluja.)

t. Diffusa est gratia in labiis tuis. *(T. P.* Alleluja.)

R> Propterea benedixit te Deus in aeternum. *(T. P.* Alleluja.)

Oratio

Exaudi nos, Deus salutaris noster : ut, sicut de beatae Petronillae Virginis tuae festivitate gaudemus; ita piae devotionis erudiámur affectu. Per Dominum.

AD HORAS

Ad Horas psalmi de feria currenti, reliqua de festo.

Ad Primam

In Responsorio brevi dicitur versus : Qui natus es.

Ad Absolutionem Capituli

- . *Lectio brevis*

Qui audit me, non confundatur, et qui operantur in me, non peccábunt : qui elucidant me, vitam aeternam habebunt. Tu autem.

Ad Tertiam

Capit. Ego ex ore Altissimi, *ut supra ad Laudes.*

Extra Tempus Paschale

Rj. *br.* Salve, * Regina misericordiae. Salve. **f.** Ex qua natus est Christus, Rex noster. Regina misericordiae. Gloria Patri. Salve.

f. Stabat iuxta crucem Jesu Mater ejus. **Rj.** In passióne socia, totius mundi Regina.

Tempore Paschali

rJ. *br.* Salve, Regina misericordiae, * Alleluja, alleluja. Salve. **f.** Ex qua natus est Christus, Rex noster. Alleluja, alleluja. Gloria Patri. Salve.

f. Stabat juxta crucem Jesu Mater ejus, alleluja. rJ. In passióne socia, totius mundi Regina, alleluja.

Ad Sextam

Capitulum *Eccli. 2k, 9-11*

In omni terra steti et in omni pópulo, et in omni gente primatum habui, et omnium excelléntium et humilium corda virtute calcavi.

Extra Tempus Paschale

Rf *br.* Stabat juxta crucem Jesu * Mater ejus. Stabat, **f.** In passióne socia, totius mundi Regina. Mater ejus. Gloria Patri. Stabat.

f. Beatam me dicent omnes generationes. **Rj.** Quia fecit mihi magna qui potens est.

Tempore Paschali

RÍ. *br.* Stabat juxta crucem Jesu Mater ejus, * Alleluja, alleluja. Stabat, **f.** In passióne socia, totius mundi Regina. Alleluja, alleluja. Gloria Patri. Stabat.

f. Beatam me dicent omnes generationes, alleluja. **Rf** Quia fecit mihi magna qui potens est, alleluja.

Ad Nonam

Capitulum *Eccli. 2^ 30-31*

Qui audit me, non confundétur, et qui operantur in me, non peccâbunt : qui elucidant me, vitam aeternam habebunt.

Extra Tempus Paschale .

%. br. Beatam me dicent * Omnes generationes. Beatam, **f.** Quia fecit mihi magna qui potens est. Omnes generationes. Gloria Patri. Beatam,

f. Maria Virgo caelos ascendit, Cum Christo regnat in aeternum.

Tempore Paschali

%. br. Beatam me dicent omnes generationes, * Alleluja, alleluja. Beatam, **f.** Quia fecit mihi magna qui potens est. Alleluja, alleluja. Gloria Patri. Beatam.

t. Maria Virgo caelos ascendit, alleluja. Rj. Cum Christo regnat in aeternum, alleluja.

IN II VESPERIS

Capitulum et Hymnus ut in I Vesperis.

f. Maria Virgo caelos ascendit. *(T. P.* Alleluja.)

r/. Cum Christo regnat in aeternum. *(T. P.* Alleluja.)

Ad Magnif. Ant. Beata Mater, * et intacta Virgo Maria, gloriósa Regina mundi, intercéde pro nobis ad Dominum. *(T, P.* Alleluja.)

Completorium de Dominica.

AD MISSAM

Introitus. Gaudeamus omnes in Dómino, diem festum celebrantes sub honore beatae Mariae Virginis Reginae : de cujus solemnitate gaudent Angeli, et colláudant Filium Dei. *(T. P.* Alleluja, alleluja.)

Ps. kh)% Effundit cor meum verbum bonum : dico ego carmen meum Regi.

f. Gloria Patri.

Oratio

Concede nobis, quaesumus, Dómine : ut, qui solemnitatem beatae Mariae Virginis Reginae nostrae celebramus ; ejus muniti praesidio, pacem in praesenti et gloriam in futuro consequi'mereámur. Per Dominum.

Et, in Missis privatis tantum, fit commemoratio B. Petronillas Virg.

Oratio

Exaudi nos, Deus salutaris noster: ut, sicut de beatae Petronillae Virginis tuae festivitate gaudemus ; ita piae devotionis erudiámur affectu. Per Dominum.

... Lectio libri Sapientiae

Eccli. 2k, 5 et 7, 9-11, 80-81

Ego ex ore Altissimi prodívi, primogénita ante omnem creatúram; ego in altissimis habitávi, et thronus meus in columna nubis. In omni terra steti et in omni pópulo, et in omni gente primatum habui, et omnium excelléntium et humilium corda virtute calcavi. Qui audit me, non confundétur, et qui operantur in me, non peccábunt ; qui elucidant me, vitam aeternam habebunt.

Alleluja, alleluja, f. Beata es, Virgo Maria, quae sub cruce Domini sustinuisti, alleluja, f. Nunc cum eo regnas in aeternum. Alleluja.

Extra Tempus Paschale dicitur :

Graduale. Apoc. 19, 16. Ipse habet in vestiménto et in fèmore suo scriptum : Rex regum, et Dominus dominantium, t. *Ps. kk> 10.* Regina adstat ad dexteram ejus, ornata auro ex Ophir.

Alleluja, alleluja, f. Salve, Regina misericordiae, tu nos ab hoste protege, et mortis hora suscipe. Alleluja.

Sequentia sancti Evangelii secundum Lucam

Luc. 1, 26-33

In illo tempore : Missus est Angelus Gabriel a Deo in civitatem Galilaeae, cui nomen Nazareth, ad Virginem desponsatam viro, cui nomen erat Joseph, de domo David, et nomen Virginis Maria. Et ingressus Angelus ad eam, dixit : Ave, gratia plena : Dominus tecum : benedicta tu in mulieribus. Quae cum audisset, turbata est in sermóne ejus : et cogitábat, qualis esset ista salutatio. Et ait Angelus ei : Ne tí meas, Maria, in venisti enim gratiam apud Deum : ecce concipies in útero, et páries filium, et vocábis nomen ejus Jesum. Hic erit magnus, et Filius Altissimi vocabitur, et dabit illi Dominus Deus sedem David patris ejus : et regnábit in domo Jacob in aeternum, et regni ejus non erit finis.

Credo.

Offertorium. Regali ex progénie Maria exorta refulget ; cujus precibus nos adiuvari, mente et spiritu devotissime poscimus. *(T. P.* Alleluja.)

Secreta

Accipe, quaesumus, Dómine, munera laetántis Ecclesiae, et beatae Virginis Mariae Reginae suffragantibus meritis, ad nostrae salutis auxilium provenire concede. Per Dominum.

Pro S. Petronilla

Secreta

Accepta tibi sit, Dómine, sacrátae plebis oblatio pro tuorum honore Sanctorum : quorum se meritis de tribulatione percepisse cognoscit auxilium. Per Dominum.

Praefatio de B. Maria Y ir g. Et te in festivitate.

Communio. Eegina mundi dignissimi, Maria Virgo perpétua, intercéde pro nostra pace et salute, quae genuisti Christum Dominum, Salvatorem, omnium. *(T. P.* Alleluja.)

Postcommunio

Celebratis solemniis, Dómine, quae pro sanctae Mariae, Eeginae nostrae, festivitate peregimus : ejus, quaesumus, nobis intercessióne fiant salutaria ; in cujus honore sunt exsultánter impleta. Per Dominum.

Pro S. Petronilla

Postcommunio

Satiásti, Dómine, familiam tuam muneribus sacris : ejus, quaesumus, semper interventione nos réfove, cujus solemnia celebramus. Per Dominum.

In Martyrologio Romano

Die SI Maii, primo loco

Festum Beatae Mariae Virginis Reginae

DECRETUM

Instituto per Litteras Encyclicas « Ad caeli Reginam » a Summo Pontifice Pio Papa XII festo Mariae Reginae, aequum erat eiusmodi ditare officio et Missa propria, quo regalis Mariae dignitas liturgicum etiam suum haberet splendorem. Quapropter Sacra Rituum Congregatio, de mandato Sanctissimi Domini Nostri, suprascriptum officium cum Missa et Elogium pro Martyrologio Romano, approbavit, illudque in festo B. Mariae Virginis Reginae, celebrando die 31 Maii, sub ritu duplici secundae classis, ab universa Ecclesia adhibendum iussit ; reposito festo S. Angelae Mericiae die primo Iunii. Servatis de cetero rubricis. Contrariis non obstantibus quibuslibet. Die 31 Maii 1955.

C. Card. Cicognani, *Praefectus*

L. © S.

f A. Carinci, Archiep. Seleuc, *Secretarius*

OFÍCIO E MISSA DA SOLENIDADE DE SÃO JOSÉ OPERÁRIO

ESPOSO DA BEM AVENTURADA VIRGEM MARIA

PAPA PIO XII

24 de Abril de 1956

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS

DECRETO AAS 48 (1956) 226-237

TEXTO COMPLETO RETIRADO DAS ATAS APOSTÓLICAS (AAS)

Hoc autem decretum rite promulgari atque in acta S. Rituum Congregationis referri mandavit.

Datum in Arce Gandulphi, prope Romam, die 15 Novembris anno 1955.

C. Card. **CICOGNANI,** *Praefectus*

L. ✠ S.

✠ A. Carinci, Archiep. Seleuc, *Secretarius*

III

OFFICIUM ET MISSA IN SOLEMNITATE S. IOSEPH OPIFICIS, SPONSI B. M. V.

Die 1 Maji

IN SOLEMNITATE

SANCTI JOSEPH OPIFICIS

SPONSI BEATAE MARIAE VIRGINIS, CONFESSORIS

Duplex I classis

Omnia de Communi Confessoris non Pontificis, prœter ea quœ hi<s habentur propria.

IN I VESPERIS<

Ant. 1 Deus, mundi opifex, * posuit hominem ut operaretur et custodiret terram, alleluja.

Ant. 2 Christus, Dei Filius, * manibus suis operari dignatus est, alleluja.

Ant. 8 Artem f abri * fideliter exercens sanctus Joseph, laboris miràbile refulget exemplar, alleluja.

Ant. If **Fidelis** servus * et prudens, quem constituit Dominus super familiam suam, alleluja.

Ant. 5 Joseph, opifex sancte, * ópera nostra tuere, alleluja.

Capitulum *Col. 3, 14-15*

Fratres : Caritatem habete, quod est vinculum perfectionis, et pax Christi exsúltet in cordibus vestris, et grati estóte.

Hymnus

Te, Joseph, celebrent agmina caelitum,
Te cuncti résonent christiadum chori,
Qui clarus meritis, junctus es inditae
Casto f cèdere Virgini.

Almo cum túmidam germine cónjugem
Admírans, dubio tángeris ánxius,
Afflatu sùperi Flammis Angelus
Conceptum Puerum docet.

Tu natum Dominum stringis, ad exteras
iEgypti prófugum tu séqueris plagas;
Amíssum Sólymis quseris et invenís,
Miscens gaudia flétibus.

Post mortem reliquos sors pia consecrat,
Palmámque eméritos gloria suscipit :
Tu vivens, Súperis par, frúeris Deo,
Mira sorte beátior.

Nobis, summa Trias, parce precántibus,
Da Joseph meritis sidera scándere;
Ut tandem liceat nos tibi pérpetim
Gratum prèmere canticum. Amen.

t- Solemnitas est hodie sancti Joseph, alleluja.
Rj. Qui manibus suis Filio Dei ministrávit, alleluja.

Ad Magnif. Ant. Christus Dominus * fabri filius putari dignatus est, alleluja.

Oratio

Rerum conditor Deus, qui legem laboris humano generi statuisti : concede propitius; ut sancti Joseph exemplo et patrocinio, ópera perficiámus quse prséeipis, et praemia consequámur quse promittis. Per Dominum.

Completorium de Dominica.

AD MATUTINUM

Invit. Regem regum Dominum, qui putari dignatus est fabri filius, * Venite, adoremus, alleluja. *Ps. 91¡.* Venite, exsultémus.

Hymnus

Te, pater Joseph, opifex colènde,
Nâzara? felix látitans in umbra,
Vocibus magnis animisque plenis
Nocte canémus.

Régiam stirpem tenuémque victum
Mente ferg aequa tacitusque portas,
Sacra dum multo manuum labore
Pignora nutris.

O Faber, sanctum spéculum fabrórum,
Quanta das plebi documenta **vita3,**
Ut labor sudans, ut et officina
Sanctificatur.

Qui carent escis, míseros rovéto ;
Tempera effrénos perimásque lites;
Mysticus Christus patrias sub umbrae
Téginine crescat.

Tu Deus trinus pariterque et unus,
Qui pater cunctis opiféxque rerum,
Fac patrem Joseph imitémur actu,
Morte imitémur. Amen.

IN I NOCTURNO

Ant. Exit homo * ad opus suum, et ad laborem suum usque ad vesperam, alleluja.

t- Gloria et exemplar opificum, sancte Joseph, alleluja.

R/. Cui obedire voluit Filius Dei, alleluja.

De libro Génesis

Lectio I *Cap. 1, 27-28, 31; 2, 1-3*

In principio creavit Deus hominem ad imaginem suam ; ad **imagi**nem Dei creavit illum : masculum et feminam creavit eos. Benedixitque illis Deus, et ait : « Créscite et multiplicamini, et replete terram et subjicite eam ». Viditque Deus cuncta quas fecerat, et erant valde bona. Et factum est vespere et mane, dies sextus. Igitur perfecti sunt caeli et terra et omnis ornatus eorum. Complevitque Deus die séptimo opus suum quod fecerat; et requievit die séptimo ab universo opere quod patrárat. Et benedixit **diei** séptimo, et sanctificavit illum, quia in ipso cessaverat ab omni opere suo, quod creavit Deus ut faceret.

Rj. Sex diebus operáberis et facies omnia ópera tua, séptimo autem die sabbatum Domini Dei tui est : *• Non facies omne opus in eo, alleluja, f. Sex enim diebus fecit Dominus caelum et terram, et requievit in die séptimo. Non facies.

Lectio II *Cap. 2, 7-9, 15*

Formavit igitur Dominus Deus hominem de limo terrae, et inspiravit in faciem ejus spiráculum vitae, et factus est homo in animam viventem. Plantáverat autem Dominus Deus paradisum voluptatis a principio, in quo posuit hominem quem formáverat. Produxítque **Do**minus Deus de humo omne lignum pulchrum visu et ad vescéndum suave; lignum etiam vitae in medio paradisi lignúmque scientiae boni et mali. Tulit ergo Dominus Deus hominem, et posuit eum in paradiso voluptatis ut operaretur et custodiret illum.

Rj. Posuit Dominus Deus hominem quem formáverat, in paradisum voluptatis, * Ut operaretur illum, alleluja, t- Hasc erat condicio **homi**nis ab initio. Ut operaretur.

*Lectio **III*** *Cap. 3, 17-19, 2S-2k*

Dixitque Dominus Deus Adae : <x Quia audisti vocem uxoris tuae, et comedisti de ligno, ex quo praecéperam tibi ne coméderes, maledicta terra in opere tuo ; in laboribus cómedes ex ea cunctis diebus vitae tuae. Spinas et tríbulos germinábit tibi, et cómedes herbam terrae. In sudóre vultus tui vescéris pane, donec revertâris in terram, de qua sumptus es ; quia pulvis es, et in púlverem revertéris ». Et emisit eum Dominus Deus de paradiso voluptatis, ut operaretur terram, de qua sumptus est. Ejecitque Adam, et collocavit ante paradisum voluptatis Cherubim et flámmeum gladium atque versátil em ad custodiendam viam ligni vitae.

Rj. Post peccatum ejécit Deus hominem de paradiso voluptatis, * Ut in laboribus operaretur terram, alleluja, f. Et in sudóre vultus tui, dixit Deus, vescéris pane. Ut in laboribus. Gloria Patri. Ut in laboribus.

IN II NOCTURNO

Ant. Jesus, * cum esset triginta annorum, putabátur filius Joseph, alleluja.

f. O magnam dignitatem laboris, alleluja.

Rj. Quem Christus sanctificavit, alleluja.

*Lectio **IV***

(Ex** Actis Pii PP. **XII)

Ecclesia, providentissima omnium Mater, máximas impendit curas ad opifices tutándos ac levándos, eorundem consociationes instituens iisque favens, quas Pius duodecimus, Pontifex Maximus, iampridem

validissimo sancti Joseph patrocinio concreditas esse vólnit. Etenim sanctus Joseph, cum putativus esset pater Christi, qui faber et fabri filius appellari dignatus est, propter necessitudinem qua junctus erat cum Jesu, abunde spiritum illum hausit unde labor nobilitatur atque evehitur. Consimili modo hujuscéinodi opificum consociationes adniti debent, ut Christus sit semper in ipsis praesens, in eorum membris horumque familiis, in omni dénique coetu operario; siquidem praecipuus harum consociationum finis est, ut christianam vitam in suis membris servent atque alant, Deique regnum latius propagent, praesertim inter ejúsdem officinae contubernales.

Rj. Non facies calumniam próximo tuo, nec vi opprimes eum; * Non morábitur opus mercenarii tui apud te usque mane, alleluja, f. Dignus est enim operarius mercéde sua. Non morábitur.

Lectio V

De hac autem Ecclesiae sollicitudine erga coetum operarium novum idem Pontifex praebuit argumentum, cum occasionem nactus opificum conventus Kalendis Majis anni millèsimi nongentesimi quinquagesimi quinti Romae celebrati, ingentem multitudinem in foro ad sancti Petri Basilicam coadunátam alloquens, opificum institutionem summopere commendavit. Haec enim nostris temporibus potiores sibi vindicat partes, ut opifices christiana doctrina rite imbuti, grassantes circa societatis constitutionem remque oeconomicam errores devitent, et moralem ordinem a Deo praestitutum, quem Ecclesia pandit atque interpretatur, de opificum juribus atque officiis, probe noscant, reique gerendae participes effecti, ejúsdem procurationi efficaciter adlaborent. Christus enim primus in orbe promulgavit atque Ecclesiae tradidit principia, quae ad has dirimendas quaestiones immutabilia ac validissima perstant.

Rj. Dedisti mihi protectionem salutis tuae et dextera tua suscepit me * Protector meus et susceptor meus, alleluja, f. Ego protector tuus sum et merces tua magna nimis. Protector.

Lectio VI

Quo autem humani laboris dignitas, et principia quae eandem efficiunt, altius insidérent animis, Pius duodecimus festum sancti Joseph opificis instituit, qui omni coetui operario exemplo sit ac praesidio. Ab hoc enim exemplo, qui operosas exercent artes discere debent qua ratione et quo spiritu sua munia expleant, ut pariter primo Dei obsequentes praecepto, terram subiciant atque oeconomicae prosperitáti cónsu-

lant, ac simul aeternae vitae praemia consequantur. Neque deerit **pro**-vidus Nazarethana Familiae custos sibi arte ac labóre compares suo munímine tégere eorundemque caelitus fortunare domos. Aptissime Summus Pontifex hoc festum celebrari iussit Kalendis Majis, quem diem operarii coetus sibi ascivérunt; hinc enim spes affulget fore, ut dies hic, sancto Joseph opifici dicatus, deinceps non odia exácuat ac júrgia accendat, sed singulis recurrens annis, omnes invitet ad ea magis magisque perficienda, quae civium paci adhuc desunt, immo etiam reipublicae moderatores exstimulet ad ea sollerter absolvenda quae consortionis humanae rectus expostulat ordo.

R> Miser ego sum et pauper ; * Dominus sollicitus est mei, alleluja, f. Laborem manuum tuárum manducábis et bene tibi erit, alleluja. Dominus. Gloria Patri. Dominus.

IN III NOCTURNO

Ant. Nonne hic est fabri filius? Nonne hic est filius Joseph? Alleluja.

f. Verbum Dei, per quod facta sunt omnia, alleluja.

Rj. Dignatus est operari manibus suis, alleluja.

Lectio sancti Evangelii secundum Matthaeum

Lectio VII *Cap. 13, 5J;-58*

In illo tempore : Veniens Jesus in patriam suam, docébat eos in synagógis eorum, ita ut miraréntur et dicerent : « Unde huic sapientia haec et virtutes? Nonne hic est fabri filius? » Et reliqua.

Homilia sancti Alberti Magni Episcopi

In Evangelium Lucœ, cap. IV

Die sábbati intrávit in synagógam, quo omnes intentione audiendi conveniunt. Et omnium in synagóga oculi erant intendentes in eum. Hoc tamen quidam devotione, quidam curiositate, et quidam observantes eum fecerunt, ut caperent eum in sermóne. Et dicebant scribae et pharisaei ad populum, qui jam fidem et devotionem concéperat : « Nonne hic est filius Joseph? » Despectiónis nota est demonstratio ejus quem nominare non sunt dignáti. « Filius Joseph » : minus hic dicit evangelista quod tam a Matthaeo quam a Marco plenius sciverat esse positum : « Nonne hic est fabri filius? Nonne hic est faber, filius Mariae? » Haec omnia despective dicta sunt.

Rj. Jesus erat incipiens quasi annorum triginta, * Qui putabátur filius Joseph, alleluja, f. Faber autem erat Joseph, sponsus Virginis Mariae, de qua natus est Christus. Qui putabátur.

Lectio VIII

Faber lignárius dicitur fuisse Joseph, arte et usu manuum victum quaerens, et non in otio et deliciis panem manducans, sicut scribae et pharisaei fecerunt. Maria etiam colo et consilio manuum victum quaerébat. Et est sensus : Hic despeetae et paupérrimas nativitatis, non potest esse Christus Dominus, quem unxit Deus. Et ideo sibi non est credendum tam rusticano et tam viii.

Rj. Unde huic sapientia haec et virtutes? * Nonne hic est f abri filius? Alleluja, f. Ita dicebant in civitate Nazareth. Nonne hic est. Gloria Patri. Nonne hic est.

Lectio IX

Faber tamen erat Dominus : quia propheta dixit de ipso : « Tu fabricátus es auróram et solem ». Similis modus despectivus est in libro Regum, ubi Saul promóto in regnum suum dixerunt : « Quaenam res accidit filio Cis? Num et Saul inter prophetas est? » Parva ergo locutio magnum importat despectum. Dominus autem dicit : « Amen dico vobis, quia nemo propheta acceptus est in patria sua ». Se autem prophétam hic dicit Dominus. Ipse enim, cui omnia per divinitatem nota sunt, nullam penitus recipit inspirationis revelationem. Patriam autem suam vocat hic stricte locum conceptionis et nutritiónis. Suis autem convicáneis, qui invidia incitabântur ad ipsum, non fuit acceptus.

Te Deum laudamus.

AD LAUDES **ET PER** HORAS

Antiplionœ et Capitulum ut in I Vesperis.

Hymnus

Auròra, solis nuntia
Florumque mensi praevia,
Fabri sonóram málleo
Domum salutat Názarae.

Salve, caput domesticum,
Sub quo supremus Artifex,
Sudóre salso róridus,
Exercet artem patriam.

Altis locátus sedibus
Celsaéque Sponsae proximus,
Adésto nunc cliéntibus,
Quos vexat indigentia.

Absintque vis et júrgia,
Fraus omnis a mercédibus ;
Victus cibique copiam
Mensúret una párcitas.

O Trinitatis Unitas,
Joseph precánte, quaesumus,
In pace nostros omnium
Gressus viamque dirige. Amen.

t. Ora pro nobis, sancte Joseph, alleluja.

Rj. Laborum nostrorum protector **fidelis,** alleluja.

Ad Bened. Ant. Descendit Jesus * cum Maria et Joseph, et venit Nazareth, et erat subditus illis, alleluja.

Oratio

Rerum conditor Deus, qui legem laboris humano generi statuisti : concede propitius ; ut sancti Joseph exemplo et patrocinio, ópera perficiámus quae praecipis, et praemia consequámur quae promittis. Per Dominum.

Ad Horas Psalmi de Dominica, ad. Primam tamen ut in festis.

AD TERTIAM

Capit. Fratres : Caritatem habete, *ut in I Vesperis.*

tf. *br.* Gloria et exemplar opificum, sancte Joseph, * Alleluja, alleluja. Gloria et exemplar, f. Cui obedire voluit Filius Dei. Alleluja, alleluja. Gloria Patri. Gloria et exemplar.

f. O magnam dignitatem laboris, alleluja.

Rj. Quem Christus sanctificavit, alleluja.

AD SEXTAM

Capitulum *Col.. 3, 17*

Omne quodcumque facitis in verbo aut in opere, omnia in nomine Domini Jesu Christi, gratias agentes Deo et Patri per Ipsum.

R, *br.* O magnam dignitatem laboris, * Alleluja, alleluja. O magnam.

f. Quem Christus sanctificavit. Alleluja, alleluja. Gloria Patri. O magnam.

f. Verbum Dei, per quod facta sunt omnia, alleluja.

R;. Dignatus est operari manibus suis, alleluja.

AD NONAM

Capitulum *Col. 3, 23-24*

Quodcumque facitis, ex ánimo operámini sicut Dómino, et non hominibus, scientes quod a Dómino accipietis retributionem hereditatis. Dómino Christo servite.

R> *br.* Verbum Dei, per quod facta sunt omnia, * Alleluja, alleluja. Verbum Dei. **f.** Dignatus est operari manibus suis. Alleluja, alleluja. Gloria Patri. Verbum Dei.

t. Ora pro nobis, sancte Joseph, alleluja.

Rj. Laborum nostrorum protector **fidelis,** alleluja.

IN II VESPERIS

Omnia ut in I Vesperis, prœter sequentia :

f. Ora pro nobis, sancte Joseph, alleluja.

Rj. Laborum nostrorum protector **fidelis,** alleluja.

Ad Magnif. Ant. Et ipse Jesus * erat incipiens quasi annorum triginta, ut putabátur filius Joseph, alleluja.

AD MISSAM

Introitus *Sap. 10, 17*

Sapientia reddidit justis mercedem laborum suorum, et deduxit illos in via mirabili, et fuit illis in velaménto **diei** et in luce stellárum per noctem, alleluja, alleluja.

Ps. 126,1 Nisi Dominus aedificáverit domum, in vanum laborant qui aedificant eam.

f. Gloria Patri.

Oratio

Berum conditor Deus, qui legem laboris humano generi statuisti : concede propitius ; ut, sancti Joseph exemplo et patrocinio, ópera perficiámus quae praécipis, et praemia consequantur quae promittis. Per Dominum.

Lectio Epistolae beati Pauli Apóstoli ad Colossenses
Col. 3, U-15, 17, 23-24.

Fratres : Caritatem habete, quod est vinculum perfectionis, et pax Christi exsultet in cordibus vestris, in qua et vocati estis in uno corpore, et grati estóte. Omne quodcumque facitis in verbo aut in opere, omnia in nomine Domini Jesu Christi, gratias agentes Deo et Patri per ipsum. Quodcumque facitis, ex ánimo operámini sicut Dómino, et non hominibus, scientes quod a Dómino accipietis retributionem hereditatis. Dómino Christo servite.

Alleluja, alleluja, f. De quacumque tribulatione clamáverint ad me, exáudiam eos, et ero protector eorum semper. Alleluja, f. Fac nos innócuam, Joseph, decurrere vitam : sitque tuo semper tuta patrocinio. Alleluja.

Extra Tempus Paschale dicitur :

Graduale. Ps. 127, 1-2 Beatus quicumque times Dominum, qui ámbulas in viis ejus. f. Laborem manuum tuárum manducábis et bene tibi erit.

Alleluja, alleluja, f. Fac nos innócuam, Joseph, decurrere vitam : sitque tuo semper tuta patrocinio. Alleluja.

Post Septuagesimo™, omissis Alleluja, *et Versu sequenti, dicitur:*

Tractus. Ps. 111, 1-3 Beatus vir qui timet Dominum, qui mandatis ejus delectátur multum, f. Potens in terra erit semen ejus ; generatióni rectorum benedicatur, f. Opes et divitiae erunt in domo ejus, et munificentia ejus manebit semper.

Sequentia sancti Evangelii secundum Matthaeum
Matth. 13, 5Jf-58

In illo tempore : Veniens Jesus in patriam suam, docébat eos in synagógis eorum, ita ut miraréntur et dicerent : « Unde huic sapientia haec et virtutes? Nonne hic est fabri filius? Nonne mater ejus dicitur Maria, et fratres ejus Jacobus et Joseph et Simon et Judas? Et sorores

ejus nonne omnes apud nos sunt? Unde ergo huic omnia ista? » Et scandalizabántur in eo. Jesus autem dixit eis : « Non est propheta sine honore nisi in patria sua et in domo sua». Et non fecit ibi virtutes multas propter incredulitátem illorum.

Credo.

Offertorium. Ps. 89, 11 Bonitas Domini Dei nostri sit super nos, et opus manuum nostrarum secunda nobis, et opus manuum nostrarum secunda, alleluja.

Secreta

Quas tibi, Dómine, de operibus manuum nostrarum offérimus hostias, sancti Joseph interposito suffragio, pignus facias nobis unitatis et pacis. Per Dominum.

Prœfatio de sancto Joseph: Et te in Solemnitate.

Communio. Matth. IS, 51f, 55 Unde huic sapientia haec et virtutes? Nonne hic est fabri filius? Nonne mater ejus dicitur Maria? Alleluja.

Postcommunio

Haec sancta quae sumpsimus, Domine : per intercessionem **beati** Joseph; et operationem nostram compleant, et praemia confirment. Per Dominum.

IN MARTYROLOGIO ROMANO

Die 1 Maß, primo loco

Solemnitas sancti Joseph Opíficis, Sponsi beatas Marías Virginis, Confessoris, opificum patroni.

DECRETUM

Instituto a Sanctissimo Domino Nostro Pio Pp. XII, die primo Maii anni millesimi nongentesimi quinquagesimi quinti, festo sancti Ioseph Opificis, opificum Patroni, reliquum erat liturgicos parare textus in Missale et Breviarium Romanum inducendos. Hos itaque textus, a speciali Commissione diligenter compositos et approbationi Summi Pontificis subiectos, prout hic publici fiunt iuris, haec Sacra Rituum Congregatio in posterum ab omnibus qui ritui Romano adstricti sunt, die primo Maii, in festo S. Ioseph Opificis, sub ritu duplicis primae classis recolendo, adhibendos esse praecipit ; translato in perpetuum festo Ss. Apostolorum Philippi et Iacobi in diem undecimum mensis Maii, tamquam in sedem propriam. In lectione autem quarta eiusdem festi omittantur verba : « Kalendis Maji » ; lemma Martyrologii Romani quo de Ss. Apostolis Philippo et Iacobo agitur, ponatur primo loco eodem die undecimo Maii. Solemnitas vero S. Ioseph, quae hucusque celebratur feria IV post Dominicam II post Pascha, abolita habeatur ; et titulus « Ecclesiae universalis Patroni », qui dictae Solemnitati adiungebatur, festo principali S. Ioseph diei 19 Martii in posterum adnectatur.

Quibus omnibus Sanctissimo Domino Nostro Pio Pp. XII relatis, Sanctitas Sua benigne Officium et Missam in honorem S. Ioseph Opificis, necnon variationes supradictas approbare dignata est.

Die 24 Aprilis 1956.

C. Card. **CICOGNINI**, *Praefectus*

L. s$ S.

f A. Carinci, Archiep. Seleuc, *Secretarius*

DECRETUM GENERALE

LITURGICUS HEBDOMADAE SANCTAE ORDO INSTAURATUR

“*Maxima redemptionis nostrae mysteria*”

Decreto Geral sobre o Ordo Restaurada da Semana Santa

PAPA PIO XII

16 de Novembro de 1955

SAGRADA CONGREGAÇÃO DOS RITOS

DECRETO AAS 47 (1955) 838-841

TEXTO COMPLETO RETIRADO DAS ATAS APOSTÓLICAS (AAS)

EM LATIM

E

PORTUGUÊS

ACTA SS. CONGREGATIONUM

SACRA CONGREGATIO RITUUM

DECRETUM GENERALE

LITURGICUS HEBDOMADAE SANCTAE ORDO INSTAURATUR

Maxima redemptionis nostrae mysteria, passionis nempe, mortis et resurrectionis Domini nostri Iesu Christi, ab apostolica inde aetate singulari prorsus recordatione celebrare quotannis studuit sancta Mater Ecclesia. Summa in primis eorundem mysteriorum momenta peculiari triduo recolebantur, Christi scilicet « crucifixi, sepulti, suscitati »;* mox institutionis sanctissimae Eucharistiae solemnis memoria addita fuit; ac demum, dominica quae passionem proxime antecedit, liturgica accessit celebratio triumphalis Domini nostri Regis messianici ingres sus in sanctam civitatem ; peculiaris exinde liturgica hebdomada exorta est, quae, ob excellentiam mysteriorum celebratorum, et sancta appellata et amplissimis piissimisque ritibus ditata fuit.

Hi autem ritus iisdem hebdomadae diebus iisdemque dierum horis initio celebrabatur quibus sacrosancta mysteria contigerunt. Institutio itaque sanctissimae Eucharistiae feria quinta, vespere, recolebatur, solemni Missa in Cena Domini ; feria autem sexta peculiaris actio liturgica de passione et morte Domini horis postmeridianis celebrabatur ; denique vespere sabbati sancti solemnis inchoabatur vigilia, quae mane sequenti in gaudio resurrectionis finem habebat.

Media autem aetate, tempus agendae liturgiae his diebus, variis in id concurrentibus causis, ita anticipari coeptum est, ut, eadem media aetate ad finem vergente, omnes liturgicae illae solemnitates ad horas usque matutinas antepositae fuerint, profecto non sine detrimento liturgici sensus, nec sine confusione inter evangélicas narrationes et ad eas pertinentes liturgicas repraesentationes. Solemnis praesertim paschalis vigiliae liturgia, a propria nocturna sede avulsa, nativam perspicuitatem ac verborum et symbolorum sensum amisit. Praeterea sabbati sancti dies, praecoci paschali gaudio invasus, propriam indolem perdidit luctuosam memoriae dominicae sepulturae.

' *S. Augustinus,* Ep. 55, 14; Corp. Script. Eccl. Lat. 34, 2, p. 195.

Recentiore porro aetate alia denique accessit rerum mutatio eademque sub aspectu pastorali gravissima. Etenim, feria quinta, sexta et sabbatum sanctae hebdomadae per plura saecula inter dies festivos connumerabantur, eo sane consilio, ut cunctus populus christianus, a servilibus operibus expeditus, sacris horum dierum caerimoniis interesse posset; at saeculo decimo septimo currente ipsi Romani Pontifices, ob condiciones vitae socialis prorsus immutatas, dierum festivorum numerum imminuere adacti sunt. Urbanus itaque VIII, Constitutione apostolica « Universa per orbem », diei 24 Septembris anni 1642, sacrum quoque hebdomadae sanctae triduum, non amplius inter festivos, sed inter feriales dies recensere coactus est.

Exinde vero fidelium ad sacros hos ritus frequentia necessario decrevit, ea praesertim de causa, quod eorum celebratio iam diu ad horas matutinas anteposita fuerat, quando scilicet scholae, opificia et publica cuiusque generis negotia, ubique terrarum, diebus ferialibus peragi solent et peraguntur. Communis reapse et quasi universalis experientia docet, solemnes gravesque has sacri tridui liturgicas actiones a clericis peragi solere, ecclesiarum aulis saepe quasi desertis.

Quod sane valde est dolendum. Etenim sacrosanctae hebdomadae liturgici ritus, non solum singulari dignitate, sed et peculiari sacramentali vi et efficacia pollent ad christianam vitam alendam, nec aequam obtinere possunt compensationem per pia illa devotionum exercitia, quae extraliturgica appellari solent, quaeque sacro triduo horis postmeridianis absolvuntur.

His de causis viri in re liturgica peritissimi, sacerdotes curam animarum gerentes, et in primis ipsi Excellentissimi Antistites, recentioribus annis enixas ad Sanctam Sedem preces detulerunt, postulantes, ut liturgicae sacri tridui actiones, ad horas, ut olim, postmeridianas revocarentur, eo sane consilio, ut omnes fideles facilius iisdem ritibus interesse possint.

*Re autem mature perpensa, Summus Pontifex Pius XII, anno iam 1951, sacrae paschalis vigiliae liturgiam instauravit, ad nutum interim Ordinariorum et ad experimentum peragendam.

Cum porro huiusmodi experimentum optimum universe habuerit successum, prout Ordinarii quamplures Sanctae Sedi retulerunt, cumque iidem Ordinarii petitiones iterare non omiserint, poscentes, ut sicut pro vigilia paschali, ita etiam pro aliis sanctae hebdomadae diebus similis fieret liturgica instauratio, sacris functionibus ad horas vespertinas restitutis, attento denique quod Missae vespertinae, per Constitutionem

apostolicam « Christus Dominus » diei 6 Ianuarii anni 1953 praevisae, frequentiore adstante populo ubicumque celebrantur; his omnibus prae oculis habitis, Ssmus D. N. Pius Papa XII mandavit ut Commissio instaurandae liturgiae, ab eodem Ssmo Domino constituta, quaestionem hanc de Ordine hebdomadae sanctae instaurando examinaret et conclusionem proponeret. Qua obtenta, eadem Sanctitas Sua decrevit ut, pro rei gravitate, tota quaestio peculiari examini subiceretur Eminentissimorum Patrum Sacrae Rituum Congregationis.

Eminentissimi autem Patres, in Congregatione extraordinaria diei 19 iulii currentis anni, ad aedes Vaticanas coadunati, re mature perpensa, unanimi suffragio Ordinem hebdomadae sanctae instauratum approbandum et praescribendum censuerunt, si Ssmo Domino placuerit.

Quibus omnibus SSmo Domino Nostro ab infrascripto Cardinali Praefecto per singula relatis, Sanctitas Sua ea, quae iidem Eminentissimi Cardinales deliberaverant, approbare dignata est.

Quapropter, de speciali mandato eiusdem Ssmi D. N. Pii divina Providentia Papae XII, Sacra Rituum Congregatio ea quae sequuntur statuit:

I - **Instauratus Ordo hebdomadae sanctae praescribitur**

1. Qui ritum romanum sequuntur, in posterum servare tenentur Ordinem hebdomadae sanctae instauratum, in editione typica Vaticana descriptum. Qui alios ritus latinos sequuntur, tenentur tantummodo servare tempus celebrationum liturgicarum in novo Ordine statutum.

2. Novus hic Ordo servari debet a die 25 Martii, dominica II Passionis seu in palmis, anni 1956.

3. Per totam hebdomadam sanctam nulla admittitur commemoratio, et in Missa prohibentur quoque collectae, quolibet titulo imperatae.

II - **De hora competenti qua sacra Liturgia hebdomadae sanctae celebranda est**

De officio divino

4. Dominica II Passionis seu in palmis, feria II, III et IV hebdomadae sanctae, officium divinum horis consuetis persolvitur.

5. In triduo sacro, id est : feria V in Cena Domini, feria VI in Passione et Morte Domini, et sabbato sancto, si officium peragatur *in choro,* vel *in communi,* haec serventur :

Matutinum et Laudes non anticipantur de sero, sed dicuntur mane, hora competenti. In ecclesiis tamen, ubi feria V in Cena Domini Missa

chrismatis mane celebretur, Matutinum et Laudes eiusdem feriae V anticipari possunt de sero.

Horae minores dicuntur hora competenti.

Vesperae feria V et VI omittuntur, cum earum locum teneant functiones liturgicae principales horum dierum. Sabbato sancto vero dicuntur post meridiem, hora consueta.

Completorium feria V et VI dicitur post functiones liturgicas vespertinas; sabbato sancto omittitur.

In privata recitatione, his tribus diebus, omnes horae canonicae diei debent, iuxta rubricas.

De Missa vel actione liturgica principali

6. Dominica II Passionis solemnis benedictio et processio ramorum fiunt mane, hora consueta ; in choro autem post Tertiam.

7. Feria V in Cena Domini, Missa chrismatis celebratur post Tertiam. Missa autem in Cena Domini celebranda est vespere, hora magis opportuna, non autem ante horam quintam post meridiem, nec post horam octavam.

8. Feria VI in Passione et Morte Domini solemnis actio liturgica celebratur horis postmeridianis, et quidem circa horam tertiam ; si vero ratio pastoralis id suadeat, licet tardiorem seligere horam, non autem ultra horam sextam.

9. Solemnis paschalis vigilia celebranda est hora competenti, ea scilicet, quae permittat Missam solemnem eiusdem vigiliae incipere circa mediam noctem inter sabbatum sanctum et dominicam Resurrectionis.

Ubi tamen, ponderatis fidelium et locorum condicionibus, de iudicio Ordinarii loci, horam celebrandae vigiliae anticipari conveniat, haec non inchoetur ante diei crepusculum, aut certe non ante solis occasum.

III - De abstinentia et ieiunio quadragesimali ad mediam noctem sabbati sancti protrahendis

10. Abstinentia et ieiunium tempore quadragesimae praescriptum, quod hucusque, iuxta can. 1252 § 4, sabbato sancto cessabat post meridiem, in posterum cessabit media nocte eiusdem sabbati sancti.

Contrariis quibuslibet minime obstantibus.

Die 16 Novembris anni 1955.

C. Card. Cicognani, *Praefectus*

L. a s.

f **A.** Carinci, Archiep. Seleuc, *a secretis*

INSTRUCTIO

DE ORDINE HEBDOMADAE SANCTAE INSTAURATO RITE PERAGENDO

Cum propositum instaurati Ordinis hebdomadae sanctae eo spectet, ut veneranda liturgia horum dierum, horis propriis simulque opportunis restituta, a fidelibus facilius, devotius ac fructuosius frequentari possit, permagni interest, ut idem salutare propositum ad optatum exitum deducatur.

Propterea Sacrae huic Rituum Congregationi opportunum visum est, generali decreto de instaurato Ordine hebdomadae sanctae *Instructionem* addere, qua et transitus ad novum ordinem facilior reddatur, et fideles ad uberiores fructus ex viva participatione sacrarum caerimoniarum percipiendos securius ducantur.

Omnibus itaque quorum interest huius *Instructionis* cognitio et observantia iniungitur.

I - De praeparatione pastorali et rituali

1. Locorum Ordinarii sedulo provideant, ut sacerdotes, praesertim qui curam animarum gerunt, bene sint edocti, non solum de rituali celebratione instaurati Ordinis hebdomadae sanctae, verum etiam de eius liturgico sensu ac pastorali proposito.

Curent praeterea ut etiam fideles, sacro quadragesimali tempore, aptius instruantur ad instauratum hebdomadae sanctae Ordinem rite intelligendum, ita ut eiusdem celebrationis mente et animo participes fiant.

2. Praecipua autem capita instructionis populo christiano tradendae haec sunt :

a) *Pro dominica II Passionis, quae « in palmis » vocatur*

Invitentur fideles ut frequentiores ad solemnem processionem palmarum conveniant, Christo Regi publicum testimonium amoris et gratitudinis redditiuri.

Moneantur porro fideles ut tempestive, currente sancta hebdomada, ad sacramentum paenitentiae accedant ; quae quidem monitio illic praesertim urgenda est, ubi consuetudo invaluit ut fideles vespere sabbati sancti et mane dominicae Resurrectionis quasi catervatim ad sacrum tribunal conveniant. Studeant igitur animarum curatores ut per totam

sanctam hebdomadam, praesertim vero sacro triduo, fidelibus facilis occa^ sio praebeatur ad sacramentum paenitentiae accedendi.

b) *Pro feria V in Cena Domini*

Erudiantur fideles de amore quo Christus Dominus, « pridie quam pateretur », sacrosanctam instituit Eucharistiam, sacrificium et sacramentum, Passionis suae memoriale perpetuum, sacerdotum ministerio perenniter celebrandum.

Invitentur quoque fideles, ut post Missam in Cena Domini, debitam augustissimo Sacramento adorationem reddant.

Ubi demum pedum lotio, ad mandatum Domini de amore fraterno demostrandum, secundum Ordinis instaurati rubricas in ecclesia peragitur, edoceantur fideles de profunda huius sacri ritus significatione, ac de opportunitate ut ipsi hoc die christianae caritatis operibus abundent.

c) *Pro feria VI in Passione et Morte Domini*

Disponantur fideles ad rectam intelligentiam singularis actionis liturgicae huius diei, in qua, post Lectiones sacras et preces, Passio Domini nostri solemniter decantatur; orationes pro totius Ecclesiae et generis humani necessitatibus offeruntur; deinde a familia christiana, clero et populo, sancta Crux, nostrae redemptionis trophaeum, devotissime adoratur ; postremo, iuxta instaurati Ordinis rubricas et sicut mos fuit per multa saecula, omnes qui id cupiunt et rite parati sunt, ad sacram quoque communionem accedere possunt, ea potissimum mente, ut corpus Domini, pro omnibus hoc die traditum, devote sumentes, uberiores redemptionis fructus percipiant.

Instent porro sacerdotes ut fideles hoc sacratissimo die piam servent mentis recollectionem, nec legem obliviscantur abstinentiae et ieiunii.

d) *Pro sabbato sancto et vigilia paschali*

Oportet in primis, ut fideles de peculiari natura liturgica sabbati sancti diligenter edoceantur. Est autem dies summi luctus, quo Ecclesia ad sepulcrum Domini immoratur, passionem eius et mortem meditando ; a sacrificio Missae, sacra mensa denudata, abstinendo ; usque dum, post solemnem vigiliam seu nocturnam Eesurrectionis exspectationem, locus detur gaudiis paschalibus, quorum abundantia in sequentes dies exundat.

Huius vero vigiliae propositum et finis in eo est, ut liturgica actione demonstretur et recolatur, quomodo ex morte Domini nostra promanave-

rit vita, et gratia. Itaque sub cerei paschali signo ipse Dominus «lux mundi y)[1] proponitur, qui peccatorum nostrorum tenebras, gratia suae lucis, profliga vit; paschale praeconium profertur, quo splendor sanctae noctis Resurrectionis decantatur ; memorantur Dei magnalia in antiquo foedere peracta, mirabilium Novi Testamenti pallentes imagines; aqua baptismalis benedicitur, in qua, « consepulti cum Christo » in mortem peccati, cum eodem Christo resurgimus, ut «in novitate vitae ambulemus » f hanc denique gratiam, quam Christus nobis promeruit et in baptismate contulit, renovatis eiusdem baptismatis promissionibus, vita moribusque coram omnibus testificari pollicemur ; postremo, implorato triumphantis Ecclesiae interventu, sacra vigilia solemni Resurrectionis Missa terminatur.

3. Nec minus necessaria est praeparatio ritualis sacrarum caerimoniarum hebdomadae sanctae.

Quapropter ea omnia, quae ad piam ac decoram celebrationem liturgicam huius sanctissimae hebdomadae occurrunt, sollicite paranda et ordinanda sunt ; sacri praeterea ministri ceterique ministrantes, sive clerici sive laici, potissimum si pueri sint, iis quae ab ipsis peragenda erunt, sedulo instituantur.

II - Adnotationes ad quasdam rubricas Ordinis hebdomadae sanctae

a) *Pro universa hebdomada sancta*

4. Ubi copia habeatur sacrorum ministrorum, sacrae functiones hebdomadae sanctae cum omni splendore sacrorum rituum peragantur. Ubi vero sacri ministri desint, adhibeatur ritus simplex, servatis rubricis peculiaribus, ut suis locis notatur.

5. In Ordine hebdomadae sanctae instaurato, quotiescumque dicitur : « ut in Breviario romano », omnia desumenda sunt ex praedicto libro liturgico, servatis autem normis, per decretum generale S. Rituum Congregationis « De rubricis ad simpliciorem formam redigendis », diei 23 Martii anni 1955, statutis.

6. Per totam hebdomadam sanctam, id est a dominica II Passionis seu in palmis usque ad Missam vigiliae paschalis inclusive, in Missa (et feria VI in solemni actione liturgica), si solemniter celebratur, scilicet cum ministris sacris, ea omnia, quae diaconus vel subdiaconus aut lector, vi proprii officii cantan t vel legunt, a celebrante omittuntur.

[1] IOAN. 8, 12.
[2] *Rom.* 6, 4.

b) *Pro dominica II Passionis seu in palmis*

7. In benedictione et processione adhibeantur rami palmarum seu olivarum, vel aliarum arborum. Hi rami, secundum locorum varios usus, vel ab ipsis fidelibus parantur et in ecclesiam afferuntur; vel, benedictione peracta, fidelibus distribuuntur.

c) *Pro feria V in Gena Domini*

8. Pro solemni Sacramenti repositione paretur locus aptus in aliquo sacello vel altari ecclesiae, sicut in Missali romano praescribitur, et decenter quoad fieri potest, ornetur velis et luminaribus.

9. Servatis Sacrae Rituum Congregationis decretis de vitandis vel tollendis abusibus in hoc loco parando, plane commendatur severitas quae liturgiae horum dierum convenit.

10. Parochi vel ecclesiarum rectores tempestive moneant fideles de publica adoratione sanctissimae Eucharistiae, inde ab expleta Missa in Cena Domini instituenda, et protrahenda saltem usque ad mediam noctem, quando scilicet liturgicae recordationi institutionis sanctissimae Eucharistiae succedit memoria passionis et mortis Domini.

d) *Pro vigilia paschali*

11. Nihil impedit quominus signa, in cereo paschali a celebrante stilo incidenda, coloribus vel alio modo antea praeparentur.

12. Convenit, ut candelae, quas clerus et populus gestant, accensae maneant, dum praeconium paschale canitur, et dum renovatio promissionum baptismatis peragitur.

13. Vas aquae benedicendae convenienter ornari decet.

14. Si aderunt baptizandi, praesertim si plures sint, permittitur caerimonias Ritualis romani, quae ipsam baptismi collationem praecedunt, id est, in baptismate infantium usque ad verba « Credis in Deum », [3] et in baptismate adultorum usque ad verl?a « Quis vocaris? », [4] eodem mane, tempore opportuno, praemittere.

15. Si contingat in hac solemni vigilia sacras quoque Ordinationes conferri, Pontifex ultimam admonitionem (cum impositione sic dicti « pensi »), quae iuxta Pontificale romanum post benedictionem po

[3] *Rituale romanum,* tit. II, cap. II, n. 17.
[4] *Rituale romanum,* tit. II, cap. IV, n. 38.

calem et ante ultimum Evangelium locum habet, hac nocte eidem benedictioni pontificali praemittat;

16. In vigilia Pentecostes, omissis Lectionibus seu Prophetiis, et aquae baptismalis benedictione ac litaniis, Missa etiam conventualis, vel solemnis aut cantata, incipitur more solito, facta ad gradus altaris confessione, ab introitu <(Cum sanctificátus fuero » ut in Missali romano ibidem pro Missis privatis ponitur.

III - **De Missa, sacra communione et ieiunio eucharistico in,triduo sacro**

17. Feria V in Cena Domini, antiquissima romanae Ecclesiae servanda est traditio, qua, privatarum Missarum Celebratione interdicta, omnes sacerdotes omnesque clerici, sacris in Cena Domini intersint, quos expedit ad sacram mensam accedere.[5]

Ubi vero ratio pastoralis id postulet, loci Ordinarius unam alteramve Missam lectam in singulis ecclesiis vel oratoriis publicis permittere poterit; in oratoriis autem semipublicis unam tantum Missam lectam; ea quidem de causa, ut omnes fideles hoc sacro die Missae sacrificio interesse et corpus Christi sumère possint. Hae autem Missae inter easdem diei horas permittuntur, quae pro Missa solemni in Cena Domini assignatae sunt.[6]

18. Eadem feria V in Cena Domini, sacra communio fidelibus distribui potest tantummodo inter Missas vespertinas, vel continuo ac statim ab iis expletis ; item sabbato sancto dari potest tantummodo inter Missarum solemnia, vel continuo ac statim ab iis expletis ; exceptis infirmis in periculo mortis constitutis.

10. Feria VI in Passione et Morte Domini, sacra communio distribui potest unice inter solemnem actionem liturgicam postmeridianam, exceptis item infirmis in periculo mortis constitutis.

20. Sacerdotes, qui Missam solemnem vigiliae paschalis hora propria celebrant, id est post mediam noctem quae intercedit inter sabbatum et dominicam, possunt ipso dominico die Resurrectionis Missam festivam celebrare, atque etiam, si indultum habeatur, bis aut ter.

21. Locorum Ordinarii, qui feria V in Cena Domini, Missam chrismatis mane celebraverint, possunt vespere Missam quoque solemnem in Cena Domini litare ; verum sabbato sancto, si vigiliam solemnem paschalem ce-

[5] Cfr. can. 862.

[6] *Decretum,* II, 7.

lebrare voluerint, possunt, sed non tenentur, Missam solemnem ipso die dominicae Resurrectionis litare.

22. Quoad ieiunium eucharisticum serventur normae in Constitutione apostolica « Christus Dominus » et in adnexa « Instructione » Supremae S. Congregationis S. Officii, diei 6 Ianuarii anni 1953, traditae.

IV - De quibusdam difficultatibus componendis

23. Cum pro diversitate locorum et gentium plures numerentur populares consuetudines, hebdomadae sanctae celebrationi connexae, studeant locorum Ordinarii et sacerdotes curam animarum gerentes, ut consuetudines huiusmodi, quae solidam pietatem fovere videantur, cum instaurato Ordine hebdomadae sanctae prudenter componantur. Edoceantur porro fideles de summo valore sacrae Liturgiae, quae semper, et his praesertim diebus, ceteras devotionis species et consuetudines, quamvis optimas, natura sua longe praecellit.

24. Ubi mos hucusque viguit domos benedicendi ipso sabbati sancti die, locorum Ordinarii congruas edant dispositiones, ut haec benedictio opportuniore tempore, ante vel post Paschatis festum, a parochis, vel ab aliis sacerdotibus animarum curam gerentibus, ab ipsis delegatis, per^ agatur, qui, hanc nacti occasionem, fideles sibi commissos paterne invisent, ac de eorum statu spirituali certiores se reddant.[7]

25 Campanarum pulsatio, in Missa vigiliae paschalis, ad initium hymni Gloria in excelsis praescripta, hoc modo fiat.

a) In locis, in quibus una tantum habetur ecclesia, campanae pulsentur hora, qua dicti hymni incipit cantus.

b) In locis autem, ubi plures ecclesiae exstant, sive in omnibus: eodem tempore sacrae caerimoniae peragantur, sive tempore diverso, campanae omnium ecclesiarum eiusdem loci pulsentur una cum campanis ecclesiae cathedralis, vel matricis aut principalis. In dubio quaenam ecclesia in loco sit matrix aut principalis, adeatur Ordinarius loci.

Die 16 Novembris anni 1955.

C. Card. Cicognani, *Praefectus*

L. © S.

f A. Carinci, Archiep. Seleuc, *a secretis*

[7] Can. 462, n. 6.

DECRETO GERAL (AAS 47) NA LÍNGUA PORTUGUESA

O decreto "Maxima Redemptionis nostrae mysteria" da S. Congregação dos Ritos sobre O "Ordo" litúrgico da Semana Santa (*)

Os grandes Mistérios da nossa Redenção : a Paixão, a Morte e a Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, desde os tempos apostólicos, foram celebrados, todos os anos, com uma comemoração muito especial pela nossa Santa Madre Igreja. Os três momentos mais notáveis destes mistérios eram particularmente recordados com um tríduo especial, o de Cristo "crucificado, sepultado, ressuscitado" (Sto. Agostinho, Ep. 55, 14); em breve se lhe ajuntou a solene memória da Instituição da Sagrada Eucaristia; e finalmente no domingo que precede imediatamente a Paixão, se acrescentou a celebração litúrgica da entrada triunfal de N. Senhor Rei-Messias na Cidade Santa; daqui resultou uma semana litúrgica própria, que em razão da excelência dos mistérios celebrados, foi chamada Semana Santa, e que foi enriquecida com ritos cheios de solenidade e de piedade.

Estes ritos eram ao princípio celebrados nos mesmos dias da semana e às mesmas horas em que se tinham realizado os santíssimos mistérios. E assim, a Instituição da Sagrada Eucaristia era recordada na tarde da quinta-feira com uma missa solene *in Coena Domini*; na tarde da sexta-feira se celebrava a Função litúrgica especial da Paixão e da Morte do Senhor; e finalmente na noite do sábado santo começava a solene Vigília que terminava na manhã seguinte com a alegria da Ressurreição.

Mas na Idade Média se começou a antecipar a hora litúrgica destes dias, por causa de vários factores, de modo que, pelos fins desta época, todas estas solenidades litúrgicas já estavam transferidas para a parte de manhã, certamente, não sem detrimento do significado litúrgico, nem sem desacordo entre os trechos evangélicos e as respectivas representações litúrgicas. Sobretudo a solene liturgia da Vigília pascal removida do seu lugar próprio

(*) Por não ter chegado ainda às nossas mãos o texto oficial latino, damos a tradução portuguesa do texto francês, publicado em "L'Osservatore Romano" (ed. fr.), de 9 de Dez. de 1955.

durante a noite, perdeu toda a sua força significativa original, bem como o sentido das palavras e dos símbolos. Além disso, o dia do sábado santo invadido muito cedo pela alegria pascal deixou de ter o carácter de luto comemorativo da sepultura do Senhor.

Nos tempos mais recentes, deu-se ainda mais uma mudança muito grave sob o ponto de vista pastoral. Com efeito, a quinta, a sexta e o sábado da Semana Santa tinham sido durante muitos séculos dias festivos para o povo cristão, livre dos trabalhos servis; tomar parte nas cerimónias destes dias; mas no decurso do século XVIII, por causa das profundas transformações das condições da vida social, os Pontífices Romanos tiveram de diminuir o número dos dias festivos. Assim, Urbano VIII, com a Constituição Apostólica "Universa per orbem" de 24 de Setembro de 1642, viu-se obrigado a pôr o tríduo sacro da Semana Santa; não já entre os dias festivos, mas entre os dias de trabalho.

Consequentemente, a assistência dos fiéis a estes ritos sagrados diminuiu necessàriamente, sobretudo porque a sua celebração, já há muito tempo, tinha sido antecipada para a parte de manhã, quando, em dias de semana, há geralmente aulas, trabalho profissional e negócios públicos de toda a espécie. A experiência comum e quase universal ensina, de facto, que as solenes e majestosas funções litúrgicas do tríduo sacro são executadas ordinàriamente pelo clero nas igrejas quase desertas.

Isto era certamente para lamentar. Os ritos litúrgicos da Semana Santa têm, de facto, não só uma dignidade especial, mas também uma força e uma eficácia sacramental peculiar para alimentar a vida cristã. Nem podem ser devidamente compensados pelos piedosos exercícios de devoção que é costume chamar extra-litúrgicos, e que se fazem de tarde, durante o tríduo sacro.

Por isso, especialistas das questões litúrgicas, padres com cura das almas e sobretudo os bispos têm dirigido, nestes últimos tempos, à Santa Sé súplicas insistentes para que as funções litúrgicas do tríduo sacro sejam transferidas para a parte de tarde, como se fazia antigamente, a fim de poderem todos os fiéis fàcilmente tomar parte nestes ritos.

Depois de ter maduramente considerado o assunto, o Soberano Pontífice, já desde 1951, restaurou a liturgia da Vigília Pascal, provisòriamente, ao arbítrio dos bispos e a título de experiência.

Ora, como esta experiência deu em toda a parte muito bom resultado — como referiu à Santa Sé a maior parte dos Ordinários; — como, além disso, estes não deixaram de reiterar os seus pedidos para que também doutros dias da Semana Santa, como da Vigília Pascal, se faça uma restauração semelhante, restituindo as funções às horas de tarde; como enfim as Missas de tarde previstas pela Constituição Apostólica "Christus Dominus" de 6 de Janeiro de 1953, são celebradas em toda a parte com grande concurso do povo; tendo considerado todas estas razões, S. Santidade o Papa Pio XII ordenou que a Comissão constituída por ele para a reforma litúrgica, examinasse a ques-

tão da restauração do "Ordo" da Semana Santa, e apresentasse as suas conclusões. Depois disto, S. Santidade decidiu que, dada a importância do negócio, toda a questão fosse submetida a um exame especial dos Cardeais da Sagrada Congregação dos Ritos.

Estes, reunidos no Vaticano, em 19 de Julho último, em Congregação extraordinária, estudaram maduramente a questão e unânimemente julgaram bom aprovar e prescrever o "Ordo" restaurado da Semana Santa, se fosse essa a vontade do Soberano Pontífice.

O Cardeal Prefeito, abaixo assinado, tendo referido tudo isto pormenorizadamente ao Santo Padre, este se dignou aprovar o resultado das deliberações dos Cardeais.

Por isso, pelo mandado especial de S. Santidade Pio XII, Papa pela Divina Providência, a S. Congregação dos Ritos estabelece o que segue:

I — Caracter obrigatório do novo "Ordo" da Semana Santa

1. Todos os que seguem o rito romano, de ora em diante, devem observar o "Ordo" restaurado da Semana Santa, segundo a Edição Típica Vaticana. Os que seguem outros ritos latinos estão sujeitos sòmente à hora das funções litúrgicas estabelecida no novo "Ordo".

2. O novo "Ordo" entrará em vigor no dia 25 de Março, 2a. Dominga da Paixão ou de Ramos, do ano 1956.

3. Durante a Semana Santa excluem-se todas as comemorações, e, na Missa, se omitem também as orações imperadas sob qualquer título.

II — Hora conveniente em que deve ser celebrada a Liturgia da Semana Santa

O Ofício Divino

4. Na 2a. Dominga da Paixão ou de Ramos, na segunda, terça e quarta-feira da Semana Santa, o Ofício Divino seja recitado às horas do costume.

5. No tríduo sacro, i. é, na quinta *in Coena Domini* na sexta *in Passione et Morte Domini* e no sábado santo, na recitação coral ou em comum, se deve observar o seguinte:

Matinas e Laudes não se antecipam, mas se recitam na manhã, à hora conveniente. Nas igrejas catedrais, porém, como na manhã da quinta-feira *in Coena Domini* se celebra a Missa para a consagração dos óleos, as Matinas e Laudes podem ser antecipadas para a parte de tarde.

As horas menores dizem-se à hora conveniente.

Omitem-se as Vésperas da quinta e sexta-feira, devendo-se celebrar neste tempo as funções litúrgicas principais destes dias. Mas, no sábado santo, se recitam na tarde como de costume.

As Completas de quinta e sexta-feira dizem-se depois das funções litúrgicas vespertinas; omitem-se no sábado santo.

Na recitação privada, nesses três dias, dizem-se todas as horas canónicas segundo as rubricas.

A Missa ou função litúrgica principal

6. Na 2.ª Dominga da Paixão, a bênção solene e a procissão de Ramos faz-se na parte de manhã como de costume; onde há coro, depois da Tércia.

7. Na quinta-feira *in Coena Domini*, a Missa para a consagração dos óleos santos celebra-se depois da Tércia. Mas a Missa, *in Coena Domini* se deve celebrar à tarde, à hora mais conveniente, mas não antes das cinco nem depois das oito horas.

8. Na sexta-feira *in Passione et Morte Domini*, a função litúrgica solene celebra-se na parte de tarde, pelas cinco horas. Mas se razões de ordem pastoral o aconselham, é permitido escolher uma hora mais tardia, mas não para além das 18 horas.

9. A solene Vigília Pascal celebrar-se-á à hora conveniente, i. é, tal que permita começar a Missa solene da Vigília pela meia-noite entre o sábado santo e o domingo da Ressurreição.

Mas onde conforme as condições dos fiéis e do lugar, segundo o parecer do Ordinário, seja conveniente antecipar a hora da celebração da Vigília, não se deve começar a cerimónia antes do crepúsculo, ou nunca antes do pôr do sol.

III — Continuação da abstinência e do jejum da Quaresma até a meia-noite do sábado santo

10. A abstinência e o jejum prescritos para o tempo da Quaresma, e que até aqui, segundo a norma do cân. 1252 §4, terminavam depois do meio-dia do sábado santo, de ora em diante terminarão à meia-noite do mesmo sábado santo.

Não obstante todas as coisas em contrário.

16 de Novembro de 1955

C. card. Cicognani
Pref. da S. C. R.

✠ *A. Carinci*, arc. de Seleucia
Secretário da S. C. R.

Instrução para a aplicação do novo « Ordo »

Como o projecto do "Ordo" restaurado da Semana Santa tem por fim conseguir que a venerável liturgia destes dias, restituída às horas próprias e, ao mesmo tempo; oportunas, possa ser seguida pelos fiéis de uma maneira mais fácil, mais piedosa e mais frutuosa, é de suma importância que o salutar projecto atinja o escopo desejado.

Por isso, pareceu oportuno à S. Congregação dos Ritos acrescentar ao Decreto geral de restauração do "Ordo" da Semana Santa uma Instrução que facilite a passagem às novas disposições, e que leve mais seguramente os fiéis a tirar frutos muito abundantes de uma participação viva nas santas cerimónias.

Consequentemente, o conhecimento e a observância desta Instrução são prescritos a todos os interessados.

I — Preparação Pastoral e Ritual

1. Cuidarão os Ordinários dos lugares que os padres, especialmente os que têm cura das almas, estejam bem instruidos não só acerca da celebração ritual do "Ordo" restaurado da Semana Santa, mas também acerca do seu significado litúrgico e escopo pastoral.

Que eles cuidem também que os fiéis sejam convenientemente instruídos durante o santo tempo da Quaresma para que compreendam devidamente o "Ordo" restaurado da Semana Santa, e possam tomar parte, devotamente, com inteligência e coração nas funções.

2. Os pontos principais sobre que os fiéis serão instruidos, são os seguintes :

a) Para a 2.ª Dominga da Paixão, chamada "de Ramos"

Sejam persuadidos os fiéis a tomar parte, em maior número possível, na procissão solene de Ramos para prestar a Cristo-Rei uma homenagem pública de amor e reconhecimento.

Além disso, sejam os fiéis exortados para que; no decurso da Semana Santa, façam, a tempo, a sua confissão. Esta exortação deve ser feita especialmente nos lugares onde é costume afluirem os fiéis em massa à confissão, na tarde do sábado santo ou no domingo da Ressurreição do Senhor. Os que têm cura das almas se esforçem por facilitar aos fiéis, durante toda a Semana Santa, mas especialmente durante o tríduo sacro; o acesso ao sacramento da Penitência.

b) Para a quinta-feira "in Coena Domini"

Os fiéis serão instruidos acerca do amor com que Cristo N. Senhor "nas

vésperas da sua Paixão" instituiu a Sagrada Eucaristia, sacrifício e sacramento em memória perpétua da sua Paixão, para ser celebrada sempre pelas mãos dos sacerdotes.

Os fiéis serão também induzidos a fazer uma conveniente adoração ao augusto Sacramento depois da Missa *in Coena Domini*. E nos lugares onde se faz, na igreja, a cerimónia do lava-pés, símbolo de amor fraterno do Senhor, segundo as rubricas do "Ordo" restaurado, os fiéis serão instruídos sobre o profundo significado deste rito e ainda sobre a conveniência de multiplicarem nesse dia as obras da caridade cristã.

c) Para a sexta-feira in Passione et Morte Domini

Sejam os fiéis devidamente preparados para a justa compreensão do carácter único da Função litúrgica deste dia em que, depois das Leituras sagradas e Orações, se canta solenemente a Paixão de N. Senhor, se fazem preces pelas necessidades da Igreja e do género humano, é adorada a santa Cruz, troféu da nossa Redenção, com a maior piedade, pela família cristã, pelo clero e povo; finalmente, segundo as rubricas do "Ordo" restaurado, e como foi costume durante muitos séculos, todos os que desejam e estão bem preparados, podem aproximar-se da Sagrada Mesa para que, recebendo com piedade o corpo do Senhor morto neste dia por todos, colham mais abundantes frutos da Redenção.

Além disso, of padres insistirão com os fiéis para que guardem neste santo dia um piedoso recolhimento, e não esqueçam a lei da abstinência e jejum.

d) Para o sábado santo e Vigília Pascal

E' preciso, em primeiro lugar, instruir os fiéis sobre a natureza litúrgica especial do sábado santo. Trata-se de um dia de grande luto, durante o qual a Igreja se põe junto do sepulcro do Senhor para meditar na sua Paixão e Morte, abstendo-se do sacrifício da Missa, e com os altares desnudos, até que, depois da Vigília solene, expectativa nocturna da Ressurreição, se acolha a alegria pascal cuja profusão se expande ainda sobre os dias seguintes.

O projecto e o escopo desta Vigília é significar e recordar com a função litúrgica como a vida e a graça brotam para nós da morte do Senhor. Por isso, sob o símbolo do círio pascal nos é indicado o mesmo Senhor, "Luz do mundo" (João 8, 12) que com a graça desta luz dissipou as trevas dos nossos pecados. Cante-se ainda o Precónio pascal que exprime o esplendor da santa noite da ressurreição; comemoram-se os grandes feitos de Deus, realizados no Velho Testamento, e que são pálidas figuras das maravilhas do Novo. Benze-se depois a água baptismal na qual "consepultados com Cristo" mortos ao pecado, ressuscitamos com Ele para "caminhar em uma vida nova" (Rom. 6, 4)! Em seguida, com a renovação das promessas do Baptismo nos empenhamos a mostrar a todos, durante toda a nossa vida, aquela graça

que Cristo nos mereceu e nos conferiu com o baptismo; finalmente, depois de se ter implorado a intercessão da Igreja triunfante, termina a santa Vigília com a Missa solene da Ressurreição.

3. Não menos necessária é a preparação ritual das sagradas cerimónias da Semana Santa.

Por isso, o que concorre para a piedade e beleza da celebração litúrgica desta santíssima semana, deve ser preparado e ordenado com cuidado; além disto, os ministros sagrados e todos os outros ministros inferiores clérigos ou leigos — especialmente se se trata de crianças — serão diligentemente preparados para as funções que têm de desempenhar.

II—Observações sobre algumas rubricas do "Ordo" da Semana Santa

a) Para toda a Semana Santa

4. Onde houver número suficiente de ministros sagrados, as santas funções da Semana Santa serão celebradas com todo o esplendor dos sagrados ritos. Onde fizerem falta os ministros sagrados, use-se o rito simplificado observando as rubricas especiais indicadas nos lugares próprios.

5. Quando no "Ordo" restaurado da Semana Santa se diz "ut in breviario romano" tudo se deve tirar deste livro litúrgico, mas sempre observando as normas estabelecidas pelo Decreto geral da S. Congregação dos Ritos, "rubricis ad simpliciorem formam redigendis", de 23 de Março de 1955.

6. Durante toda a Semana Santa, i. é, desde a 2a. Dominga da Paixão ou de Ramos até à Missa da Vigília pascal inclusivè, na Missa (e na sexta-feira, na solene função litúrgica), quando celebrada solenemente, i. é, com ministros sagrados, o celebrante omite aquilo que o diácono, subdiácono ou o leitor cantam ou lêem em virtude das funções próprias.

b) Para a 2.ª Dominga da Paixão ou de Ramos

7. Na bênção dos Ramos e na procissão se usem ramos de palmeira ou de oliveira ou ainda doutras árvores. Estes ramos, segundo vários usos locais, são preparados e trazidos à Igreja pelos fiéis, ou são distribuídos aos fiéis depois da bênção.

c) Para a quinta-feira "in Coena Domini"

8. Para a solene reposição do SSmo. Sacramento prepare-se um lugar conveniente em qualquer capela ou altar da Igreja como está prescrito no missal romano, que será possìvelmente ornado com panos e luzes.

9. Recomenda-se vivamente uma austeridade conveniente à liturgia destes dias na preparação do lugar, de harmonia com os decretos da S. Congregação dos Ritos sobre os abusos a evitar ou proscrever.

10. Os párocos ou os reitores das igrejas, em devido tempo, avisem os

fiéis de que a adoração pública da S. Eucaristia decorrerá desde a Missa *in Coena Domini* até, pelo menos, a meia-noite, i. é, tempo em que a comemoração litúrgica da SSma. Eucaristia se junta à memória da Paixão e Morte do Senhor.

d) Para a Vigília Pascal

11. Não é proibido preparar prèviamente a cor ou doutro modo os sinais que o celebrante grava sobre o círio pascal.

12. E' conveniente que as velas dos fiéis e do clero estejam acesas durante o canto do Precónio pascal e durante a renovação das promessas do Baptismo.

13. E' oportuno ornar convenientemente o vaso da água a ser benta.

14. Se houver baptizandos, especialmente se forem numerosos, é permitido antecipar na manhã, em tempo oportuno, as cerimónias do Ritual romano que precedem a administração do Baptismo, i. é, tratando-se das crianças até às palavras "Credis in Deum" (Rit. Rom. tit. III, cap. II n.° 12), e tratando-se dos adultos até às palavras "Quis vocaris" (Rit. Rom., tit. III, cap. IV, n.° 38).

15. Se se deve conferir ordens, no decurso das cerimónias desta Vigília solene, a última admoestação (com imposição do que se chama "penitência"); que segundo o Pontifical romano se faz imediatamente depois da bênção do bispo e antes do último evangelho, nessa noite se dirá antes da bênção.

16. Na Vigília do Pentecostes, omitem-se as lições ou as profecias, bem como a bênção da água baptismal com as ladaínhas, e começa-se a Missa, mesmo conventual, solene ou cantada, como de costume, depois das orações junto do altar, com o Intróito "Cum sanctificatus fuero", segundo está indicado no Missal romano para as missas privadas.

III — Missa, Comunhão e Jejum eucarístico no tríduo sacro

18. Na quinta-feira *in Coena Domini*, deve-se observar a antiquíssima tradição da Igreja romana segundo a qual, estando proibidas as missas privadas, todos os padres e os clérigos assistem ao Sacrifício *in Coena Domini*, para se aproximarem da Sagrada Mesa (cân. 862).

Onde motivos pastorais o exijam, o Ordinário do lugar poderá permitir uma ou das missas rezadas em cada igreja ou oratório público, e nos oratórios semipúblicos uma só rezada; isto para dar a todos fiéis a possibilidade de assistir, neste dia, ao S. Sacrifício da Missa e receber o corpo de Cristo. Essas missas, porém, só se permitem nas horas marcadas à Missa solene *in Coena Domini* (Decreto no. 11,7).

19. Na sexta feira *in Passione et Morte Domini*, só se pode distribuir a Comunhão na solene Função litúrgica de tarde, sempre exceptuando os enfermos e os que se encontram no perigo da morte.

20. Os padres que celebrarem a Missa solene da Vigília à hora própria. i. é, depois da meia-noite do sábado, podem celebrar no Domingo da Ressurreição a Missa da festa, e duas ou três vezes, se tiverem indulto.

21. Os Ordinários dos lugares que na quinta-feira *in Coena Domini* celebrarem na manhã a Missa da consagração dos óleos, podem celebrar à tarde a Missa solene *in Coena Domini*. E se no sábado santo tiverem querido celebrar a solene Vigília pascal, podem dizer, no dia da Ressurreição, a Missa solene, mas não têm obrigação de o fazer.

22. Quanto ao jejum eucarístico, observar-se-ão as normas estabelecidas na Constituição Apostólica " Christus Dominus ", de 6 de Janeiro de 1953.

IV — Solução de algumas dificuldades

23. Em diferentes lugares e nações, há um certo número de costumes populares relacionados com a celebração da Semana Santa.

Os Ordinários dos lugares e os padres com cura das almas cuidem prudentemente de harmonizar com as normas do " Ordo " restaurado da Semana Santa, os costumes que parecem fomentar a piedade sólida,

Mas instruirão os fiéis sobre a suma importância da santa liturgia que sempre, especialmente nestes dias, vale por sua própria natureza mais que todas as devoções e costumes, por melhores que sejam.

24. Onde até o presente se costumava benzer as casas no sábado santo, os Ordinários dos lugares dêem direcções oportunas para que a bênção das casas seja feita em tempo mais conveniente, antes ou depois da festa da Páscoa, pelos párocos ou outros padres com cura das almas, seus delegados, que aproveitarão a oportunidade para visitar paternalmente os fiéis confiados aos seus cuidados e tomar conta do estado espiritual deles (cân. 462, n. 6).

25. Quanto ao repicar dos sinos ao início do hino "*Gloria in excelsis*", na quinta-feira *in Coena Domini*, na Missa solene de tarde, e, no sábado santo, na Missa da Vigília, proceder-se-á assim :

a) nos lugares onde há única igreja, os sinos se tocam à hora em que se começa o canto do hino " Gloria in excelsis ".

b) mas nos lugares onde há mais de uma igreja, em todas as igrejas as cerimónias sagradas começarão à mesma hora, ou quando se começam a horas diferentes, tocar-se-ão os sinos em todas as igrejas do lugar à mesma hora em que se tocam na igreja catedral, matriz ou principal. Duvidando-se qual seja a matriz ou principal, recorra-se ao Ordinário do lugar.

16 de Novembro de 1955

C. Card. Cicognani
Prefeito da S. C. R.

✠ A. Carinci, arc. de Seleucia
Secretário da S. C. R.

FONTE:

http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BEAG/BEAG-A14-N07&p=6